



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANA E LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS
SOCIAIS**

TERESINA- 2019

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CURSO LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Projeto Pedagógico do Curso de
Licenciatura em Ciências Sociais –
Departamento de Ciências Sociais –
DCIES da Universidade Federal do
Piauí do Piauí –Campus Ministro
Petrônio Portela, no município de
Teresina – Piauí, a ser
implementado/implantado em
2019.2

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

REITOR

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

VICE-REITORA

Prof. Dra. Nadir do Nascimento Nogueira

PRÓ-REITOR (A) DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prof. Dr. André Macedo Santana

PRÓ-REITOR (A) DE ADMINISTRAÇÃO

Lucas Lopes de Araújo

PRÓ-REITOR (A) DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof. Dra. Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira

PRÓ-REITOR (A) DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Prof. Dr. João Xavier da Cruz Neto

PRÓ-REITOR (A) DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dra. Regina Lúcia Ferreira Gomes

PRÓ-REITOR (A) DE EXTENSÃO E CULTURA

Prof. Dra. Cleânia de Sales Silva

PRÓ-REITOR (A) DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Prof. Dra. Adriana de Azevedo Paiva

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira

Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Maraísa Lopes

Coordenadora Geral de Graduação

Maria Rosália Ribeiro Brandim

Coordenadora Geral de Estágio

Mirtes Gonçalves Honório

Coordenadora de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular

Lucyana Oliveira Barbosa

Diretora de Administração Acadêmica

Rosa Lina Gomes do N. Pereira da Silva

Coordenadora de Administração Acadêmica Complementar

Josânia Lima Portela Carvalhedo

Coordenadora de Seleção e Programas Especiais

Ana Caroline Moura Teixeira

Assistente do Pró-Reitor

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELA
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DIRETOR:

DR. CARLOS SAIT PEREIRA DE ANDRADE

VICE-DIRETORA:

DRA. ROMINA JULIETA SANCHEZ PARADIZO DE OLIVEIRA

COORDENADOR DO CURSO:

DR. RAIMUNDO NOATO FERREIRA DO NASCIMENTO

SUBCOORDENADOR DO CURSO:

DRA. MARCIA LEILA DE CASTRO PEREIRA

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO

FERDINAND CAVALCANTE PEREIRA

MARCIA LEILA DE CASTRO PEREIRA

MARIA ROSÂNGELA DE SOUZA

MARY ALVES MENDES

MÔNICA DA SILVA ARAUJO

RAIMUNDO NONATO FERREIRA DO NASCIMENTO

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Prof. Dr. Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento

Profa. Dra. Ana Beatriz Martins Dos Santos Seraine

Prof. Dr. Ferdinand Cavalcante Pereira

Profa. Dra. Marcia Leila De Castro Pereira

Profa. Dra. Maria Rosângela De Souza

Profa. Dra. Mary Alves Mendes

Profa. Dra. Mônica Da Silva Araujo

ATO DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO:

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

Prof. Dr. Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento – Relator

Profa. Dra. Ana Beatriz Martins Dos Santos Seraine – Membro

Prof. Dr. Ferdinand Cavalcante Pereira – Membro

Profa. Dra. Marcia Leila De Castro Pereira – Membro

Profa. Dra. Maria Rosângela De Souza – Membro

Profa. Dra. Mary Alves Mendes – Membro

Profa. Dra. Mônica Da Silva Araujo – Membro

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: FUFPI

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí

SIGLA: UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n CEP:
64049-550

CIDADE: Teresina

TELEFONE: (86) 3215-5511

E-MAIL: scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do curso: Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura

Código do Curso: 1105815

Criação do Curso:

Resolução n° 176/08 / CEPEX

Resolução do CONSUN/UFPI n° 01 de 29/11/1987;

Reconhecimento do Curso:

Reconhecido pela portaria n° 1.481 do MEC do dia 13/10/1992.

Publicação: Publicado no diário oficial da União do dia 14/10/1992.

Renovação do reconhecimento, pela portaria do MEC de n° 1.506 do dia 21/09/2010.

Título Acadêmico: Licenciado Em Ciências Sociais

Modalidade: Presencial

Ensino presencial

Duração do Curso:

Mínimo: 4 anos (8 semestres)

Média: 5 anos (10 semestres)

Máximo: 7 anos (14 semestres)

Para alunos com necessidades educacionais especiais acrescentar até 50% do prazo máximo de permanência no curso.

Acesso ao Curso:

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), através do Sistema de Seleção Unificada – SISU/MEC e, de acordo com Edital específico da UFPI.

Regime Letivo: Semestral

Turno (S) de Oferta: Integral: Matutino e Vespertino

Vagas Autorizadas: 26.

Período de Entrada: 1º Semestre

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	1.965h	131
Disciplinas Optativas	240h	16
Trabalho de Conclusão de Curso	150h	10
Atividades Complementares	200h	-
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	405h	27
Atividades curricular de Extensão	340h	-
TOTAL	3.300h	184

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1. INTRODUÇÃO	12
1.1. Justificativa	12
1.2 Contexto regional e local	16
1.3-Histórico e estrutura organizacional da UFPI e do Curso	17
1.3.1 – Da UFPI	17
1.3.2 – Do Curso	19
2- CONCEPÇÃO DO CURSO	21
2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso	21
2.2 Objetivos do curso	24
2.3 Perfil do egresso	25
2.4 Competências e Habilidades	25
2.5 - Princípios	25
3 -PROPOSTA CURRICULAR	26
3.1 Estrutura e organização curricular	26
3.2 Formas de ingresso no curso de Licenciatura em Ciências Sociais	26
3.3 Perfil do Corpo Docente	27
3.4 Matriz Curricular	28
3.5 Prática como componente curricular - PCC (específico para os cursos de licenciatura)	31
3.6 Disciplinas optativas	32
3.7 Estágio, atividades complementares, Atividades curriculares de extensão e trabalho de conclusão	33
3.7.1 Dos princípios e dos objetivos	34
3.7.2 Das condições de realização do Estágio Supervisionado Obrigatório	35
3.7.3 Da organização do Estágio Supervisionado Obrigatório	35
3.7.4 A CGE tem como funções básicas:	36
3.7.5 São atribuições da Coordenação de Estágio Supervisionado Obrigatório dos cursos de Licenciatura:	36
3.7.6 Do estudante estagiário	37
3.7.8 Do supervisor de campo de Estágio Supervisionado Obrigatório	38
3.7.9 Campo de estágio	38
3.7.10 Da avaliação	39

3.7.11 Definição dos Termos.....	40
3.8 As atividades complementares	40
3.9 Atividades Curriculares de Extensão:.....	48
3.10 O trabalho de conclusão de curso - TCC	50
3.10.1 Da organização.	51
3.10.2 Da orientação:.....	52
3.10.3 Das competências:	52
3.10.4 Compete ao professor orientador;.....	52
3.10.5 Compete ao orientando:.....	53
3.10.6 Da Avaliação	53
3.11 Metodologia	53
4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	55
4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão.....	55
4.2 Apoio ao discente.....	56
4.2.1 Apoio Institucional ao discente.	56
4.2.2 Atividades de apoio didático/ nivelamento.....	56
5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO.....	57
5.1 Da aprendizagem.....	57
5.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	57
6-EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS.	59
7-Ementário das disciplinas optativas:.....	99
8- INFRAESTRURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS.....	131
7.1 Instalações, equipamentos	131
7.2 Biblioteca.....	131
9 - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	133
9.1 Equivalência entre projetos pedagógicos – Transição	133
9.2 Cláusula de vigência:	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CONSULTADAS	142
ANEXO I – MODELO DE FLUXOGRAMA.....	145

APRESENTAÇÃO

O projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais (PPC) constitui-se como um instrumento educacional resultante do trabalho realizado pela Coordenação do Curso, Núcleo Docente Estruturante (NDE), professores do curso de Ciências Sociais – Licenciatura e Bacharelado e pelo apoio discente representado pelo Centro Acadêmico do Curso de Ciências Sociais (CACCS). E ancora-se nos preceitos curriculares e no aporte teórico-metodológico, ético e político que orienta o perfil profissional do docente de Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) a ser formado por esta IES.

É, portanto, nessa perspectiva que o presente PPC apresenta um currículo atualizado, estando de acordo com as mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas nos últimos anos (2008 -2019). Considerando que o atual Projeto Pedagógico do Curso, foi elaborado em 2008, tendo como principal referência as diretrizes e normas para o ensino de Ciências Sociais, Parecer CNE/CES 492/2001, Parecer CNE/CES 1.363/2001, Parecer CNE/CP 009/2001, Resolução CNE/CP 001/2001, Resolução CNE/CES 17/2002, Parecer CNE/CP 28/2001); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei 9.394/1996, nesta versão reformulada seguimos além das diretrizes acima citadas, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024) instituído pela lei nº 13.005/2014; Resolução 177/2012 do CEPEX/UFPI que regulamento os cursos de Graduação na UFPI; Resolução 02/2015 do CNE/CP, que define as diretrizes nacionais para formação inicial e continuada para o magistério superior; e Resolução 220/2016 do CEPEX/UFPI, que define as diretrizes curriculares para formação em nível superior de profissionais do magistério para educação básica na UFPI.

Um aspecto importante deste documento, são as inovações ora apresentadas, que trazem para nosso alunado, novas possibilidades de formação, bem como uma ampliação da mesma. Nesse sentido, destacamos o aumento da carga horária formativa dos alunos; as possibilidades de participação em experiências práticas (trabalhos de campo); reconhecimento e valorização da participação dos alunos em grupos de pesquisa coordenado por professores do curso; participação em projetos de extensão e pesquisa; além da inserção nos Programa Institucionais de Bolsas e Programas de monitoria. O que se segue, é uma Proposta Pedagógica com um currículo atualizado e contextualizado, que incentiva a interação social, bem como a articulação teoria e prática, o que é essencial para o aluno de Ciências sociais futuro professor da área na Educação Básica.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Justificativa

O curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí - UFPI, criado em 1984, portanto, há 34 anos, teve a primeira reformulação do currículo em 2008, vinte e quatro anos após a sua criação. Tal reformulação deu-se através da submissão de dois Projetos de Reforma Curricular: um na modalidade Licenciatura e outro na modalidade Bacharelado, com grades curriculares e fluxogramas específicos para cada Curso, ambos aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX/UFPI, respectivamente, através das Resoluções nº 176/08 e nº 177/08, de 29 de agosto de 2008. Essa reformulação tinha por objetivo corrigir a defasagem que se apresentava no sentido de responder à própria dinâmica e, portanto, mudanças presentes na sociedade em seus aspectos sociais, culturais e políticos, mas também adequar-se à realidade normativa das diretrizes curriculares e resoluções¹ na área de educação e especificamente relativa ao ensino de Ciências Sociais.

Ao longo dos 10 (dez) anos de implementação da reforma curricular acima mencionada, Coordenadores(as) do Curso e Chefes(as) de Departamento, em seus respectivos mandatos, permaneceram atentos(as) às manifestações dos(as) docentes e especialmente dos(as) discentes, em relação ao desenvolvimento do Currículo Reformulado em suas dimensões teóricas, metodológicas e pedagógicas. Constatou-se, nesse intervalo de tempo, que houveram diversas demandas requisitadas e que essas eram decorrentes das lacunas, indefinições e desatualizações dos referidos projetos pedagógicos (Bacharelado e Licenciatura), frente à própria dinâmica e mudanças ocorridas nas mais diversas áreas e dimensões da sociedade contemporânea, daí a necessidade de repensá-los e reformulá-los na atualidade. Dessa forma, o que se apresenta aqui, é uma reformulação do PPC do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais e oportunamente, será realizado uma reformulação do PPC do Bacharelado.

A reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais tem como justificativa, além das já apontadas acima, a necessidade de estar em consonância com a *Resolução nº 02/15*, do Conselho Nacional de Educação, que define

¹Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/1996, Resolução 115/205 do CEPEX, Parecer CNE/CES 492/2001, Parecer CNE/CES 1.363/2001, Parecer CNE/CES 28/2001, Resolução CNE/CP 001/2002, Resolução CNE/CP 002/2002, Resolução CNE/CES 17/2002.

as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada; *Resolução nº 220/16* do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-CEPEX da UFPI, que define as diretrizes curriculares para formação em nível superior de profissionais do magistério para a educação básica na UFPI; *Portaria nº 330/17* da PREG/CAMEN, que define as diretrizes institucionais para o desenvolvimento dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos de Graduação, da Universidade Federal do Piauí-UFPI; *Resolução nº 2/17* do Conselho Nacional de Educação, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Ambas resoluções e portarias definem princípios, competências, estrutura curricular e organização didático-pedagógica que devem ser contemplados nos novos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura.

Desse modo, essa reformulação propôs-se:

a) ampliar a carga horária do Curso de Licenciatura, conforme a legislação acima citada;

b) atualizar o perfil dos (as) graduandos (as), destacando competências e habilidades que o curso deve desenvolver para outorga de diploma;

c) alterar a Organização e Estrutura Curricular no que se refere às disciplinas que formam o núcleo de Formação Específica e Interdisciplinar, destacando seus Componentes Curriculares Obrigatórios e Optativos (teóricas, metodológicas e temáticas), e a carga horária necessária conforme as diretrizes, avaliando cada componente curricular, atualizando as ementas e referências básicas e complementares das disciplinas, ora ampliando, ora descartando aqueles que foram avaliados como desatualizados para o contexto atual de atuação profissional na docência em Ciências Sociais, ao tempo que se observava os pré-requisitos relacionados a cada componente verificando aqueles que de alguma forma estagnavam a progressão do(a) discente na integralização do currículo, atrasando a sua formatura;

d) incluir novas disciplinas no núcleo de optativas, compreendendo essas como componentes de aprofundamento e diversificação dos conteúdos obrigatórios e em sintonia com a proposta pedagógica do Curso. Com essa reformulação do Projeto

Pedagógico, os(as) licenciandos(as) que antes deveriam cursar dois componentes optativos, passam a cursar quatro, ampliando assim a oferta destas disciplinas, considerando as demandas discentes e buscando em outros cursos dessa IES, disciplinas que contribuíssem com a ampliação da visão dos (as) futuros professores de Ciências Sociais. As disciplinas optativas que foram incluídas na grade curricular foram: Estudos urbanos e rurais; Os partidos políticos: teoria e história; Estado e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo; Sociologia do Trabalho; Antropologia Brasileira; Estado, políticas públicas e classe social no Brasil; Movimentos sociais e participação política no Brasil; Cultura e política; Políticas públicas e sociais no Brasil; Sociologia rural; Imagens e narrativas do sertão; Antropologia da Religião; Teoria sociológica brasileira; Sociologia do corpo; Sociologia do envelhecimento; Sociologia da Saúde; Identidades Coletivas e processos de territorialização; Relações étnico raciais; Organização social e parentesco; Etnologia Indígena; Rituais e Simbolismos; Antropologia do Corpo; Antropologia da Saúde e da Doença; Antropologia Política; Antropologia e psicanálise; Antropologia das emoções; Fronteiras, interculturalidade e mobilidades.

e) incluir novas disciplinas no núcleo de obrigatórias, compreendendo essas como componentes de grande importância para aprofundamento e diversificação dos conteúdos obrigatórios e em sintonia com a proposta pedagógica do Curso. As disciplinas obrigatórias que foram incluídas nesta proposta foram: História Social e Política do Brasil; Geografia Humana e Ambiental; Pensamento Social Brasileiro; Antropologia e Educação; Epistemologia das Ciências Sociais; Teoria de Currículos e Sociedade; Estudos Latinos Americanos; História Social do Piauí; Ética e Relações Profissionais; Infâncias Juventudes e Sociedades; Gênero, Identidades e Diversidades; Conflitualidades e Violência; Leitura e Produção de Textos para Fins Acadêmicos; Planejamento e Políticas para a educação.

f) excluir algumas disciplinas da estrutura curricular, substituindo por novas disciplinas, visando uma formação mais ampla e abrangente para nossos alunos. As disciplinas que foram excluídas da grade curricular são: Teoria Antropológica III, Teoria Sociológica III, Teoria Política III, (o conteúdo destas disciplinas foram condensados nas disciplinas de Iniciação, teoria I e II); Formação Histórica do Mundo Contemporâneo; Formação Histórica do Brasil; Geografia Humana e Econômica; História da Educação; Estatística Aplicada às Ciências Sociais; Seminário de Antropologia; Seminário de

Política; Seminário de Sociologia; Tópico de Antropologia; Tópico de Política, Tópico de Sociologia; Planejamento e Assessoria; Leitura, Interpretação e Produção de Textos.

g) ampliar o quesito relativo ao núcleo de atividades complementares e culturais integradoras de estudos, incluindo a participação de estudantes de graduação em grupos de pesquisa e/ou núcleos de estudos dessa IES ou outras Instituições de Ensino Superior, que se soma aos outros componentes já cadastrados, a exemplo da participação e/ou organização de congressos, simpósios, colóquios, semanas acadêmicas, minicursos, atividades de iniciação à docência, à pesquisa e à extensão participação em centro acadêmico, representação estudantil junto ao colegiado do curso, monitoria, trabalhos publicados;

h) alterar a forma de apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, bem como sua modalidade. Nesse sentido, define-se como Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, do curso de Licenciatura em Ciências Sociais **a Monografia**, e como requisito obrigatória a defesa pública com banca examinadora e em conformidade com a Portaria nº 330/17, da PREG/CAMEN, que trata das diretrizes gerais para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, na UFPI;

i) redesenhar o fluxograma da licenciatura, conforme a Resolução nº 220/16 – CEPEX/UFPI, que define as diretrizes curriculares para a formação em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica na UFPI, considerando as reformulações e proposições nesse processo de avaliação do Curso e de seu Projeto Pedagógico. No redesenho do fluxograma será possível realinhar os componentes curriculares nos diferentes níveis ou semestres letivos, observando aspectos operacionais, pedagógicos e teórico-metodológicos específicos.

Por fim, há que se esclarecer que essa proposta de reformulação do projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, foi inicialmente discutida com representantes do Núcleo Docente Estruturante – NDE e definido um cronograma de trabalho e discussão para os segmentos que participam desse processo de avaliação, a saber, docentes da área de Antropologia, Ciência Política e Sociologia, discentes do curso (no primeiro momento, representantes do Centro Acadêmico), onde cada um desses segmentos deveria reavaliar as respectivas áreas de estudos e fazerem suas proposições e alterações a serem encaminhadas para discussão no NDE. Uma vez sistematizada e finalizada a proposta pelo NDE, a mesma foi apresentada no colegiado do Curso e para

os discentes (com os discentes foram realizadas duas reuniões com alunos, a primeira contou com a participação de 61 alunos, já a segunda apenas 30 alunos de todos os períodos do curso), para ser discutida e ainda alterada, caso fosse necessário. Uma vez finalizada consensualmente nestes segmentos, essa proposta foi encaminhada ao setor de Avaliação de Currículo que atestada será encaminhada ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para discussão, aprovação e publicação de Resolução da Reforma Curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1.2 Contexto regional e local

O estado do Piauí é muito diverso e apresenta aspectos socioeconômicos, políticos, ambientais e culturais bem distintos de outros estados brasileiros. É possuidor de uma rica diversidade social e cultural sendo, portanto, considerado o berço do homem americano. Ao considerarmos o estado do Piauí nesse contexto regional, nacional e porque não dizer mundial, fica evidente o quão importante é a formação de Cientista Social em nossa universidade, principalmente, quando se fala de um curso de formação de professores, os quais em sua prática docente, realizarão atividades de ensino pesquisas e divulgação dessa rica diversidade sociocultural. No entanto, mesmo sabendo da importância do processo de formação docente na área de Ciências Sociais, ainda vemos muitos entraves político-administrativos, a escassez de investimentos e a necessidade de ampliar o acesso ao ensino superior dos piauienses.

Acreditamos que a formação do profissional docente pode e deve intervir para modificar o cenário das tensões na vida diária das pessoas, perceptíveis pelo aumento do desemprego, carências sociais e violência. Nesse sentido, é preciso evidenciar que a inserção de jovens e adultos no curso de licenciatura em Ciências Sociais é de extrema importância para a compreensão e análise das diversas situações de transformações sociais e econômicas pelas quais está passando nosso país. O professor, enquanto formador, contribui para que os alunos da educação básica, tenha uma visão crítica da realidade que os cercam. É preciso, diante de tal situação estar atento as diversas mudanças, sejam elas, culturais, sociais e econômicas.

A dimensão cultural deve ser interpretada, como parte do processo histórico enraizado nos valores das mais diversas manifestações culturais. Dessa forma, o curso de Ciências Sociais poderá, a partir da formação de profissionais contribuir para dar a

conhecer e interpretar a realidade piauiense. Já as dimensões sociais, econômicas, clamam por uma visão política que seja capaz de estimular a capacidade crítica de entendimento da realidade que nos envolve. Esses são, portanto, caminhos necessários para entendermos a sociedade em que vivemos. Nesse sentido, o curso de Licenciatura em Ciências Sociais tem contribuído para dirimir as dificuldades relativas à falta de profissionais com a qualificação adequada para analisar a realidade social e cultural de nosso estado, bem como tem formado profissionais qualificados para atuar no trabalho com educação básica. Seguindo essa perspectiva, podemos afirmar que dezenas de alunos, egressos do curso de Ciências de Sociais vem sendo absorvido pelo mercado de trabalho de nosso estado, confirmando assim a importância do curso para o desenvolvimento social, político, econômico e acadêmico do Piauí. Além disso, nos últimos 10 anos, o curso vem proporcionado aos seus egressos a possibilidade de prosseguirem seus estudos, por meio de seu ingresso na Pós-graduação, seja na área de Antropologia, Ciência Política ou Sociologia.

1.3-Histórico e estrutura organizacional da UFPI e do Curso

1.3.1 – Da UFPI

Universidade Federal do Piauí (UFPI) é uma IES de natureza federal, de estrutura multicampi, mantida pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), com sede e foro na cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí e com quatro outros Campi, instalados nas cidades piauienses de Parnaíba, Picos, Bom Jesus e Floriano. Ministra cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância, conferindo os graus de bacharel e licenciado, de pós-graduação *lato sensu* (especialista) e outorga títulos de mestre e doutor aos concluintes dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Segundo o seu Estatuto (Art. 3º) a UFPI tem por objetivo “cultivar o saber em todos os campos do conhecimento puro e aplicado” e dentre as suas funções específicas, estão: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua; incentivar a pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura; divulgar conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de

publicação ou de outras formas de comunicação; estimular o conhecimento dos problemas, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; promover extensão, aberta à participação da sociedade, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

A UFPI foi credenciamento em 1945 (Decreto nº 17.551 de 09.01.1945) como Faculdade isolada e em 1968 como Universidade (Lei 5528, de 12.11.68) sendo reconhecida em 2012, através da Portaria MEC nº 645 de 18/05/2012, pelo prazo de dez anos. O atual Regimento Geral da UFPI foi adaptado à LDBEN/1996 através da Resolução do CONSUN nº 45/99, de 16/12/99 e alterado posteriormente pela Resolução nº 21, de 21/09/2000. O Estatuto da Fundação (FUFPI) foi aprovado pela Portaria MEC 265, de 10 de abril de 1978 e alterado pela Portaria MEC nº 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993. Considerando a ampliação da infraestrutura e dos órgãos gestores internos, a UFPI está trabalhando na sua nova legislação estatuinte.

A administração da Universidade realiza-se nos planos de deliberação e execução, tanto em nível superior, como em nível de unidades de ensino. De conformidade com os documentos oficiais, os órgãos da administração têm jurisdição, no âmbito de sua competência, sobre toda a Universidade, sendo descentralizada a execução das atividades administrativas, sem prejuízo da integração, que se opera através da supervisão, da coordenação e do controle exercidos pelos órgãos da administração superior, em qualquer nível, e da articulação entre os órgãos do mesmo nível. A UFPI adota decisões colegiadas, exercendo os princípios da democracia e justiça social. A administração central é composta pela Reitoria, Vice-Reitoria e Pró-Reitorias: de Ensino de Graduação (PREG); de ensino de Pós-Graduação (PRPG); de Pesquisa (PROPESQ); de Extensão (PREX); de Administração (PRAD); de Planejamento e Orçamento (PROPLAN); e de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC). Seus cursos e programas, vinculados às Pró-Reitorias já especificadas, são ministrados no Campus sede e em 04 Campi sediados no interior do Piauí: Campus Ministro Reis Veloso (CMRV), de Parnaíba; Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB), de Picos; Campus Prof.^a Cinobelina Elvas (CPCE) de Bom Jesus; e Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS) de Floriano. No Campus sede existem 06 (seis) unidades de ensino convencionalmente denominadas de centros de ensino, que são os Centros de Ciências: da Educação (CCE), da Natureza (CCN), Humanas e Letras (CCHL), Agrárias (CCA), Saúde (CCS) e Tecnologia (CT) e mais um

centro diferenciado que congrega os cursos na modalidade EaD: Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD). Integram também a estrutura da UFPI três Colégios Técnicos, que ministram cursos ligados à educação básica, sendo um localizado em Teresina e dois no interior do Estado, nos municípios de Floriano e de Bom Jesus, cujas estruturas acadêmico-administrativas localizam-se nas proximidades do CAFS e CPCE.

1.3.2 – Do Curso

O curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí, tem suas raízes na instalação da Missão Arqueológica Franco-brasileira e na criação do Núcleo de Antropologia Pré-histórica (NAP) na Universidade Federal do Piauí, em fins da década de 1970, marco da institucionalização da pesquisa antropológica e arqueológica no Estado do Piauí, sendo criado no ano de 1983 por meio da Resolução do CONSUN/UFPI nº 01 de 29/11/1983.

No ano de 1987, por meio da Resolução nº 01 de 29/11/1987 o CONSUN/UFPI, criava-se o curso de Licenciatura em Ciências Sociais como modalidade extensiva e complementar ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, sendo de caráter opcional e composta apenas de seis disciplinas pedagógicas que concluídas possibilitava aos(as) discentes ministrarem aulas de Sociologia no Ensino Médio. A certificação de conclusão se dava através de um apostilamento de reconhecimento do Curso no verso do diploma do Curso de Bacharelado. Essa configuração curricular deixava a desejar no que se refere à modalidade licenciatura, tanto no que se refere ao conteúdo pedagógico necessário à formação de um(a) licenciado(a), como também não gerava identificação com a carreira da docência.

Com estas características o “Curso de licenciatura” não atendia aos anseios dos discentes, e em 2008, o curso passaria por uma reformulação, através da submissão de dois Projetos de Reforma Curricular, um na modalidade Licenciatura e outro na modalidade Bacharelado, com grades curriculares e fluxogramas específicos para cada Curso, ambos aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX/ UFPI, respectivamente, através das Resoluções nº 176/08 e nº 177/08, consolidadas em 29 de agosto de 2008. Essa reformulação tinha por objetivo corrigir a defasagem que se apresentava no então currículo em responder à própria dinâmica e, portanto, mudanças presentes na sociedade em seus aspectos social, cultural e político, mas também adequar-

se à realidade normativa das diretrizes curriculares e resoluções² na área de educação e especificamente relativa ao ensino de Ciências Sociais.

A partir da reforma curricular, o curso passou a ser de duração plena, com carga horária e conteúdo pedagógico adequado a uma formação em licenciatura. A pretensão inicial era que esses cursos (Bacharelado e Licenciatura) funcionassem em turnos distintos para atender a público diverso. Todavia as condições estruturais, no que se refere ao espaço físico (salas de aula) e ao corpo docente dessa Instituição de Ensino Superior, não eram suficientes para tal investidura. Até o presente momento, discentes do Curso de Licenciatura cursam as disciplinas do tronco comum com os discentes do curso de Bacharelado até o terceiro período letivo. Daí em diante, além das disciplinas específicas do curso, os estudantes de Licenciatura passam a cursar disciplinas específicas da formação pedagógica no Centro de Ciências da Educação.

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFPI, como já afirmamos acima, vem contribuindo de forma significativa com o processo de formação de profissionais docente para atuação na educação básica. O mesmo pode ser dito da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, que também oferta o curso de Licenciatura em Ciências Sociais tanto na cidade Teresina, como na cidade de Parnaíba. Em termos de números, de acordo com um levantamento do Ranking de Cursos, realizado pela Folha de São Paulo³, hoje no Brasil são 108 cursos de Ciências Sociais, sendo a maioria destes cursos, em instituições públicas de ensino. No Nordeste, por exemplo, são 25 cursos de Ciências Sociais, 24 em Instituições públicas e um curso em uma instituição privada. Diante desse cenário regional, o curso de Ciências Sociais da UFPI, vem dialogando em nível local, com o curso da UESPI, de forma regional com os outros cursos do Nordeste, notadamente com os cursos do Maranhão, Ceará, Paraíba e Pernambuco. É importante ressaltar que no contexto local, o curso vem se consolidando no processo de formação de Cientistas Sociais, o que tem contribuído em larga escala com o processo de desenvolvimento técnico científico e acadêmico do estado do Piauí.

²Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/1996, Resolução 115/205 do CEPEX, Parecer CNE/CES 492/2001, Parecer CNE/CES 1.363/2001, Parecer CNE/CES 28/2001, Resolução CNE/CP 001/2002, Resolução CNE/CP 002/2002, Resolução CNE/CES 17/2002.

³ <https://ruf.folha.uol.com.br/2016/ranking-de-cursos/ciencias-sociais/>

2- CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 Princípios curriculares e especificidades do Curso

Os princípios curriculares que nortearão o curso de Licenciatura em Ciências Sociais, estão em conformidade com PDI/UFPI 2015-2019, bem como com Resolução CEPEX – UFPI 220/2016, que destaca que a proposta pedagógica de cada curso deve ser baseada em princípios que reforçam a sua função social e o seu papel como instituição pública, dentre os quais citamos:

a) Concepção de formação e desenvolvimento da pessoa humana, levando em consideração os pressupostos axiológico-éticos, a dimensão sócio-política, a dimensão sociocultural, a dimensão técnico-científica e técnico-profissional; o processo de formação do licenciando em Ciências Sociais, prima pelo desenvolvimento de valores éticos, tendo como base o respeito à dignidade da pessoa humana em suas diferentes dimensões. Nesse sentido, reconhecemos que o Licenciado em Ciências Sociais – futuro professor de Sociologia – deve ter um perfil que lhe é específico, com saberes especializados que sejam capazes de compreender e interpretar a realidade na qual está inserido, pois esta mesma realidade é conteúdo significativo de seu processo de formação profissional. Assim, o Licenciado em Ciências Sociais, deve preocupar-se com o desenvolvimento, intelectual, social, cultural, político e ambiental dos membros de nossa sociedade, levando em consideração que esta sociedade é diversa devendo, portanto, considerar, respeitar e valorizar a diversidade, etnicorracial, de gênero, sexo, social e religiosa. Do licenciado em Ciências Sociais e futuro professor de Sociologia, espera-se que seja, consciente de seus direitos e deveres, que tenha autonomia intelectual, e que possa atuar de forma honesta, qualificada, sem preconceitos e com compromisso social.

b) Observância à ética e respeito à dignidade da pessoa humana e ao meio ambiente, por meio da construção de projetos coletivos dotados de sustentação ética e respeito à dignidade e às diferenças, procurando responder à complexidade das relações sociais e minimizar as desigualdades e tensões decorrentes de um contexto social em permanente transformação. Dessa forma, o egresso do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais e – futuro professor de Sociologia – deve dispensar tratamento digno e respeitoso com seus pares e principalmente com seus alunos, devendo, portanto, compreender e

respeitar as diferenças etnicorracial, de gênero, sexo, social e religiosa presentes em seu contexto social e de trabalho.

c) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão, em atendimento aos princípios basilares da Universidade Pública Brasileira e na tentativa de atender as demandas da sociedade contemporânea, o curso de Licenciatura em Ciências Sociais, vem oferecendo a seus alunos, uma formação que tem como base a articulação entre teoria e prática, cujo intuito é que os nossos estudantes consolidem sua formação por meios dos fundamentos, teóricos metodológicos e práticos que sustentam a produção de conhecimento do cientista social. Nesse sentido, os docentes do curso de Ciências Sociais, vem desenvolvendo projetos de pesquisas no sentido de garantir a participação dos discentes, principalmente, no âmbito da Iniciação Científica e da extensão. Além disso, o próprio departamento, vem oferecendo os mais variados cursos de extensão, todos voltadas para a formação acadêmico-científica de nossos alunos.

d) Interdisciplinaridade e multireferencialidade: A complexidade do fenômeno educativo, requer um eixo que trate das experiências que envolvem a abordagem integrada de várias áreas do conhecimento como concepção curricular, considerando suas implicações no ensino. No que diz respeito a interdisciplinaridade, podemos afirmar que, o curso de Ciências Sociais é por natureza interdisciplinar e por esta razão entende que a interdisciplinaridade é uma estratégia que visa conciliar os domínios próprios de cada área, para que estas possam atuar no sentido de complementaridade e da cooperação afim de solucionar problemas e responder aos desafios da complexidade da sociedade contemporânea. Partindo dessa compreensão, entendemos que por mais que haja uma compartimentação didática entre as áreas do conhecimento, prima-se pela relação interdisciplinar. É válido lembrar que a formação curricular de cada disciplina e porque não dizer de cada área do conhecimento pensada neste PPC, atentou para as diferentes possibilidades de comunicação entre as mesmas.

A multireferencialidade, também, deve compor as propostas dessas intervenções didáticas, ampliando as apropriações sobre linguagens, gênero, cultura e formas emergentes de produção do conhecimento ou aquelas ainda não reconhecidas no contexto acadêmico. Nesse sentido, o curso de Licenciatura em Ciências Sociais, partindo de uma perspectiva multirreferencial tem como objetivo estabelecer um novo olhar sobre o ser humano plural, tendo como base as várias correntes teóricas que formam o curso, afim de

construir novas perspectivas epistemológicas para a construção do conhecimento sobre os fenômenos sociais.

e) **Uso de tecnologias de comunicação e informação** - objetiva a formação de um viés entre educação, comunicação, tecnologias inteligentes e construção do conhecimento. No curso de Licenciatura em Ciências Sociais, não temos disciplinas específicas da área de tecnologia de informação, no entanto nos utilizamos destas ferramentas como instrumentos que nos ajudam no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, o uso das TICs, como recursos didáticos tem sido uma constante no curso de Ciências Sociais, pois utilizamos diferentes mídias e tecnologias, bem como ambientes virtuais de aprendizagem e suas ferramentas. Dentre as ferramentas por nós utilizadas podemos citar: fóruns de debates, via sigaa, blogs, chats, videoconferências, programa de computadores, entre outros recursos que nos auxiliam no processo de ensino com nossos alunos.

f) **Avaliação:** No curso de Licenciatura em Ciências Sociais o processo de avaliação inclui as experiências sistematizadas de registro e acompanhamento humanizado do processo de aprendizagem, ultrapassando a concepção quantitativa e classificatória de avaliação. Nesse sentido, a preocupação principal dos professores do curso é estabelecer um processo sistemático de avaliação que não esteja alicerçado apenas na concepção quantitativa, mas que tenha um caráter qualitativo do processo de aprendizagem do aluno. Com esta concepção de avaliação, os professores têm autonomia para dentro de suas especificidades desenvolverem o processo avaliativo respeitando as especificidades das disciplinas, bem como dos sujeitos envolvidos no processo.

g) **Articulação entre teoria e prática.** Compreendida como um princípio de aprendizagem que se afasta da lógica positivista de produção do conhecimento e possibilita que os alunos se envolvam com problemas reais, tomem contato com seus diferentes aspectos e influenciem nas soluções. As atividades práticas constituem-se em momentos de importantes aprendizagem para nossos alunos. No curso de Licenciatura em Ciências Sociais, essa interação é constante, pois tendo os processos sociais e culturais como objeto de nossos estudos essa relação acontece sistematicamente. Entretanto, essa relação se mostra mais proeminente, através da participação dos alunos nos grupos de pesquisa, bem como em projetos de pesquisa e extensão, através do Estágio Supervisionado Obrigatório, PIBID e agora da Residência Pedagógica. Contudo, é

necessário alertar que para que tal interação aconteça é de fundamental importância o apoio institucional da UFPI.

h) Flexibilização curricular, a partir da realidade da UFPI, o Projeto Pedagógico de cada curso, no exercício de sua autonomia, deverá prever, entre os componentes curriculares, tempo livre, amplo o suficiente para permitir ao aluno incorporar outras formas de aprendizagem e formação social. Nesse sentido, o curso de Licenciatura em Ciências Sociais, está passando por essa mudança, exatamente para melhor realizar essa flexibilização curricular. Uma das propostas é fazer uma divisão de oferta entre Licenciatura e Bacharelado, flexibilizando assim a oferta de disciplinas. Outra mudança que estamos propondo é exatamente a quebra de muitos pré-requisitos, o que de certa forma, ajudará muito nesse processo. Como o curso só oferta uma entrada por ano, estamos propondo as mudanças acima, para que possamos de alguma forma flexibilizar o currículo.

2.2 Objetivos do curso

- Desenvolver a autonomia intelectual do estudante, estimulando sua capacidade analítica e a competência de articulação entre categorias teóricas, formulação de problemas e intervenção social.
- Capacitar o licenciando tanto para o meio profissional, quanto para a pesquisa acadêmica, com perfil reflexivo e comprometido com as questões sociais, culturais e políticas locais, regionais e nacionais de um modo crítico e transformador.
- Estabelecer uma formação que envolva a qualificação para o exercício do ensino, buscando desenvolver competências didático-pedagógicas com base em habilidades de exposição, argumentação e análise teórica, e também da pesquisa enquanto produtora de conhecimento para a inserção na realidade social.
- Contribuir para a formação de profissionais comprometidos com o exercício da cidadania e da responsabilidade social e capazes, portanto, de difundir seus conhecimentos em direção à ampla participação dos mais variados segmentos sociais.

2.3 Perfil do egresso

O Licenciado em Ciências Sociais atuará como docente em instituições educacionais públicas e privadas da educação básica e no ensino superior no país, estando habilitado e qualificado a ensinar as matérias que compõem o corpus das ciências sociais, a saber: Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

O licenciado em Ciências Sociais estará habilitado para atuar na pesquisa e elaboração de projetos, bem como nas áreas de planejamento, formação e assessoria junto a empresas públicas, privadas, organizações não governamentais, governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e atividades similares.

2.4 Competências e Habilidades

Dentre as competências e habilidades esperadas do licenciado em Ciências Sociais, estão principalmente: Autonomia intelectual; Capacidade de analisar e interpretar a realidade social, política e cultural do país; Competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social; Compromisso social; Articulação de competências técnica, política e humana; Ser um professor/pesquisador com visão global e inter(multi)disciplinar, capaz de articular a construção e o diálogo do conhecimento específico de Ciências Sociais com outros conhecimentos e com o aluno coletivamente.

2.5 - Princípios

- ✓ Propiciar aos discentes uma formação teórico-metodológica sólida em torno dos eixos que formam a identidade do curso – a multidisciplinaridade e as três áreas principais, a saber, Antropologia, Sociologia e Ciência Política – e fornecer instrumentos para estabelecer relações com a pesquisa e a prática social;
- ✓ Criar uma estrutura curricular que estimule a autonomia intelectual, a capacidade analítica dos estudantes e uma ampla formação humanística;
- ✓ Compreender que o curso de graduação é um percurso que abre um campo de possibilidades capaz de promover a integração entre a universidade e a comunidade, tendo em vista especialmente a extensão dos processos educativos e formativos existentes para os mais diferentes segmentos sociais, e não apenas uma grade curricular;

- ✓ Estimular a produção de um projeto pedagógico que explicita os objetivos do curso, a articulação entre as disciplinas, as linhas e núcleos de pesquisa, a extensão e a pós-graduação;
- ✓ Incentivar a cultura da avaliação institucional no sentido do aperfeiçoamento constante do curso.

3 -PROPOSTA CURRICULAR

3.1 Estrutura e organização curricular

A estrutura Curricular do curso de Ciências Sociais é composta dos seguintes itens: formas de acesso; perfil do corpo docente; matriz curricular organizada detalhando para cada componente curricular a Carga Horária Teórica (CT), Carga Horária Prática (CP), Estágio (E), Atividades Complementares (AC), Carga Horária Total (CH), Pré-requisito das disciplinas e equivalência entre as disciplinas do currículo atual com as disciplinas do currículo anterior; disciplinas optativas; Carga Horário de Prática como Componente Curricular, Estágio Supervisionado, Atividades Curriculares de Extensão, orientações para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Orientações acadêmicas, Infraestrutura do curso, Coordenação pedagógico.

Ressaltamos que a Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais atende ao disposto no decreto nº 22/12/2005, que inclui a obrigatoriedade da disciplina Língua Brasileira de Sinais – Libras, atende também a (Resolução CNE/CP nº 01/2012), sobre educação e direitos humanos, educação das questões étnicorraciais (Resolução CNE/CP nº 01/2004), educação ambiental (Resolução CNE/CP nº 02/2012), de processo de envelhecimento (Lei federal nº 10.741/2003) pois entendemos que estes conteúdos fazem parte da formação dos futuros professores, seja como conteúdos complementares ou transversais nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.

3.2 Formas de ingresso no curso de Licenciatura em Ciências Sociais

A forma de ingresso dos estudantes no curso de Licenciatura em Ciências Sociais é estabelecida pela própria Instituição. Atualmente, esta forma de ingresso é regida pela Resolução 177/2012 do CEPEX/UFPI, e os estudantes que desejem ingressar no curso, terão seu desempenho avaliado pelo ENEM. Com esta avaliação, os interessados efetuam sua inscrição via SISU. Ressaltamos ainda, que UFPI, ainda utiliza alguns critérios de inclusão, que tem como base as questões socioeconômicas e étnicorraciais.

3.3 Perfil do Corpo Docente

O corpo docente do curso de Ciências Sociais é formado por um conjunto de doutores e doutoras, especialistas nas três áreas que compõem o curso. Estes são provenientes das mais diversas regiões do país, tendo passado por um processo de formação nas mais diferentes universidades, tanto no país, quanto no exterior. É importante destacar que, em nosso quadro docente, todos/as são doutores/as e com dedicação exclusiva.

Área: Antropologia

Nº	Nome completo	CPF	Siape	Titulação	R.Trabalho
01	Alejandro Raul Gonzalez Labale	909.498.209-87	1219998	Dr	40h / DE
02	Carmem Lúcia Silva Lima	490.622.633-72	1759443	Dra	40h / DE
03	Celso de Brito	281.496.578-60	1326826	Dr	40h / DE
04	Francisca Veronica Cavalcante	239.428.863-91	1520279	Dra	40h / DE
05	Júnia Mota Antonácio Napoleão do Rego	200.079.733-49	04228216	Dra	40h / DE
06	Márcia Leila de Castro Pereira	838.945.511-00	2129289	Dra	40h / DE
07	Maria Lúcia Medeiros de Noronha Pessoa	112.227.513-72	422711	Dra	40h / DE
08	Mônica da Silva Araujo	074.901.537-35	1331905	Dra	40h / DE
09	Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento	773.288.413-20	1519136	Dr	40h / DE
10	Carlos Roberto Filadelfo de Aquino	826.141.645-34	3062968	Dr	40h / DE

Área: Ciência Política

Nº	Nome completo	CPF	Siape	Titulação	R.Trabalho
01	Francisco Pereira Farias	099.764958-54	1167770	Dr	40h / DE

Área: Sociologia

Nº	Nome completo	CPF	Siape	Titulação	R.Trabalho
01	Ana Beatriz Martins dos Santos Seraine	340.120.103-44	1167736	Dra	40h /DE
02	Benedito Carlos de Araújo Junior	306.748.403-72	118773	Dr	40h /DE
03	Carlos Antônio Mendes de Carvalho Buenos Ayres	373.281.664-87	1167739	Dr	40h /DE
04	Ferdinand Cavalcante Pereira	078.489.513-91	1167741	Dr	40h /DE
05	Francisco de Oliveira Barros Júnior	243.824.423-20	1167589	Dr	40h /DE
06	Francisco Mesquita de Oliveira	304.852.903-91	1628577	Dr	40h /DE
07	Maria Dione Carvalho de Morais	177.563.246-68	1167705	Dra	40h /DE
08	Maria Rosângela de Sousa	613.750.553-72	4221710	Dra	40h /DE
09	Mary Alves Mendes	185.427.433-34	1550487	Dra	40h /DE
10	Rosana Maria Marinho Albuquerque	037.690.654-50	1585600	Dra	40h /DE
11	Washington Luís de Sousa Bonfim	347.261.443-91	1167837	Dr	Afastado

3.4 Matriz Curricular

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais tem uma carga horária de 3.480 horas aulas (três mil e quatrocentas e oitenta horas aulas) com duração mínima de quatro (04) anos, portanto, oito (08) semestres e duração máxima de sete (07) anos, sendo quatorze (14) semestres. Para os alunos com necessidades educacionais especiais esse período de duração é acrescido em 50%. As disciplinas que compõem a grade curricular, estão classificadas em: Disciplinas obrigatórias com carga horária teórica; Disciplinas obrigatórias com carga horária prática; Disciplinas optativas com carga horaria teórico e prática; Estágio Supervisionado, Atividades Curriculares de Extensão; Atividades Curriculares Complementares; Total de carga horária.

Síntese da matriz curricular do curso de Licenciatura em Ciências Sociais	Nº de horas aulas
Disciplinas Obrigatórias	1.965
Disciplinas optativas	240
Trabalho de Conclusão de Curso	150
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	405
Atividades Curriculares de Extensão	330
Atividades Curriculares Complementares	200
Total de carga horária.	3.300h

Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1º PERÍODO

DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
Seminário de Introdução ao Curso de Ciências Sociais	1.0.0	15	Sem pré-requisito
Iniciação à Política	4.0.0	60	Sem pré-requisito
Iniciação à Sociologia	4.0.0	60	Sem pré-requisito
Iniciação à Antropologia	4.0.0	60	Sem pré-requisito
Introdução à Metodologia Científica	2.2.0	60	Sem pré-requisito
Leitura e produção de textos para fins acadêmicos	3.1.0	60	Sem pré-requisito
TOTAL	21	315	

2º PERÍODO

DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
Teoria Política I	4.0.0	60	Iniciação à Política
Teoria Sociológica I	4.0.0	60	Iniciação à Sociologia
Teoria Antropológica I	4.0.0	60	Iniciação à Antropologia
Economia Política	4.0.0	60	Sem pré-requisito
História Social e Política do Brasil	4.0.0	60	Sem pré-requisito
Geografia Humana e Ambiental	4.0.0	60	Sem pré-requisito
TOTAL	24	360h	

3º PERÍODO

DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
Teoria Política II	4.0.0	60	Teoria Política I
Teoria Sociológica II	4.0.0	60	Teoria Sociológica I
Teoria Antropológica II	4.0.0	60	Teoria Antropológica I
Psicologia da Educação	4.0.0	60	Sem pré-requisito
Legislação e Organização da Educação Básica	4.0.0	60	Sem pré-requisito
Pensamento Social brasileiro	4.0.0	60	Sem pré-requisito
TOTAL	24	360h	

4º PERÍODO

DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
Didática Geral	2.2.0	60	Psicologia da Educação
Antropologia e Educação	3.1.0	60	Iniciação à Antropologia
Estudos Latinos Americanos	2.0.0	30	Sem pré-requisito
Filosofia da Educação	4.0.0	60	Sem pré-requisito
Epistemologia das Ciências Sociais	4.0.0	60	Sem pré-requisito
Optativa	4.0.0	60	Sem pré-requisito
TOTAL	22	330h	

5º PERÍODO

DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
Teoria de Currículo e Sociedade	2.2.0	60	Sem pré-requisito
Métodos e Técnicas de Pesquisa Social	2.2.0	60	Introdução à Metodologia Científica
Avaliação da Aprendizagem	2.2.0	60	Didática Geral
Metodologia do Ensino de Ciências Sociais	2.2.0	60	Sem pré-requisito
Planejamento e políticas para educação	3.1.0	60	Sem pré-requisito
História Social do Piauí	4.0.0	60	Sem pré-requisito
TOTAL	24	360h	

6º PERÍODO

DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
Estágio Supervisionado I	0.0.9	135	Sem pré-requisito
Optativa	4.0.0	60	Sem pré-requisito
Monografia I	2.2.0	60	Métodos e Técnicas de Pesquisa Social
Sociologia da Educação	4.0.0	60	Iniciação à Sociologia
TOTAL	21	315	

7º PERÍODO

DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
Estagio Supervisionado II	0.0.9	135	Estágio Supervisionado I
Monografia II	2.4.0	90	Monografia I
Optativa	4.0.0	60	Sem pré-requisito
Ética e Relações profissionais	3.0.0	45	Sem pré-requisito
TOTAL	22	330h	

8º PERÍODO

DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
Libras	2.2.0	60	Sem pré-requisito
Infâncias, Juventudes e Sociedades	2.1.0	45	Sem pré-requisito
Estágio Supervisionado III	0.0.9	135	Estágio supervisionado II
Gênero, Identidades e Diversidades	2.1.0	45	Sem pré-requisito
Optativa	4.0.0	60	Sem pré-requisito
Conflitualidades e Violência	3.0.0	45	Sem pré-requisito
---	---	---	
TOTAL	26	390h	

Em todos e qualquer período

DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
Atividades Complementares	-	200	Sem pré-requisito
Atividades Curriculares de Extensão	-	340	Sem pré-requisito
TOTAL	-	540h	

3.5 Prática como componente curricular - PCC (específico para os cursos de licenciatura)

A prática como componente curricular, é uma exigência das Diretrizes Curriculares para formação dos profissionais do magistério, ou seja, é uma exigência para os cursos de licenciatura sendo, portanto, diferente do estágio supervisionado (BRASIL, 2015). A prática como componente curricular tem como objetivo, estabelecer uma relação entre teoria e prática articulando os diferentes conjuntos de conhecimentos, saberes e experiências adquiridos e vivenciados pelos estudantes em diferentes tempos e espaços no transcorrer do curso, de maneira a aprofundar a compreensão da prática educativa em contextos distintos.

Quadro de disciplinas com Prática como componente curricular.

Disciplinas	C.H	Créditos	Créditos PCC	CH	Pré-requisitos
Introdução à Metodologia Científica	60	2.2.0	2	30	Sem pré-requisito
Leitura e Produção de Textos Para fins acadêmicos	60	3.1.0	1	15	Sem pré-requisito
Didática Geral	60	2.2.0	2	30	Psicologia da educação
Antropologia e Educação	60	3.1.0	1	15	Iniciação à Antropologia
Metodologia do Ensino de Ciências Sociais	60	2.2.0	2	30	Sem pré-requisito
Métodos e Técnicas de Pesquisa Social	60	2.2.0	2	30	Introdução à metodologia científica
Teoria de Currículo e Sociedade	60	2.2.0	2	30	Sem pré-requisito
Avaliação de Aprendizagem	60	2.2.0	2	30	Didática Geral
TCC - Monografia I	60	2.2.0	2	30	Métodos e Técnicas de Pesquisa Social
TCC - Monografia II	180	6.6.0	6	90	Monografia I
Infâncias, Juventudes e Sociedades	45	2.1.0	1	15	Sem pré-requisito
Gênero, Identidades e Diversidades	45	2.1.0	1	15	Sem pré-requisito
Libras	60	2.2.0	2	30	Sem pré-requisito
Planejamento e políticas para educação	60	3.1.0	1	15	Sem pré-requisito
Total	930	62	27	405h	

3.6 Disciplinas optativas

DISCIPLINAS	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS
Estudos Urbanos e Rurais	3.1.0	60h	Sem pré-requisito
Os Partidos Políticos: Teoria e História	4.0.0	60h	Sem pré-requisito
Estado e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo	4.0.0	60h	Sem pré-requisito
Sociologia do trabalho	4.0.0	60h	Sem pré-requisito
Antropologia Brasileira	4.0.0	60h	Sem pré-requisito
Estado, Partidos Políticos e Classe Social no Brasil	2.2.0	60h	Teoria Política II
Movimentos Sociais e Participação política no Brasil	2.2.0	60h	Teoria Política II
Cultura e política	2.2.0	60h	Teoria Política II
Políticas Públicas e Sociais no Brasil	2.2.0	60h	Teoria Política II
Direitos Humanos, Política e Direito	2.2.0	60h	Teoria Política II
Relações Internacionais e Política Social	2.2.0	60h	Teoria Política II
Sociologia Rural	4.0.0	60h	Iniciação a Sociologia
Imagens e Narrativas do Sertão	4.0.0	60h	Sem pré-requisito

Antropologia da Religião	4.0.0	60h	Teoria Antropologia I
Teoria sociológica brasileira	4.0.0	60h	Iniciação a Sociologia
Sociologia do corpo	4.0.0	60h	Iniciação a Sociologia
Sociologia do envelhecimento	4.0.0	60h	Iniciação a Sociologia
Sociologia da saúde	4.0.0	60h	Iniciação a Sociologia
Identidades coletivas e processos de territorialização	4.0.0	60h	Iniciação a Antropologia
Relações étnicos raciais	4.0.0	60h	Sem pré-requisito
Organização social e parentesco	4.0.0	60h	Teoria Antropologia I
Etnologia indígena	4.0.0	60h	Teoria Antropologia I
Rituais e simbolismos	4.0.0	60h	Teoria Antropologia I
Antropologia do corpo	4.0.0	60h	Teoria Antropologia I
Antropologia da saúde e doença	4.0.0	60h	Teoria Antropologia I
Fronteiras, interculturalidade e mobilidades	4.0.0	60h	Iniciação a Antropologia
Antropologia das emoções	4.0.0	60h	Teoria Antropologia I
Antropologia Urbana	3.1.0	60h	Teoria Antropologia I
Antropologia Contemporânea	3.1.0	60h	Teoria Antropologia II
Antropologia Política	3.1.0	60h	Teoria Antropologia I
Antropologia Rural	3.1.0	60h	Teoria Antropologia I
Antropologia e Psicanálise	3.1.0	60h	Teoria Antropologia I
Total:	128	1.920	

3.7 Estágio, atividades complementares, Atividades curriculares de extensão e trabalho de conclusão

Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é uma atividade acadêmica específica, que prepara o discente para o trabalho produtivo, com o objetivo de aprendizagem social, profissional e cultural, constituindo-se uma intervenção prática em situações de vida e trabalho. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, é regulamentado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 177/2012. De acordo com esta resolução em seu artigo 73, o Estágio Curricular Obrigatório das licenciaturas da UFPI, devem ser desenvolvidos de acordo com a especificidade do curso, tendo, portanto, uma carga horária mínima de 405h.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, segundo a Resolução nº 177/2012, art. 83, será acompanhado pelo Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino – DMTE do Centro de Ciências da Educação – CCE, competido a este (DMTE) a Coordenação, operacionalização, supervisão e avaliação dos estágios supervisionados, sendo estes desenvolvidos em escolas conveniadas a UFPI.

Segundo a Resolução 22/2009 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPEX-UFPI, o Estágio Supervisionado Obrigatório é um importante momento de integração da Universidade com a Escola e a comunidade. É um momento em que o estagiário (licenciando) se percebe como um sujeito ativo no processo educacional e social, além de ser um momento de inserção em seu campo de atuação profissional.

Ainda é importante frisar que o Estágio Supervisionado Obrigatório é um dos componentes curriculares do curso que propicia a interação entre teoria e prática, pois não concebemos a produção do conhecimento sem essa interação. No processo de formação profissional tal interação se faz mister, pois possibilita o licenciando colocar-se frente a questões práticas do dia a dia, e buscar soluções para os problemas encontrados.

O estágio Supervisionado no curso de Licenciatura em Ciências Sociais, é regido pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96; bem como pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura; Resolução CNE/CP nº 02 de 1º de julho de 2015; Resolução nº 220 de 2016 do CEPEX/UFPI, Resolução 177/12 CEPEX/UFPI e pela Resolução 22/2009 do CEPEX/UFPI. Como já frisamos anteriormente, a coordenação, acompanhamento e avaliação desse componente curricular é executado pelo Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino – DMTE, do Centro de Ciências da Educação – CCE.

O texto a seguir contém orientações gerais a serem observadas na organização e aplicação dos componentes curriculares que constituem o Estágio Supervisionado Obrigatório do curso de Licenciatura em Ciências Sociais. Tais orientações são resultado dos debates realizados no Fórum das Licenciaturas – FORLIC⁴.

3.7.1 Dos princípios e dos objetivos

O Estágio Supervisionado Obrigatório do curso de Ciências Sociais deverá observar os seguintes princípios:

I - Articulação entre teoria e prática, tendo em vista a superação das dicotomias e das interpretações que ainda dificultam o entendimento da relação entre essas dimensões;

II - Parceria entre a universidade e as instituições conformadoras, assim como entre os profissionais que atuam nesses dois contextos e que são responsáveis pelo acompanhamento das atividades de Estágio Supervisionado Obrigatório;

⁴ Esta resolução ainda está em processo de análise para aprovação no CEPEX.

III - Concretização de experiências de práticas pedagógicas que contemplem o planejamento, a ação/reflexão/ação;

IV - Articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da educação básica.

O Estágio Supervisionado Obrigatório do curso de Ciências Sociais visa oferecer ao estudante a oportunidade de:

I - Observar situações reais de seu campo de trabalho, de modo a ampliar o conhecimento e a formação teórico-prática construídas no processo do curso;

II - Vivenciar situações de elaboração, execução e avaliação de atividades na área específica de seu estágio;

III - Analisar criticamente as condições observadas com base nos conhecimentos adquiridos, identificando problemas, refletindo sobre eles e propondo estratégias de intervenção no contexto da educação básica.

3.7.2 Das condições de realização do Estágio Supervisionado Obrigatório

O Estágio Supervisionado Obrigatório somente pode ocorrer mediante assinatura de termo de compromisso com interveniência obrigatória da Coordenadoria Geral de Estágio (CGE) da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), em unidades que tenham condições de:

I - proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário;

II - dispor de um profissional dessa área para assumir a supervisão do estagiário.

O termo de compromisso constituirá parte do convênio a ser celebrado entre a Universidade e a parte concedente.

3.7.3 Da organização do Estágio Supervisionado Obrigatório

A organização do Estágio Supervisionado Obrigatório terá a seguinte estrutura:

I - Coordenação Geral de Estágio (CGE);

II - Coordenação de estágio no curso, quando for o caso;

III - Orientador de estágio;

IV - Supervisor de campo;

V - Estudante Estagiário.

3.7.4 A CGE tem como funções básicas:

- a) Viabilizar as condições necessárias ao desenvolvimento do Estágio Supervisionado Obrigatório na UFPI;
- b) Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização dos estágios obrigatórios;
- c) Assessorar as coordenações de estágios nos cursos, na elaboração e sistematização das programações relativas ao Estágio Supervisionado Obrigatório, bem como, participar do acompanhamento, controle e avaliação da sua execução;
- d) Providenciar as assinaturas de convênios entre a UFPI e as instituições de campos de estágio;
- e) Organizar e manter atualizado na UFPI, juntamente com as coordenações de estágio dos cursos, um sistema de documentação e cadastramento dos estágios.

3.7.5 São atribuições da Coordenação de Estágio Supervisionado Obrigatório dos cursos de Licenciatura:

- I - Coordenar a elaboração ou reelaboração de normas ou critérios específicos do Estágio do Curso, com base na legislação vigente;
- II - Informar a CGE os campos de estágio, tendo em vista a celebração de convênios e termos de compromisso;
- III - Elaborar a cada semestre, junto com os Professores-Orientadores, as programações de Estágio Supervisionado Obrigatório que serão enviadas à CGE no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico;
- IV - Coordenar a elaboração ou reelaboração de normas ou critérios específicos do Estágio do Curso, com base na legislação vigente;
- V - Coordenar, acompanhar e providenciar, quando for o caso, a escolha dos locais de estágio;
- VI - Encaminhar, juntamente com o orientador de estágio, por meio de ofício, os estagiários às unidades (campos, núcleos) de estágio;
- VII - Apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio;
- VIII - Realizar seminário de integração dos estágios, juntamente com os docentes orientadores e supervisores, como socialização das experiências vivenciadas e
- IX – Manter registros atualizados sobre o(s) estágio(s) do respectivo curso.

A Coordenação de Estágio nos cursos será formada por um docente efetivo escolhido entre os professores orientadores do estágio, cuja nomeação deverá ser efetivada por portaria emitida pelo Diretor da unidade acadêmica ao qual o Estágio Supervisionado Obrigatório está vinculado com vigência de dois anos.

O orientador do Estágio Supervisionado Obrigatório deve ser um professor efetivo do quadro da UFPI responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno durante a realização dessa atividade, que tem como atribuições:

- a) Orientar e supervisionar o máximo 15 (quinze) estagiários simultaneamente, por turma;
- b) Elaborar junto ao Coordenador de Estágio Supervisionado Obrigatório do curso a programação semestral de estágios;
- c) Orientar os alunos, na elaboração dos seus planos de ensino e nos relatórios de estágio;
- d) Orientar a execução das atividades dos estagiários;
- e) Avaliar o desempenho dos estagiários, atribuindo-lhes conceitos expressos sob a forma adotada pela Universidade;
- f) Enviar ao coordenador de estágio do curso, no final de cada período letivo, o relatório dos alunos sob a sua responsabilidade.

3.7.6 Do estudante estagiário

São atribuições do estudante estagiário:

- a) Cumprir a carga horária de estágio e todas as atividades previstas no componente curricular em que estiver regularmente matriculado;
- b) Respeitar as normas regimentais e disciplinares da instituição onde o estágio for realizado;
- c) Planejar com o professor orientador e professor supervisor as atividades do estágio;
- d) Apresentar a documentação exigida nos prazos estipulados pela Universidade e pelo curso;
- e) Comparecer aos encontros com o professor orientador;

f) Apresentar um relatório ao final do estágio de acordo com as normas institucionais, bem como socializar suas experiências profissionais vivenciadas durante o Estágio Supervisionado Obrigatório.

3.7.8 Do supervisor de campo de Estágio Supervisionado Obrigatório

O supervisor de campo de estágio é um profissional lotado na unidade de realização do estágio, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, responsável neste local pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento das atividades. Tem como atribuições:

- a) orientar e supervisionar os estagiários;
- b) avaliar periodicamente o desempenho dos alunos com a utilização dos instrumentos específicos disponibilizado pela UFPI.

3.7.9 Campo de estágio

O Estágio Supervisionado Obrigatório deverá ocorrer nos períodos finais do curso, com carga horária mínima de 405 horas, em instituições conveniadas da educação básica das redes de ensino público e/ou privado da educação básica, filantrópicas e outros, em conformidade com as diretrizes para formação de professores, que atenda os seguintes critérios:

- I – Garantia de experiências práticas na área de formação específica e
- II - Disponibilidade de um profissional da área para assumir a supervisão do estágio.

A carga horária do Estágio Supervisionado Obrigatório será distribuída em três estágios com carga horária de 135h, onde serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- a) Atividades de observação destinadas a propiciar ao aluno o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno;
- b) Atividades de participação em aulas, como monitorias, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula;
- c) atividades de docência, que permitam ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outras atividades relacionada ao processo de ensino-aprendizagem sob a orientação do professor orientador e do supervisor no local do estágio;

d) Elaboração de projetos de intervenção que visem a melhoria do ensino, execução do projeto sob orientação do professor de estágio e do supervisor da escola, redação e apresentação do relatório final;

e) Atividades de investigação da realidade da escola e ou espaços onde será desenvolvido o estágio que visem conhecer de forma aprofundada o cotidiano das atividades educativa.

3.7.10 Da avaliação

A coordenação de Estágio Supervisionado Obrigatório dos cursos, junto com os professores orientadores do estágio devem elaborar critérios e instrumentos de acompanhamento e avaliação do estágio, visando maior aproveitamento.

A avaliação do Estágio Supervisionado Obrigatório assume caráter formativo durante a sua realização, tendo por objetivo a reelaboração contínua da ação pedagógica. Será considerado aprovado o aluno que cumprir integralmente as atividades de estágio, levando-se em consideração:

I - A avaliação realizada pelo Supervisor de campo do estagiário, com base no formulário específico encaminhado ao professor-orientador, obedecendo ao cronograma da coordenação de estágio de cada curso;

II - A avaliação do Professor Orientador com base no cumprimento do plano de trabalho e relatório final.

Será considerado aprovado no Estágio Supervisionado Obrigatório, o estagiário que obtiver média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero) e cumprir a carga horária mínima exigida, não sendo permitido para este componente curricular a realização de prova final, ressalta-se que as atividades de estágio não podem ser realizadas através de atividades domiciliares.

Os estagiários que exercem atividade de docência regulares e comprovadas na educação básica poderão ter redução de carga horária em até 200 (duzentas) horas do Estágio Supervisionado Obrigatório na forma da legislação federal em vigor.

1º o aluno deverá solicitar redução de carga horária à coordenação do curso o qual está vinculado, apresentando documentos comprobatórios necessários para análise e deliberação;

2º compete à Coordenação do Estágio Supervisionado Obrigatório das Licenciaturas, juntamente com o professor da Disciplina, a análise do pedido e a emissão

de parecer que deverá ser encaminhado à Assembleia do departamento/curso responsável pelo estágio.

3.7.11 Definição dos Termos

a) **Campo de estágio** – Local credenciado (instituições escolares e não escolares), onde o estudante realiza as atividades de estágio.

b) **Estudante-estagiário** – Aluno matriculado no Estágio Obrigatório, encaminhado oficialmente ao campo de estágio.

c) **Docente-supervisor** – Professor da UFPI, indicado pela coordenação do DMTE, para acompanhar o Estágio ou Prática de Ensino e proceder à supervisão das atividades do estágio.

d) **Docente-titular do campo de estágio** – Professor da escola/turma do campo de estágio, onde são desenvolvidas as atividades de estágio.

e) **Plano de estágio** – Documento elaborado pelo aluno-estagiário com a orientação do docente-supervisor, contendo o detalhamento das atividades de estágio.

3.8 As atividades complementares

As atividades complementares (200h), constituem um conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias à sua formação.

De acordo com a Resolução 177/2012 CEPEX/UFPI, artigo 94, serão considerados atividades complementares:

- I- Exercício de monitoria: até 60 (sessenta) horas para o conjunto de atividades;
- II- Participação em PET: até 60 (sessenta) horas para o conjunto de atividades;
- III- Participação em PIBID: até 60 (sessenta) horas para o conjunto de atividades;
- IV- Participação em pesquisas e projetos institucionais: até 60 (sessenta) horas para o conjunto de atividades;
- V- Participação em grupos de estudo ou pesquisa, sob a supervisão de professor ou aluno de cursos de mestrado ou doutorado da UFPI: até 60 (sessenta) horas para o conjunto de atividades;
- VI- Atividades de apresentação ou organização de eventos gerais: congressos, seminários, conferências, palestras, fóruns, semanas acadêmicas (participação e organização): até 60 (sessenta) horas para o conjunto de atividades;

- VII- Experiências profissionais ou complementares: realização de estágio não obrigatório cadastrado na Pró-reitoria de Extensão, (PREX), realização de estágio em empresa júnior ou incubadora de empresa, participação em projeto social governamental e não governamental e participação em programa de bolsas da UFPI: até 120 (cento e vinte) horas para o conjunto de atividades;
- VIII- Trabalhos publicados em revistas indexadas, jornais e anais, bem como apresentação de trabalhos em eventos científicos e aprovação ou premiação em concursos: até 90 (noventa) horas para o conjunto de atividades;
- IX- Atividades de extensão: cursos a distância, estudos realizados em programas de extensão e participação em projeto de extensão: até 90 (noventa) horas para o conjunto de atividades;
- X- Vivências de gestão: participação em órgãos colegiados da UFPI, participação em comitês ou comissões de trabalho na UFPI, não relacionados a eventos, participação em entidades estudantis da UFPI como membro de diretoria: até 40 (quarenta) horas para o conjunto de atividades;
- XI- Atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas: participação em grupos de arte, tais como: teatro, dança, coral, poesia, musica, e produção e elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos: até 90 (noventa) horas para o conjunto de atividades;
- XII- Disciplinas eletivas: até 60 (sessenta) horas para o conjunto de atividades;

É importante frisar, que para a integralização do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, o aluno deverá apresentar certificados de 200h de atividades complementares, desenvolvidas durante o período do curso até o último semestre, e constando no histórico escolar. Serão consideradas atividades acadêmicas-científicas-culturais as que se segue:

- a) Atividades de iniciação à docência: estágios não obrigatórios, desde que normatizados pela UFPI, experiências profissionais de (docência) monitorias, PIBID e PET; (até 60h para cada atividade)
- b) Atividades de iniciação à pesquisa: participação em grupos de estudos e programas de iniciação científica; (60h)

- c) Atividades de apresentação e/ou organização de eventos gerais: congressos, seminários, conferências, palestras, fóruns, semanas acadêmicas (participação e organização); (60h)
- d) Experiências profissionais e/ou complementares: participação em projetos sociais, governamentais e não governamentais, trabalhos de campo, experiências profissionais na área de Ciências Sociais e afins, (consultorias, estágios) (30h)
- e) Trabalhos Publicados: publicação de artigos, resenhas, resumo, informe de pesquisa, em revistas indexadas e em anais de eventos; (30h)
- f) Vivências de gestão: participação em órgãos colegiados (entidades de classe ligadas ao magistério) e participação em entidades estudantis da UFPI, como membro de diretoria; (15h)
- g) Atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas: participação em grupos de arte, tais como: teatro, dança, coral, poesia, música, e produção e elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos e/ou televisivos; exposições de obra de arte entre outras manifestações artísticas e culturais. (15h)
- h) Disciplinas eletivas: são disciplinas ofertadas por outros cursos desta instituição de ensino ou por outra instituição de nível superior; (60h)
- i) Curso de língua estrangeira realizado em instituições reconhecidas (40h)

Quadro de atividades curriculares complementares

Atividade de ensino e pesquisa até 60h para cada atividade.			
Iniciação a Pesquisa			
Atividade	Descrição	Pontuação e C/H	
1-participação em grupos de estudo e pesquisa	Participação em núcleos de estudo ou grupos de pesquisa coordenados por professores do curso de Ciências Sociais. Exigência: Certificação, relatório do professor coordenador ou declaração do mesmo,	Mínima 30h	Máxima 60h
		Total:	60h
2-Iniciação científica com bolsa	Atividade de iniciação científica com bolsa com dedicação semanal de no mínimo 12h semanais. Exigência: Certificação, relatório do coordenador do projeto, ou certificação de apresentação do relatório parcial e/ou final.	30h	60h
		Total:	60h

3-Iniciação científica sem bolsa	Atividade de iniciação científica sem bolsa com dedicação semanal de no mínimo 12h semanais. Exigência: Certificação, relatório do coordenador do projeto, ou certificação de apresentação do relatório parcial e/ou final.	30h Total:	60h 60h
INICIAÇÃO A DOCÊNCIA			
1- Estágio não obrigatórios	Programa de integração escola-empresa, com atividades na área de Ciências Sociais, período de no mínimo um semestre. Exigência: Certificação, Declaração do órgão/unidade/instituição competente.	30h Total:	60h 60h
2-experiências profissionais de (docência)	Experiência profissional na área de Ciências Sociais, período de no mínimo um semestre. Exigência: Certificação, Declaração do órgão/unidade/instituição competente.	30h Total:	60h 60h
3-Moitorias	Exercício de monitoria por no mínimo o período de um semestre. Exigência: Certificação, Declaração do órgão/unidade/instituição competente.	30h Total:	60h 60h
4-PIBID	Exercício de monitoria por no mínimo o período de um semestre. Exigência: Certificação, Declaração do órgão/unidade/instituição competente.	30h Total:	60h 60h
5-PET	Exercício de atividade no PET, por no mínimo o período de um semestre. Exigência: Certificação, Declaração do órgão/unidade/instituição competente.	30h Total:	60h 60h

Atividade de participação e organização de eventos até 60h para cada o conjunto de atividades.

Atividade	Descrição	Pontuação e C/H	
1-Participação em eventos técnico-científicos regionais, nacionais, internacionais como autor/apresentado	Atividades de participação em eventos, regionais, nacionais e internacionais tais como congressos, seminários, conferências, palestras, fóruns, semanas acadêmicas. Exigência: Certificação, certificado e ou declaração emitido pelo evento	Mínima 15h	Máxima 30h
2-Participação em eventos técnico-científicos regionais, nacionais, internacionais como organizador	Atividades de participação em eventos, regionais, nacionais e internacionais tais como congressos, seminários, conferências, palestras, fóruns, semanas acadêmicas. Exigência: Certificação, certificado e ou declaração emitido pelo evento.	15h	30h
		Total:	60h

Experiências profissionais ou complementares até 60h para o conjunto de atividades			
1-Participação em projetos sociais.	Participação em projetos sociais, governamentais e não governamentais. Exigência: Certificação, relatório ou declaração do órgão/unidade competente.	10h	20h
2-Trabalho de campo Ciências Sociais	Participação em atividades extraclasse organizados pelos professores do curso, por grupos de pesquisa vinculados ao curso, sob a supervisão de um professor do curso de Ciências Sociais. Exigência: Certificação, Declaração do órgão/unidade/instituição competente.	10h	20h
3-Experiência profissional na área de Ciências Sociais	Participação em atividades de consultorias e/ou estágios. Exigência: Certificação, Declaração do órgão/unidade/instituição competente.	10h	20h
		Total:	60h

Publicações em anais de eventos (até 60h) para o conjunto de atividades.			
Atividade	Descrição	Pontuação e C/H	
1-Publicação em anais de eventos regionais, nacionais, internacionais como autor/apresentado	Publicação de trabalhos completos em anais de eventos regionais, nacionais e internacionais tais como congressos, seminários, conferências, palestras, fóruns, semanas acadêmicas. Exigência: Certificação, certificado e ou declaração emitido pelo evento	Mínima 15h	Máxima 40h
2-Publicação em Periódicos	Publicação de em periódicos nacionais e internacionais. Exigência: Certificação, certificado e ou declaração emitido pelo evento.	15h	20h
		Total:	60h

Vivências de Gestão até 40h para o conjunto de atividades			
1-Participação em órgãos classistas ligado ao magistério da UFPI.	Participação como representante estudantil em órgãos colegiados como: colegiado do curso, conselho departamental e superiores da UFPI. Mínimo de um semestre. Exigência: Certificação, Declaração do órgão/unidade/instituição competente	10h	20h
2-Participação em entidades estudantis da UFPI como membro da diretoria	Atuação como dirigente ou membro da diretoria do Centro Acadêmico ou diretório centro dos estudantes, com mandato de no mínimo um semestre. Exigência: Certificação, Declaração do órgão/unidade/instituição competente.	10h	20h
		Total:	40h

Atividades artísticas ou culturais até 60h para o conjunto			
Atividade	Descrição	Pontuação e C/H	
1-Participação em atividades artísticas como membro do grupo.	Participação em grupos de arte, tais como: teatro, dança, coral, poesia, música, e produção e elaboração de vídeos, exposições e programas radiofônicos e/ou televisivos; exposições de obra de arte entre outras manifestações artísticas e culturais. Exigência: certificação, declaração do responsável	Mínima 15h	Máxima 40h
2-Participação em atividades artísticas como espectador	Participação em grupos de arte, tais como: teatro, dança, coral, poesia, música, exposições de obra de arte entre outras manifestações artísticas e culturais. Exigência: Certificação, comprovante de ingresso	10h	20h
		Total:	60h
Disciplina eletiva e curso de língua de estrangeira até 60h para cada atividade			
1-Disciplina eletiva.	Cursar disciplinas ofertados por outros cursos desta instituição de ensino ou por outra instituição de nível superior. Exigência: Certificação, histórico escolar	30h	60h
2-Curso de língua estrangeira.	Curso de língua estrangeira realizado em instituições reconhecidas. Exigência: Certificado da instituição.		40h
		Total:	100h

Quadro de atividades curriculares complementares⁵

Atividade de ensino e pesquisa até 60h para cada atividade.			
Iniciação a Pesquisa			
Atividade	Código	Pontuação e C/H	
1-Participação em grupos de estudo e pesquisa		Mínima 30h	Máxima 60h
		Total:	60h
2-Iniciação científica com bolsa	CCCS001	30h	60h
		Total:	60h
3-Iniciação científica sem bolsa	CCCS003	30h	60h
		Total:	60h

⁵ As atividades sem código são atividades que foram inseridas e portanto, precisam de um novo código.

INICIAÇÃO A DOCÊNCIA			
1- Estágio não obrigatórios		30h	60h
		Total:	60h
2-Experiências profissionais de (docência)		30h	60h
		Total:	60h
3-Moitorias	CCCS002	30h	60h
		Total:	60h
4-PIBID	CCCS024	30h	60h
		Total:	60h
5-PET		30h	60h
		Total:	60h

Atividade de participação e organização de eventos até 60h para cada o conjunto de atividades.			
Atividade	Código	Pontuação e C/H	
1-Participação em eventos técnico-científicos, regionais, nacionais, internacionais como autor/apresentado	CCCS015	Mínima 15h	Máxima 30h
2-Participação em eventos técnico-científicos regionais, nacionais, internacionais como organizador	CCCS016	15h	30h
		Total:	60h
Experiências profissionais ou complementares até 60h para o conjunto de atividades			
1-Participação em projetos sociais.		10h	20h

2-Trabalho de campo Ciências Sociais		10h	20h
3-Experiencia profissional na área de Ciências Sociais		10h	20h
		Total:	60h

Publicações em anais de eventos (até 60h) para o conjunto de atividades.			
Atividade	Descrição	Pontuação e C/H	
1-Publicação em anais de eventos regionais, nacionais, internacionais como autor/apresentado	CCCS022	Mínima 15h	Máxima 40h
2-Publicação em Periódicos.	CCCS023	15h	20h
		Total:	60h
Vivencias de Gestão até 40h para o conjunto de atividades			
1-Participação em órgãos classistas ligado ao magistério da UFPI.		10h	20h
2-Participação em entidades estudantis da UFPI como membro da diretoria	CCCS004	10h	20h
		Total:	40h

Atividades artísticas ou culturais até 60h para o conjunto			
Atividade	Descrição	Pontuação e C/H	
1-Participação em atividades artísticas como membro do grupo.		Mínima 15h	Máxima 40h

2-Participação em atividades artísticas como espectador		10h	20h
		Total:	60h
Disciplina eletiva e curso de língua de estrangeira até 60h para cada atividade			
1-Disciplina eletiva.	CCCS020	30h	60h
2-Curso de língua estrangeira.	CCCS021		40h
		Total:	100h

A implementação e aproveitamento das Atividades Curriculares Complementares, serão regidas pelo calendário acadêmico da universidade que estipulará os prazos para serem inseridos. Cabendo a coordenação do curso avaliar e validar ou não as atividades, de acordo com o estabelecido neste PPC.

3.9 Atividades Curriculares de Extensão:

Atividades Curriculares de Extensão: Compreendida como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, com a intencionalidade transformadora entre universidade e os diversos setores da sociedade, está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 o mínimo de 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, por meio de programas e projetos de extensão em áreas de pertinência social.

No curso de Licenciatura em Ciências Sociais as Atividades Curriculares de Extensão – ACE, serão realizados conforme RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior; e pela Resolução do CEPEX/UFPI⁶, que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI.

⁶ Esta resolução está em fase de análise no CEPEX-UFPI para posterior aprovação. Por estã razão, não é citado o número da mesma.

De acordo com a Resolução 07/2018 do CNE/CES, em seu artigo 3º, a “Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”.

Ainda segundo a referida resolução são consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias (art. 7)

Ainda de acordo com esta resolução, as Atividades Curriculares de Extensão, devem compor no mínimo de 10% da carga horária do curso, devendo, portanto, fazer parte da matriz curricular do curso.

Considerando que o curso de Licenciatura em Ciências Sociais tem 3.390 horas aulas, serão destinadas 340h para Atividades Curriculares de Extensão, sendo portanto consideradas para acreditação das ACE, “As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades: I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; V - prestação de serviços” (art. 08 da Resolução nº 07/2018 CNE/CES).

Para melhor sistematizar a realização das ACE, sugerimos uma divisão da carga horária por semestres. Tal divisão, não significa que os alunos devem obrigatoriamente realizar essa quantidade de horas a cada semestre é apenas uma sugestão, já que a realização das ACE,s são reflexíveis e depende da oferta das mesmas. Assim sendo, o aluno poderá realizar mais ou menos horas por semestre.

Organização das Atividades Curriculares de Extensão

Período	Sugestão de CH.	Atividades curriculares de extensão	Eixo temático
1º	--	Nesse primeiro período por ainda estarem conhecendo a instituição e o próprio curso, não será exigido que o aluno esteja envolvido em atividades de extensão, no entanto se o aluno desejar participar em alguma atividade, programa ou projeto de extensão, não lhe será negado esta possibilidade	
2º	60h	Participação em programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI	Cultura, direitos humanos e justiça,
3º	60h	Participação em programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI	Educação, meio ambiente e Direitos humanos.
4º	60h	Participação em programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI	Educação étnicorracial; Cultura e meio ambiente
5º	60h	Participação em programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI	Educação escolar indígena e Direitos humanos,
6º	60h	Participação em programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI	Educação, meio ambiente e Direitos humanos
7º	40h	Participação em programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI	Educação, meio ambiente e Direitos humanos.

3.10 O trabalho de conclusão de curso - TCC

O trabalho de conclusão de curso - TCC corresponde a uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação (Resolução 177/2012/CEPEX/ UFPI; Portaria 330/2017/ PREG/CAMEN).

Considerando a Resolução 177/2012 do CEPEX/UFPI, o PDI 2015/2019 da UFPI, Resolução CNE nº 2/2015 e Portaria PREG/CAMEN de 330/2017, o Curso de Licenciatura em Ciências adotará a obrigatoriedade do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, na modalidade de Monografia.

O TCC no curso de Licenciatura em Ciências Sociais – modalidade de Monografia perpassará dois semestres letivos, sendo o sexto e sétimo (6º e 7º) semestres, e submetido a avaliação pública ao final do sétimo (7º) semestre. Nesse sentido, o aluno da Licenciatura em Ciências Sociais, iniciará seu trabalho de conclusão de curso sob a orientação de um professor do Departamento de Ciências Sociais na disciplina de Monografia I, quando apresentará um projeto de pesquisa e iniciará a coleta de dados; o mesmo continuará sua pesquisa, bem como a escrita do texto monográfico durante a disciplina de Monografia II.

Em conformidade com a Resolução 177/2012 do CEPEX/UFPI e Portaria PREG/CAMEN de 330/2017, as atividades relativas ao TCC – modalidade monografia – serão divididas nas seguintes etapas:

I- Elaboração do projeto de TCC;

II- Desenvolvimento do projeto de TCC, culminando na monografia;

III – Apresentação pública do TCC - Monografia

IV – Realização das correções indicadas pela banca na avaliação pública

V – Entrega da versão da final na secretária do Departamento de Ciências Sociais e na biblioteca conforme disposto na Portaria PREG/CAMEN de 330/2017.

A operacionalização, carga horária, orientação coordenação, apresentação e avaliação do TCC, será realizado conforme a Resolução 177/2012 do CEPEX/UFPI e Portaria PREG/CAMEN de Nº 330/2017.

3.10.1 Da organização.

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais terá uma coordenação própria para os TCC, com competências administrativas e pedagógicas referentes ao desenvolvimento do Trabalho. Tal coordenação será exercida por um professor do curso, que será eleito em assembleia do curso e nomeado pelo Diretor do Centro por um período dois anos. O NDE, se obriga a organizar um manual com instruções, normas e regras, ou seja, um manual para a elaboração do TCC – do curso, o que será disponibilizado pela Coordenação do curso aos professores e alunos. Com o apoio da Superintendência de Tecnologia da Informação da UFPI – STI, criará um **Repositório Institucional** próprio para abrigar os arquivos de TCC, na página do próprio curso, que também deverá ser criada pelo STI, para assim os trabalhos dos discentes possam ser compartilhados.

3.10.2 Da orientação:

I-A orientação do TCC é de responsabilidade do docente, vinculado obrigatoriamente ao Departamento de Ciências Sociais da UFPI;

II- É facultado a Co-orientação, de outros departamentos, desde que orientando e orientador estejam de comum acordo;

III- É preservado o direito ao estudante e ao professor de solicitarem a coordenação do TCC ou a coordenação do curso a mudança de orientação, mediante justificativa formalizada, devendo outro docente assumir formalmente a orientação, junto à coordenação.

3.10.3 Das competências:

Compete ao Coordenador do TCC:

I-Tomar decisões e medidas necessárias para o cumprimento desta normas e diretrizes;

II- Elaborar um calendário das atividades concernentes ao andamento dos TCC, com programação de entrega dos trabalhos (com pelo menos 15 dias de antecedência para a banca examinadora) validação dos trabalhos, sugestão de nomes de professores para compor a banca examinadora.

III- Elaborar um relatório ao final de cada período letivo contendo informações referentes às atividades desenvolvidas e levantamento de alunos com TCC concluído e/ou com pendências que deverá ser entregue à coordenação do curso.

IV- Convocar, sempre que houver demandas formalizadas, os professores orientadores e alunos matriculados para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCC.

V- Divulgar amplamente, junto aos alunos, a listagem de professores que orientarão TCC, indicando as respectivas linhas de pesquisas.

VI - Auxiliar os estudantes na escolha de professores orientadores, tendo em vista suas respectivas áreas de atuação.

VII - Coordenar agendas de apresentação dos TCC, providenciar local adequado, realizar a divulgação entre professores e alunos, bem como para a comunidade em geral.

3.10.4 Compete ao professor orientador;

I - Orientar o desenvolvimento do projeto de TCC em todas as suas etapas;

II - Indicar as Comissões Examinadoras/Avaliadoras dos seus orientandos;

III -Participar, na condição de presidente da Banca Examinadora/Avaliadora do TCC;

IV- Comunicar ao Coordenador do TCC e/ou Coordenador do Curso sobre as dificuldades, objetivando o bom andamento do trabalho;

V- O professor orientador terá no máximo cinco orientandos de TCC, por semestre.

3.10.5 Compete ao orientando:

I-Escolher a proposta de trabalho, conforme disponibilidade do professor;

II-Elaborar e desenvolver o projeto de TCC, sob a orientação de um professor;

III - Cumprir as normas e prazos;

IV - Entregar na coordenação de curso duas cópias impressas e uma em formato digital (CD) da versão final do TCC, aprovada pelo professor orientador, seguindo as normas da biblioteca central da UFPI;

V -Participar de reuniões e outras atividades relativas ao TCC, para as quais for convocado;

VI-Cumprir o cronograma de trabalho de acordo com o plano aprovado pelo professor orientador;

VII - Acatar outras atribuições referentes ao TCC.

3.10.6 Da Avaliação

I-A avaliação do TCC compreenderá a avaliação contínua do processo de realização pelo professor orientador;

II-Avaliação pela Banca Examinadora;

III- A banca avaliadora será constituída pelo orientador (presidente) da banca, mais um membro interno, ou seja, do departamento de Ciências Sociais e um membro externo (podendo este ser de outro curso, centro ou instituição) e um suplente, sendo este, interno ou externo;

IV-Após aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) pela banca examinadora/avaliadora o aluno encaminhará as cópias impressas e digital do TCC ao orientador do TCC, que o encaminhará à coordenação do TCC.

V- O aluno terá um prazo máximo de até 60 dias após a defesa, para realizar as modificações sugeridas pela Banca Examinadora e entregar a versão final do trabalho na coordenação do curso.

3.11 Metodologia

O novo Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí busca incorporar em suas práticas pedagógicas as

orientações da Resolução nº 220/16 – CEPEX/UFPI, que define as diretrizes Curriculares para formação em nível superior de profissionais do magistério para a educação básica, expressa no Capítulo IV que trata da organização didático-pedagógica e dos princípios que devem nortear os processos de ensino aprendizagem, assim como sua dinâmica operacional. Inicialmente, destacamos a necessidade de se repensar a formação docente de nossos discentes relacionada aos desafios atuais impostos ao Ensino de Ciências Sociais na Educação Básica, uma vez que o Projeto de Reforma do Ensino Médio, proposto pelo atual governo (MP 746/2016 – Lei nº 13.415/16/02/2017) indica que na Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio a disciplina sociologia, mesmo sendo obrigatória, os seus conteúdos devem ser diluídos aos demais conteúdo das ciências humanas, restringindo-se a estudos e práticas. Esse aspecto, influência demasiadamente na adoção de concepções teórico-metodológicas a serem aplicadas na formação dos/as licenciandos/as para as próximas décadas, tendo em vista, alterações relevantes no desenvolvimento prático destas deliberações legais no cotidiano das escolas de nível médio.

A educação institucional brasileira é marcada por disputas entre projetos de diferentes concepções acerca do papel do Estado, quanto à lógica de organização, gestão e financiamento dos sistemas de educação pública no país. Considerando a educação formal na prática, ainda predominam em seus currículos princípios e valores disseminados pelas correntes tradicionais, onde geralmente, impera a pedagogia burguesa, disseminando um modo de ensinar pautado na mera transmissão de conhecimentos, onde os sujeitos da aprendizagem são seres passivos e desmotivados, pois são estimulados apenas a acumular conhecimentos, copiados e memorizados ao longo de suas trajetórias escolares. Estas concepções representam distintas visões e posturas político-pedagógicas, materializadas em campos de saberes e práticas disciplinares contraditórias e adversas a uma educação crítica e transformadora.

O novo PPP de Licenciatura em Ciências Sociais evidencia a necessidade de aprendizagens que possibilitem rupturas epistemológicas com paradigmas e práticas que não contemplem perspectivas construtivistas da realidade sociocultural e política como indissociáveis das relações que envolvem o ensinar e o aprender dentro e fora dos muros da Universidade e das escolas de nível médio, onde atuam os professores formadores e discentes.

Nas teorias construtivistas os professores são apenas mediadores do processo de aprendizagem, facilitando a interação entre os sujeitos e moderando os processos de construções de conhecimentos coletivos, adotando uma postura de educador-pesquisador dentro e fora da sala de aula. Adotando metodologias ativas no processo de formação crítica dos futuros educadores, profissionais de Ciências Sociais, que atuarão com autonomia, responsabilidade e criatividade, frente os desafios impostos à educação pública no Brasil. Educadores preocupados em considerar em seus procedimentos teórico-metodológicos as diferenças e as diversidades socioculturais que marcam as relações entre os sujeitos para além do campo educacional, mobilizando os sujeitos da aprendizagem a se comprometerem efetivamente para a superação das desigualdades sociais, políticas e de gênero.

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão

No que diz respeito às políticas institucionais, o curso de Licenciatura em Ciências Sociais, vem se orientando pelas políticas adotadas pela UFPI em seu Plano de Desenvolvimento Institucional –PDI 2015-2019, pois entendemos que tais ações, estão relacionadas a todos os cursos da universidade, no intuito de melhor atender a comunidade Universitária em seus vários aspectos, seja na questão da infraestrutura, ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa extensão entre outros.

No que concerne ao Ensino, seguimos as orientações da Pró-reitoria de Graduação, que é responsável por supervisionar e coordenar o ensino de graduação e nesse sentido vem desenvolvendo uma série de políticas no intuito de fortalecer o ensino de Ensino de graduação. A mesma tem como objetivos para o ensino de graduação; a) formar com qualidade; b) garantir na formação acadêmica, os princípios éticos e humanistas; c) melhorar o desempenho institucional nas avaliações internas e externas; d) ampliar o processo de internacionalização; e) ampliar a oferta de cursos de graduação; f) oferecer em regime de colaboração entre a União, Estados e Municípios cursos de formação específica para os professores da educação básica. É válido ainda ressaltar que a cada um desses objetivos, é apresentada as estratégias para realiza-los.

No que diz respeito às políticas institucionais de pesquisa e inovação e extensão, nos orientamos e seguimos aquelas definidas pelos órgãos responsáveis de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPI.

4.2 Apoio ao discente

No curso de Licenciatura em Ciências Sociais, tanto a coordenação quanto a chefia, precisam ser acionados para orientar os discentes que necessitem de apoio em seu processo de formação. Nos casos em que há uma limitação da coordenação e/ou da chefia do curso de Licenciatura em Ciências Sociais é solicitado o apoio institucional da UFPI.

4.2.1 Apoio Institucional ao discente.

Institucionalmente a UFPI por meio da Pro-reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários – PRAEC, oferece gratuitamente ao conjunto dos discentes, uma série de ações que visam assegurar a permanência e inclusão dos alunos. Tais ações são desenvolvidas pelo Serviço Pedagógico (SEPE), Núcleo de Acessibilidade (NAU), estes ligados a - PRAEC. Dentre as ações rotineiramente adotadas e direcionadas ao tripé (ingresso-permanência-conclusão) destacamos as ações ligadas à alimentação, moradia, transporte, inclusão digital, lazer, cultura, esporte, além de saúde, atendimento psicopedagógico e social, médico e odontológico.

4.2.2 Atividades de apoio didático/ nivelamento

No curso de Licenciatura em Ciências Sociais, os alunos com dificuldades e que necessitem de apoio didático, comunicam a coordenação do curso, que juntamente com NDE, deliberará sobre tal situação, levando em consideração as especificidades de cada caso. Em caso em que haja necessidade de uma maior intervenção o mesmo é encaminhado para os órgãos de apoio ao educando da UFPI, conforme mencionado acima.

Ainda é válido mencionar que a coordenação do curso, bem como a chefia do departamento estão sempre abertos e atentas as necessidades dos alunos, orientando-os, dentro de suas possibilidades e apoiando-os, nas mais diversas situações quais sejam: apoio a participação de eventos; divulgação de trabalhos e produção dos alunos; participação em intercâmbios; página web do curso, blog, SIGGA, entre outros.

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 Da aprendizagem

No Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, o corpo docente, tomará como base para a realização da avaliação de aprendizagem de nossos discentes, o disposto na Resolução 177/12 CEPEX-UFPI, em seus artigos, 98 a 118, que tratam do processo de avaliação de aprendizagem e da assiduidade do aluno. Seguindo o estabelecido na resolução acima citada “a avaliação do rendimento acadêmico será feita por meio do acompanhamento contínuo do desempenho do aluno, sob a forma de prova escrita, oral ou prática, trabalho de pesquisa, de campo, individual ou de grupo, seminários ou outros instrumentos constantes no plano da disciplina” (cf.art.102 da resolução 177/2012 do CEPEX/UFPI). Além das avaliações de desempenho acadêmico realizado no cotidiano da sala de aula, nosso aluno, também é avaliado pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE e Pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

5.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação curricular do curso de Licenciatura em Ciências Sociais será realizada durante a execução do mesmo (avaliação em processo) e após a conclusão da primeira turma.

Durante a execução do currículo, a avaliação será realizada através da aplicação de questionários específicos com professores e alunos. Após a implementação deste novo PPC, ao término de cada semestre, faremos uma avaliação com professores e alunos, para que indiquem o grau de satisfação com a reformulação curricular, bem como suas insatisfações. Essa ferramenta de avaliação nos ajudará a perceber as deficiências do curso, bem como nos ajudará a nortear uma readequação do currículo. Os resultados desta avaliação serão discutidos em um seminário antes do início do semestre seguinte. Nesse sentido, dialogaremos com representantes das três áreas que formam o curso – Antropologia, Ciência Política e Sociologia, para refletirmos os avanços e dificuldades encontrados na implementação do novo currículo.

Após a conclusão da primeira turma faremos uma avaliação mais abrangente, com os alunos que estarão saindo do curso. A mesma será realizada através do questionário, enviado aos e-mails dos alunos, onde os mesmos responderão através da ferramenta de questionário do google. O intuito desta avaliação além de perceber a satisfação dos alunos com o curso, visa também perceber o grau de inserção dos

mesmos no mercado de trabalho. Nesta avaliação deverão ser considerados os aspectos relacionados aos objetivos e perfil profissional. Caberá ao Colegiado do curso de Ciências Sociais planejar, organizar e coordenar ações para a implantação, desenvolvimento e avaliação deste currículo, assim como sistematizar resultados e propor novos encaminhamentos.

6-EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS.

I PERÍODO

Disciplina: Seminário de Introdução ao curso de Ciências Sociais / Créditos: 1.0.0 / Carga horaria: 15h

Departamento: DCIES.

Código:

Pré-requisito: Sem pré-requisito

Ementa: Apresentação das áreas do curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia), das disciplinas, dos professores e da estrutura técnica e física do curso; indicação das possibilidades de inserção do aluno em projetos de pesquisa e extensão; apontamento sobre as características de absorção do mercado de trabalho.

Bibliografia Básica:

COMISSÃO GULBENKIAN. *Para abrir as Ciências Sociais*. Lisboa: Europa-américa, 1996.

SANTOS, Boaventura. *A globalização e as Ciências sociais*. 2ª Edição, São Paulo: Cortez, 2002.

MARCELINO, Nelson C. *Introdução às Ciências Sociais*. 2ª ed. São Paulo: Papyrus, 1998.

Projeto Pedagógico do Curso.

Bibliografia Complementar:

GIDDENS, A. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

ARON, R. 1986. *As etapas do pensamento sociológico*. 2ª ed. Brasília: Edunb.

LOWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista* / Michael Lowy. - São Paulo: Cortez, 1998

MEGALE, Januário Francisco. *Introdução às Ciências Sociais*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1990.

OLIVEIRA, Pêrsio S. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Ática, 1988.

Disciplina: Iniciação a Sociologia / Créditos 4.0.0 / Carga horária 60h

Departamento: DCIES

Código:

Pré-requisito: Sem pré-requisito

Ementa: Antecedentes da Sociologia. O objeto da Sociologia como ciência. Contexto sócio-político de surgimento da sociologia. A identidade da ciência sociológica através de seus conceitos básicos, como sociedade, grupo social, categoria social, classe social, mobilidade social, estratificação social, mudança social, movimentos sociais, ação social e interação, função e integração, conflito, individualismo. Solidariedade. Tipos de suicídio. A contribuição da Sociologia de Durkheim e Simmel. Campos e divisões acadêmicas da Sociologia.

Bibliografia Básica:

BAUMAN, Zygmunt. *Aprendendo a pensar com a Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

DURKHEIM, Emile. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

Bibliografia complementar:

ARON, R. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CASTRO, Celso. *Textos básicos de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

FERREIRA, L. C. *A Sociologia no Horizonte do Século XXI*. São Paulo: Boitempo, 1997.

GOHN, Gabriel. (Org.). *Sociologia para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: Azougue, 2005.

SELL, Carlos Eduardo. *Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

Disciplina: Iniciação a Antropologia / Créditos 4.0.0 Carga horária 60h

Departamento: DCIES

Código:

Pré-requisito: Sem pré-requisito

Ementa: O campo de estudo da Antropologia. A Evolução Humana como fenômeno bio-cultural. Os Conceitos de cultura, relativismo e diversidade cultural. Trabalho de campo e prática etnográfica. A variedade temática da Antropologia.

Bibliografia Básica:

FOLEY, Robert. 2003. **Os humanos antes da humanidade: uma perspectiva evolucionista**. Tradução Patrícia Zimbres. São Paulo: Editora da Unesp.

LAPLANTINE, François. 1989. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense.

LARAIA, Roque de Barros. 1986. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar.

Bibliografia complementar:

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 2000. "O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever". In **O Trabalho do Antropólogo**. São Paulo: UNESP, pp 17-35.

DA MATTA, Roberto. 1985. O ofício do etnólogo, ou como ter Anthropological Blues. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 23-35.

DESCOLA, Philippe. 2016. **Outras Naturezas outras Culturas**. Tradução de Cecília Ciscato. São Paulo: Editora 34.

INGOLD, Tim. 2011. "Gente como a gente": o conceito de homem anatomicamente moderno. **Revista Ponto Urbe**, nº 09, disponível em: <http://www.pontourbe.net/edicao9-traducoes/213-gente-como-a-gente-o-conceito-de-homem-anatomicamente-moderno>.

GOLDMAN, Márcio. 2006. "Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica". **Etnográfica** 10(1): 161-173.

VELHO, Gilberto. 1981. Observando o familiar. In **Individualismo e cultura**. Rio de Janeiro: Zahar.

Disciplina: Iniciação a Política / Créditos: 4.0.0 / Carga horária: 60h

Departamento: Ciência Política

Código:

Pré-requisito: Sem pré-requisito

Ementa: Definição, objeto e objetivos da ciência política. Apresentação dos conceitos fundamentais da ciência política: poder, poder político, sociedade. Formação do Estado moderno e Teoria Política. Nicolau Maquiavel e a formação do Estado Nacional. Jean Bodin e a soberania no Estado moderno. Thomas Hobbes: contrato e soberania.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, N. Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos, RJ: Campus, 2000.

CHEVALLIER, J.J. *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias*. Rio de Janeiro, Agir, 1990.

WEFFORT, F. Os clássicos da política. Vols. I e II. São Paulo, Ática, 1989.

Bibliografia Complementar:

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1989, 2a. ed., pp. 143-172.

BOBBIO, N. Dicionário de Política: Brasília, UNB, 1986.

BODIN, Jean. **Os Seis Livros da República**. São Paulo: Ícone, 2011. (Vol. I, II, III, IV, V e VI).

HOBBS, Thomas. **O Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo, Nova Cultural, 1998. (Os Pensadores).

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Cultrix, s/d.

Disciplina: Introdução a Metodologia Científica / Créditos 2.2.0 / Carga horária: 60h

Departamento: Departamento de Filosofia.

Código:

Pré-requisito: Sem pré-requisito

Ementa: Metodologia do Estudo e do Trabalho Acadêmico: Procedimentos para a leitura de textos teóricos. Modalidades de Resumo. Elaboração de Esquema. Normas de Referências Bibliográficas – ABNT. Documentação de Textos – Ficha Bibliográfica e Ficha Temática. Procedimentos para Seminários. Elaboração de Trabalhos Científicos: Projeto e Relatório de pesquisa. Resenha Bibliográfica. Artigo para Publicação. Monografia. Problemática e Formas do Conhecimento: Senso Comum. Mito. Filosofia. Ciência. Origem e Evolução da Ciência Moderna e do Método Científico. Concepções do Método Científico. Ciência e Perspectivas éticas.

Bibliografia Básica:

ANDERY, Maria Amália. Et alli. *Para compreender a ciência*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1994.

BRITO, Emídio Fontenele de & CHANG, Luiz Harding (orgs). *Filosofia e Método*. São Paulo: Loyola, 2002.

LAKATOS, Eva, MARCONI, Marina de Andrada. *Fundamentos de metodologia científica*. Rio de Janeiro: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar:

MARTINICH, A. P. *Ensaio filosófico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola. 2002.

DESCARTES, R. *Discurso do método*. São Paulo: Escala educacional, 2006

SEVERINO, A.J. *Metodologia do trabalho científico*. 12.ed. São Paulo: Cortez, 1985.

OLIVEIRA, S.L. DE. *Tratado de metodologia científica*. São Paulo: Pioneira, 1997.

REYS, L. *Planejar e redigir trabalhos científicos*. 2.ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1997

Disciplina: Leitura e Produção de Textos para fins acadêmicos / Créditos: 3.1.0 / Carga horária: 60h

Departamento: Letras Vernáculas.

Código: **Pré-requisito:** Sem pré-requisito

Ementa: Leitura e interpretação de textos. Sequências tipológicas e gêneros textuais. Critérios de textualidade. Argumentação. Produção de gêneros acadêmicos. **Crédito Prático:** Compreensão de textos em uma perspectiva interdisciplinar.

Bibliografia Básica:

COSTA, Deborah Cristina Lopes; SALCES, Cláudia Dourado. **Leitura & produção de textos na universidade.** Campinas, SP: Alínea, 2013.

KÖCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Maria Vanda. **Escrever e argumentar.** São Paulo: Contexto, 2016.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade.** São Paulo: Parábola, 2010.

Bibliografia Complementar:

CINTRA, Anna Maria Marques; PASSARELLI, Lília Ghiuro. **Leitura e produção de texto.** São Paulo: Blucher, 2011.

DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel Machado; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Gêneros textuais & ensino.** 2. ed. São Paulo: Parábola, 2010.

KÖCH, Ingedore Villaça. **A interação pela linguagem.** 11. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

KÖCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Maria Vanda. **Ler e compreender:** os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

LIBERATO, Yara; FULGÊNCIO, Lúcia. **É possível facilitar a leitura:** um guia para escrever claro. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

II PERÍODO

Disciplina: Teoria Política I / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: Ciência Política

Código:

Pré-requisito: Iniciação a Política.

Ementa: Formação do Estado moderno, teorias contratualistas e regimes político. John Locke: contrato e liberdade. Jean-Jacques Rousseau: contrato, liberdade e vontade geral. Montesquieu e a teoria da separação dos poderes. Estado e economia de mercado na visão liberal do século XIX. Max Weber e o Estado moderno.

Bibliografia Básica:

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MONTESQUIEU, C. **O Espírito das Leis**. São Paulo: abril, 1973 (Coleção os Pensadores).

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**: discursos sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção os Pensadores).

Bibliografia Complementar:

ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. Brasília; São Paulo: Editora da Universidade de Brasília; Martins Fontes, 1982.

CASSIRER, Ernst. **A Questão Jean-Jacques Rousseau**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

LASLETT, Peter. “A teoria política e social dos “Dois Tratados sobre o Governo”, in Célia MACPHERSON, C. B. **A Teoria Política do Individualismo**: de Hobbes a Locke. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

TOCQUEVILLE, A. 1977. A democracia na América. São Paulo: Edusp, p. 29-50 e 511-42.

WEBER, M. 1993. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Cultrix.

Disciplina: Teoria Sociológica I / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DCIES.

Código:

Pré-requisito: Iniciação a Sociologia

Ementa: A contribuição de Karl Marx e Max Weber à sociologia. Conceitos fundamentais de classe, grupo, categoria, poder, equivalência, mobilidade social, mudança, integração, conflito, ação, ação social, função social, estrutura, dominação, instituição, organização social.

Bibliografia Básica:

MARX, K. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Max Weber. *Economia e Sociedade*. Vols. I e II. Brasília: UNB, 2015.

Bibliografia Complementar:

COLLIOT-THÉLENE, Catherine. *A Sociologia de Max Weber*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MARX, Karl. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano”. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

WEBER, Max. *Sociologia* (Gabriel Cohn, org). São Paulo: Editora Ática, 2008.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

SELL, Carlos Eduardo. *Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

Disciplina: Teoria Antropológica I / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DCIES.

Código:

Pré-requisito: Iniciação a Antropologia

Ementa: Exame das principais manifestações teóricas e metodológicas que permitiram a formação e consolidação do pensamento antropológico entre meados do século XIX e a primeira metade do século XX. O Culturalismo norte-americano. Escola Sociológica Francesa. A Antropologia Social Britânica.

Bibliografia Básica:

BOAS, Franz. 2004 [1896, 1920, 1931]. “As limitações do método comparativo da antropologia”, “Os métodos da etnologia”, “Raça e progresso”. In **Antropologia cultural**, Celso Castro (org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Págs. 25-39, 41-52 e 67-86.

DURKHEIM, Emile. 1996 [1912]. **As formas elementares de vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes.

MALINOWSKI, Bronislaw. 1984 [1922]. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. São Paulo, Coleção os Pensadores, Ed. Victor Civita.

Bibliografia Complementar:

BENEDICT, Ruth. 2005. [1934]. **Padrões de cultura**. Lisboa: Livros do Brasil.

EVANS-PRITCHARD, Eduard E. 2007 [1937]. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva.

MAUSS, Marcel. 2003 [1925]. “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In **Sociologia e antropologia**, São Paulo: Casac & Naify. Págs. 183-314.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. 1973 [1952]. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Ed. Vozes.

TYLOR, Edward Burnett 2005 [1871] A ciência da cultura. In Castro, C. **Evolucionismo Cultural** – textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Pp. 67-99

Disciplina: Economia Política / Créditos: 4.0.0 / Carga horária: 60h

Departamento: Ciências Econômicas.

Código:

Pré-requisito: Sem pré-requisito

Ementa: Economia e Economia Política. Contexto histórico da economia política. Raízes e postulados das propostas clássicas, neo-clássicas, marxistas e keynesianas. Mecanismo para tomadas de decisões. Mercado. Sistema monetário-financeiro. Estado contemporâneo, globalização e economia nacional. Tendências contemporâneas em Economia Política.

Bibliografia Básica:

DOBB, M. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

ROSSETI, J. P. *Introdução à Economia*. São Paulo: Atlas, 1998.

SOUSA, N. de J. *Introdução à Economia*. São Paulo: Atlas, 1997.

Bibliografia Complementar:

VASCONCELOS, M. A. S., TROSTER, R. L. *Economia Básica*. São Paulo: Atlas, 1998

BARAN, Paul. *A economia política do desenvolvimento*. Trad. S. Ferreira da Cunha, Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BIELSCHOWKSY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 3 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BRUM, Argemiro J. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. 16 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

CARVALHO, L. *Arquimimo de. Relações Internacionais e Direito Antitruste*. Curitiba, Juruá, 2001.

Disciplina: História Social e Política do Brasil / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: História

Código:

Pré-requisito: Sem pré-requisito

Ementa: As ideias republicanas: experiências republicanas, práticas autoritárias, partilhas de poder e cidadania. O Brasil pós-1930: Estado, classes sociais, processo de substituição de importações e as políticas do trabalho. Revolução tecnológica e crise social. Populismo e militarismo. O processo de redemocratização. Democracia populista e o movimento de 1964. A constituição de 1988 e os novos direitos civis, sociais e políticos. Rearranjos demográficos no Brasil e conquista dos direitos das minorias étnico/raciais.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MOTA, Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: Ed. SENAC/São Paulo, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil: contrastes e intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Bibliografia Complementar:

IGLESIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil (1500-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LAPA, José Roberto (org.). *História política da República*. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

AVELAR, Lúcia. *O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1989.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. Ática: São Paulo, 1991.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz & terra, 1975.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo. (1930 – 1964)*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

Disciplina: Geografia Humana e Ambiental / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: Geografia.

Código:

Pré-requisito: Sem pré-requisito

Ementa: A geografia humana e ambiental na interconexão das escalas mundial, nacional e local. Geopolítica, Estados modernos e a função estratégica dos recursos naturais em tempos de globalização. Legislação ambiental, crescimento econômico e seus impactos territoriais e ambientais. Conservacionismo. As reservas de bens comuns e os territórios das comunidades tradicionais.

Bibliografia Básica:

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e Desafios**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2005.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia e Meio ambiente**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec, 1994.

Bibliografia Complementar:

BANCO DO NORDESTE. **Manual de Impactos Ambientais**. Fortaleza-CE. Banco do Nordeste, 1999.

CAVALCANTI, Clóvis (org). **Meio ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, Recife. Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro. FGV, 1991.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SILVA; Ana Paula Moreira da Silva; MARQUES, Henrique Rodrigues; ROSA SAMBUICHI, Regina Helena (Orgs). **Mudanças no Código Florestal Brasileiro: desafios para a implementação da nova lei**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016

III PERÍODO

Disciplina: Teoria Política II / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: Ciência Política

Código: **Pré-requisito:** Teoria Política I

Ementa: Teoria política produzida no século XX. Análise das principais vertentes teóricas desenvolvidas: elitismo democrático, pluralismo democrático, as teorias participacionistas, neo-insitucionalismo, neocontratualismo, deliberacionismo, comunitarismo e o debate redistribuição X reconhecimento.

Bibliografia Básica:

ARENDT, H **Origens do totalitarismo:** São Paulo: Cia. Das letras,1989 (trechos selecionados).

LIMONGI, F. **O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente, Boletim Informativo Bibliográfico,** nº37,1994, pp. 39-59.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a categoria de sociedade burguesa. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984 (p. 169-273-cap. 5 e 6).

Bibliografia Complementar:

DAHL, R. **Poliarquia: Participação e Oposição,** SP: Edusp, 1977 (Cap. 1,2,3,4,6).

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia,** Rio de Janeiro: Zahar,1984. (Cap. 20,21,22 e 23).

HALL, P. **As três versões do neo-institucionalismo,** Lua Nova,nº58,2003

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça,** São Paulo Martins Fontes,2011. (Apresentação e Seções: 1-8;11-17;39,60,61;63;68;69;85 e 87).

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** Trad. de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34.

Disciplina: Teoria Sociológica II / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DCIES

Código:

Pré-requisito: Teoria Sociológica I

Ementa: Construtivismo e estruturalista: as estruturas sociais, dimensões subjetivas e inter-relacionais. A sociologia figuracional. A sociologia da violência simbólica. O construtivismo “fenomenológico”. O interacionismo simbólico e o enfoque dramaturgic. A modernidade. Poder. A história do presente, a arqueologia do saber e a genealogia. Teoria crítica e Escola de Frankfurt.

Bibliografia Básica:

BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

COULON, A. *A Escola de Chicago*. Campinas: Papirus, 1995.

ELIAS, N. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

Bibliografia Complementar:

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2009.

ELIAS, N. *O Processo civilizador*. São Paulo: Zahar, 1993.

FOUCAULT. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GIDDENS. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GOFFMAN, E. *As Representações do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2001

Disciplina: Teoria Antropológica II / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DCIES

Código:

Pré-requisito: Teoria Antropológica I

Ementa: Estudo do estruturalismo francês e seus desdobramentos. Antropologia interpretativa e seus desdobramentos. Diálogos entre Antropologia e História. Temas: Parentesco. Política. Mito/Rito. Simbolismo.

Bibliografia Básica:

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989 [1973].

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis, Vozes, 1982.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1990.

Bibliografia Complementar:

CLASTRES, Pierre. *A Sociedade Contra o Estado* São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

DUMONT, Luis. *Homo Hierarchicus: Os Sistemas das Castas e suas Implicações*. São Paulo: EDUSP. 1997.

GLUCKMAN, Max. *Rituais de Rebelião no sudeste da África*. (Cadernos de Antropologia 4). Brasília: Ed. da UnB, 1974[1952].

LEACH, E.R. *Sistemas políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: EdUSP, 1996

TURNER, Victor. *O Processo Ritual: Estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.

Disciplina: Psicologia da Educação / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DEFE

Código: **Pré-requisito:** Sem pré-requisito

Ementa: A ciência psicológica. A constituição da subjetividade. Desenvolvimento e aprendizagem. Transtornos e dificuldades de aprendizagem

Bibliografia Básica:

COUTINHO, M.T. e MOREIRA, M. *Psicologia Educacional*. Belo Horizonte: Lê, 1993.

DAVIDOFF, L.L. *Introdução à Psicologia*. São Paulo: Makron Books, 2001.

GOULART, I.B. *Psicologia da Educação – fundamentos teóricos e aplicações à prática*. Petrópolis: Vozes, 1989.

Bibliografia Complementar:

CHIAROTTINO, Z.R. *Psicologia e Epistemologia Genética de Jean Piaget*. São Paulo: EPU, 1988

FRANCISCO FILHO, G. *A Psicologia no Contexto Educacional*. Campinas: Átomo, 2005.

GOULART, I.B. *Fundamentos Psicológicos da Educação*. Belo Horizonte: Lê, 1982

MOREIRA, M.A. *Teorias de Aprendizagem*. São Paulo: EPU, 1999

MOREIRA, M.A. *Teorias de Aprendizagem*. São Paulo: EPU, 1999.

Disciplina: Pensamento Social Brasileiro / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DCIES

Código:

Pré-requisito: Sem pré-requisito

Ementa: Exame do pensamento social brasileiro na virada do século XIX e primeiras décadas do século XX. Estado, Nação, Eugenia, Raça, Mestiçagem, Etnia e identidade Nacional. Ideologia, Classe e Poder. Mito da Democracia racial. Pensamento político e autoritarismo. As reflexões sobre a democracia e a modernização do Brasil na década de 50 e desdobramentos recentes do campo.

Bibliografia Básica:

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Dominus-USP, 1965.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala – Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global Editora: [1933] 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. [1936] 1997.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Oswald de. “Manifesto Antropófago”. In *Obras Completas*. Volume VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1928] 1970, pp. 11-19

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder – Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Ed. Globo, [1958] 1989. (2 volumes)

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, [1948] 1975,

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.

VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

Disciplina: Legislação e Organização da Educação Básica / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DEFE

Código: **Pré-requisito:** Sem pré-requisito

Ementa: Análise contextual da atual legislação básica e complementar da Educação. Organização política, administrativa e pedagógica do sistema educacional brasileiro. Educação na Constituição Federal de 1988. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Níveis e modalidades da Educação: composição e disposições gerais e específicas. Formação e carreira dos profissionais da Educação. Gestão e financiamento da Educação.

Bibliografia Básica:

ADRIÃO, T. (org.) *Organização do Ensino no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2002.

BREZENZISKI, I. (org.) *LDB Interpretada*. São Paulo: Cortez, 1997.

OLIVERIA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Thereza (orgs.). *Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades*. 2.ed. São Paulo: Xamã, 2007.

Bibliografia Complementar:

BARROSO, Edna Rodrigues: *A educação do campo no Brasil: contexto das políticas*, Tese de Doutorado, FE/UNICAMP, 2010.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. O direito à educação. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (Orgs.). *Gestão, financiamento e Direito à Educação - análise da LDB e da Constituição Federal*. 3. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Xamã, 2007.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. O financiamento da educação. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (Orgs.). *Gestão, financiamento e Direito à Educação - análise da LDB e da Constituição Federal*. 3. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Xamã, 2007.

PINTO, J. M. O Ensino Médio. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de e ADRIÃO, Thereza (orgs.). *Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades*. 2.ed. São Paulo: Xamã, 2007.

VIEIRA, Sofia Lerche. "A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto". *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. v. 88, n. 219, maio/ago. 2007, p. 291-309.

IV PERÍODO

Disciplina: Didática / Créditos: 2.2.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DMTE

Código:

Pré-requisito: Psicologia da Educação

Ementa: Fundamentos epistemológicos da Didática. A Didática e a formação do professor. O objeto de estudo da didática: objetivos, conteúdos, metodologia, relação entre professor e aluno, recursos de ensino e avaliação. O planejamento didático e a organização do trabalho docente.

Bibliografia Básica:

BEHRENS, Marilda Aparecida. O Paradigma Emergente e a Prática Pedagógica. Curitiba: Champagnat, 2010.

CORDEIRO, Jaime. Didática. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo. Cortez, 2008

Bibliografia Complementar:

CANDAU, Vera Maria. A didática em questão. Petrópolis: Vozes, 1984.

HYDT, Regina Célia Cazaux. Curso de Didática Geral. 8 ed. São Paulo: Ática, 2006.

MARTINS, Pura Lúcia Oliver. As formas e práticas de interação entre professor e alunos. In: VEIGA, lima P. A. Lições de didática. Campinas: SP: Papirus, 2006.

RIOS, Teresinha Azeredo. Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade. 4 ed., São Paulo: Cortez, 2003.

ZABALA, Antoni. A Prática Educativa: como ensinar. Porto Alegre: Editora Artmed, 1998

Disciplina: Antropologia e Educação / Créditos: 3.1.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DCIES

Código:

Pré-requisito: Iniciação a Antropologia

Ementa: Diálogo entre Antropologia e Educação; conceitos de cultura, diversidade, alteridade e suas repercussões nos debates sobre diferenças e desigualdades. A especificidade do discurso antropológico sobre multiculturalismo, interculturalidade e alternativas políticas de reconhecimento da diversidade (classe, raça/etnia, cultural, religiosa, sexual, geração e gênero) no espaço escolar e não escolar; abordagens metodológicas da pesquisa etnográfica em educação.

Bibliografia Básica:

GUSMÃO, Neusa Ma. Mendes de (org.) Diversidade, cultura e educação. Olhares cruzados. São Paulo; Biruta, 2003.

ROCHA, Gilmar; TOSTA, Sandra Pereira. Antropologia e educação. Belo Horizonte: Autêntica. 2009.

SCORTT. Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de (org.). Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretação e reflexões para a formação docente. 2009.

Bibliografia Complementar:

BESERRA, Bernadete de L.R; LAVERGNE, Remi Fernand. Etnografando a Sala de Aula: contribuições da antropologia à formação de professores. In: revista ANTHROPOLÓGICAS Ano 20, 27(1):11-20, 2016.

DAUSTER, Tânia (org). Antropologia e educação: um saber de fronteira. 1; ed. Rio de Janeiro: 2007.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? Revista Brasileira de Educação/ANPED, nº 21, 2002.

NASCIMENTO, Solange Aparecida do; ABIB, Pedro. O efeito da cruzada neoevangélica sobre remanescentes de quilombo: questões sobre educação e identidade quilombola. In: Horizontes, v. 34, n. 1, p. 33-44, jan./jul. 2016.

SILVA, Aracy Lopes da; MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva; NUNES, Angela (orgs). Crianças Indígenas Ensaio Antropológico. São Paulo: Global, 2002.

Disciplina: Estudos Latinos Americanos / Créditos: 2.0.0 / Carga horária: 30h

Departamento: DCIES

Código: **Pré-requisito:** Sem pré-requisito

Ementa: Leituras sobre a colonização e a ideia de América Latina; independência e revolução; subdesenvolvimento e dependência; democracia, populismo e autoritarismo.

Bibliografia Básica:

BONFIM, Manuel. *América Latina. Males de Origem*. São Paulo: Topbooks, 2005;

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004;

CASANOVA, Pablo G. “A luta pela democracia”. In Casanova, Pabl.G. *Exploração, Colonialismo e Luta pela Democracia na América Latina*. Tradução de Ana Clara Lacerda. Petrópolis: Vozes, 2002

Bibliografia Complementar:

CASANOVA, Pablo G. “Exploração Global e Colonialismo Global”. In Casanova, P.G. *Exploração, Colonialismo e Luta pela Democracia na América Latina*. Tradução de Ana Clara Lacerda. Petrópolis: Vozes, 2002.

DI TELLA, Torcuato. *Para uma Política Latino-Americana*. Tradução de Abigail Nunes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

IANNI, Octávio. *A Formação do Estado Populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991

MARTI, José. *Nossa América*. Tradução de Maria Angélica Trajber. São Paulo: Hucitec, 1991

SANCHEZ Vasquez, A. *América Latina. História, Idéias e Revolução*. São Paulo: Xamã, 1999.

Disciplina: Filosofia da Educação / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DEFE

Código:

Pré-requisito: Sem pré-requisito

Ementa: Filosofia e Filosofia da Educação: concepções e especificidades da Filosofia; concepções de Educação; tarefas da Filosofia da Educação; relação entre Educação, Pedagogia, ensino. Estudos filosóficos do conhecimento – as questões da verdade e da ideologia no campo da Educação. As teorias e práticas educativas e suas dimensões ético-política e estética. A dimensão teleológica das práxis educativa. Filosofia da Educação e formação do Professor/a.

Bibliografia Básica:

ARANHA, M.L.A. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Moderna, 1996;

BRANDÃO, C.R. *O Que é Educação*. São Paulo: Brasiliense, 1986;

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1994;

Bibliografia Complementar:

DELEUZE, G. e GATTARI, F. *O Que é Filosofia*. Rio de Janeiro: Ed. 14, 1992;

KECHIKIAN, A. *Os Filósofos e a Educação*. Lisboa: Colibri, 1993;

SEVERINO, A.J. *Filosofia da Educação*. São Paulo: FTD, 1994.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia: história e grandes temas*. 15ed. São Paulo: Saraiva, 2000

GHIRALDELLI, Paulo. *O que é filosofia da educação*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

Disciplina: Epistemologia das Ciências Sociais / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60H

Departamento: DCIES.

Código:

Pré-requisito: Sem pré-requisito

Ementa: Conhecimento científico e Ciências Sociais; teoria e método: conhecimento científico e realidade social. Paradigmas metodológicos clássicos e contemporâneos e a relação sujeito/objeto: objetividade e subjetividade; qualidade e quantidade na pesquisa em Ciências Sociais.

Bibliografia Básica:

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de sociólogo*. Metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2004.

MORIN, E. O pensamento dissimulado (paradigmatologia). In: *O método 4*. As idéias. Habitat, vida, costumes, organização. Porto Alegre: Sulina, 2001.

WEBER, Marx. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1993.

Bibliografia Complementar:

BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert (orgs.). *História da análise sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

BRUYNE, Paul.; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. *Dinâmica de pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

HABERMAS, Jürgen. *A lógica das Ciências Sociais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1988. Ed. original americana, 1962

POPPER, Karl. *Lógica das Ciências Sociais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1978.

V PERÍODO

Disciplina: Teoria de Currículo e Sociedade / Créditos: 2.2.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DMTE

Código: **Pré-requisito:** Sem pré-requisito

Ementa: Fundamentos teórico-metodológicos e legais do currículo. Teorias curriculares, Concepções, tendências, avaliação e planejamento curricular. Relações Étnico-Raciais e educação, Experiências curriculares formais e não formais.

Bibliografia Básica:

COSTA, Marisa Vorraber (Org.) **O Currículo nos limiars do contemporâneo**. 3 Ed. Rio de Janeiro DP&A, 2001.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. (Org.) **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOREIRA, Antônio Flávio, SILVA, Tomaz Tadeu. **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo Cortez, 1994.

Bibliografia Complementar:

MOREIRA, Antônio Flávio, CANDAU, Vera Maria (Orgs). **Currículos, disciplinas escolares e culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CORAZZA, Sandra Mara. Planejamento de ensino como estratégia de política cultural. In: MOREIRA, A. F. B. (org.). **Currículo: questões atuais**. Campinas, SP: Papyrus, 1997. p. 103-143.

KRAMER, Sonia. Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica. In: MOREIRA, A.F.B. (org.). **Currículo: políticas e práticas**. Campinas, SP: Papyrus, 1999. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades Terminais**: As transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 1996.

Disciplina: Métodos e Técnicas de Pesquisa Social / Créditos: 2.2.0 / Carga horária: 60h

Departamento: DCIES.

Código: **Pré-requisito:** Introdução a metodologia científica

Ementa: 1. **Pesquisa qualitativa e quantitativa em Ciências Sociais:** usos e relação com o objeto de estudo e problema de pesquisa. 2. **Elaboração do Projeto de Pesquisa.** 3. **Técnicas de pesquisa** (questionário/survey, entrevista, observação/etnografia, grupo focal, memória, narrativa, história de vida/oral, estudo de caso, oficina, conversas no cotidiano, análise de documentos, imagens, vídeos e filmes, dentre outras). 4. **Trabalho de Campo:** inserção e aproximação do(a) pesquisador(a) com o lócus e sujeitos da pesquisa (familiaridade e estranhamento), Sistematização e categorização das informações coletadas, Interpretação, produção de dados e tratamento analítico 5. **Relatório de pesquisa.** 6. **Procedimentos Éticos** na Pesquisa: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Autorização Institucional, Cadastro na Plataforma Brasil.

Bibliografia Básica:

APPOLINÁRIO, F. Introdução à análise quantitativa de dados e coleta e tabulação de dados quantitativos. In: *Metodologia científica. Filosofia e prática da pesquisa*. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

BOOTH, W, C; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. *A arte da pesquisa*, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MAY, Tim. *Pesquisa Social: questões, métodos e processos*. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar:

BAUER, Martim W.; GASKELL, George. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BEAUD, S. & WEBER, Florence. *Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos*. Petrópolis, RJ. Vozes, 2007

BECKER. Howard S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MITCHELL, J. Clyde. A questão da quantificação na antropologia social. In.: FELDMAN-BRANCO (org). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global, 1987.

Disciplina: Avaliação de Aprendizagem / Créditos: 2.2.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DMTE

Código: **Pré-requisito:** Didática

Ementa: Concepções de avaliação. Tipos, funções e características da avaliação. Avaliação na legislação educacional brasileira e documentos oficiais. Critérios e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Práticas avaliativas na Educação Básica.

Bibliografia Básica:

HAYDT, Regina C. A avaliação do processo ensino-aprendizagem. São Paulo, Ática, 1995.

LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Avaliação: concepção dialética – libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo. Libertad. 2005.

Bibliografia Complementar:

DALBEN, Ângela I. L de F. Conselhos de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

DEPRESBITERIS, Lea. Avaliação educacional em três atos. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001.

MELCHIOR, Maria Celina. Sucesso escolar através da avaliação e da recuperação. Porto Alegre: Premier, 2001. 101p.

MORETTO, Vasco Pedro. Prova – um momento privilegiado de estudo – não um acerto de contas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

Disciplina: Metodologia do Ensino de Ciências Sociais / Créditos: 2.2.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DCIES.

Código: **Pré-requisito:** Sem pré-requisito

Ementa: O ensino de Ciências Sociais: objetivos/aspectos legais. O ensino de Ciências Sociais: referenciais teóricos e metodológicos. Organização do processo ensino-aprendizagem-planejamento de ensino. Habilidades técnicas de ensino. Planejamento, execução e avaliação de ação didática – aulas de demonstração.

Bibliografia Básica:

FREIRE, Paulo. *Professora sim, Tia Não: Cartas para quem ousa ensinar*. 4ª ed.; SP: Ed. Olho D'água, 1994.

GADOTTI, Moacir. *Pensamento Pedagógico Brasileiro*. 4ª ed.; SP, Ática, 1991.

GOMES, Cândido Alberto. *A Educação em Perspectiva Sociológica*. 2ª ed., SP; EPU, 1989.

Bibliografia Complementar:

KRUPPA, Sônia M. Portella. *Sociologia da Educação*. 7ª ed. e 14ª ed., SP. Editora Àtica, 1994.

MOREIRA, Antonio Flávio. SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs.). *Currículo, Cultura e Sociedade*. SP; Cortez, 1999.

NILDECOFF, Maria Teresa. *A Escola e a Compreensão da Realidade* (Ensaio sobre a metodologia das Ciências Sociais). 14ª ed., SP; Brasiliense, 1996.

PIMENTA, Selma Garrido. *O Ensino na Formação dos Professores: Unidade, Teoria e Prática?* 2ª ed., SP; Cortez, 1995.

VEIGA, P. A. (Org.) *Técnicas de Ensino: Por que Não?* Campinas/SP; Papireus, 1991.

ZÓBOLI, Graziela. *Prática de Ensino*. SP; Editora Àtica, 1990.

Disciplina: Planejamento e Política para a Educação / Créditos: 3.1.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: Ciências Sociais

Código: **Pré-requisito:** Sem pré-requisito

Ementa: Introdução ao estudo do planejamento. Planejamento social. Políticas públicas educacionais: conceitos e noções basilares. Trajetória das políticas educacionais no Brasil e a questão do financiamento. Políticas específicas em cada nível de ensino. Planejamento na escola.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Planejamento no Brasil: memória histórica*. Disponível em: eer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/637/597

AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A educação como política pública*. Campinas, SP, Autores Associados, 1997.

BAPTISTA, Myrian Veras. *Planejamento social: intencionalidade e instrumentação*. 3ª ed. São Paulo: Veras, 2013.

Bibliografia Complementar:

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. *Políticas públicas: princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas, 2012.

DOURADO, L. F. (org.). *Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas*. 2.ed. Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

KKARI, Abdeljalil. *Internacionalização das Políticas Educacionais: transformações e desafios*. Petrópolis: Vozes, 2011.

KUENZER, A. [et.al]. *Planejamento e Educação no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1990.

SZMRECSANYI, Maria Irene de Q. F. *Determinações sociais do planejamento: estado, educação e legitimação do poder na obra de Karl Mannheim*. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1521>

Disciplina: História Social do Piauí / Créditos: 4.0.0 / Carga horário: 60

Departamento: História

Código:

Pré-requisito: Sem pré-requisito

Ementa: A ocupação do território e os confrontos com as populações indígenas. A colonização e a violência no sertão. Economia do gado. Relações sociais e escravidão. Família e relações de gênero. As lutas pela independência e os conflitos sociais. República e Sociedade. Integração do Piauí à economia regional e os projetos de desenvolvimento do Estado. Transformações na dinâmica urbana e conflitos sociais.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, João Renor F. de. *Resistência indígena no Piauí colonial*. Imperatriz: Ética, 2005.

BRANDÃO, Tânia Maria Pires. *A elite colonial piauiense*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da Independência no Piauí*. Teresina: Fundape. 2006.

Bibliografia Complementar:

CHAVES, Joaquim. *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*. Teresina: Fundape, 2006.

DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaios e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja*. Teresina: Instituto don Barreto, 2002.

FALCI, Miridan Brito Knox. *Escravos do sertão: Demografia, trabalho e relações sociais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

MACHADO, Paulo Henrique Couto. *As trilhas da Morte: extermínio e espoliação das nações indígenas na região da bacia hidrográfica paraibano-piauiense*. Teresina: Corisco, 2002.

CHAVES, Joaquim (Mons.). *Obra completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005.

RABELO, Élson de Assis. *A história entre tempos e contratempos: Fontes Ibiapina e a obscura invenção do Piauí*. Natal: UFRN, 2008. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

VI PERÍODO

Disciplina: Estágio Supervisionado I / Créditos: 0.0.9 / Carga Horária: 135h

Departamento: DMTE

Código:

Pré-requisito: Sem pré-requisito

Ementa: O processo de formação e a trajetória da profissionalização docente e suas instâncias constitutivas.

Bibliografia Básica:

BARREIRO, Iraíde Marques de F; GEBRAN, Raimunda Abou. *Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores*. São Paulo: Avercamp, 2006.

CANDAU, Vera Maria. Rumo a uma nova didática (org.). 14. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PIMENTA, SELMA GARRIDO. O estágio na formação de professores: unidade entre teoria e prática? Cad. Pesq., São Paulo, nº94, p. 58-73, ago. 1995.

Bibliografia Complementar:

COMENUINS, *Didática magna*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

OLIVEIRA, Amurabi; BARBOSA, Vilma Soares Lima. Formação de professores em ciências sociais; desafios e possibilidades a partir do estágio e do pibid. Revista Eletrônica Inter-Legere (ISSN 1982-1662)  Número 13, julho a dezembro de 2013.

PIMENTA, Selma Garrido. *Estágio e docência*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção docência em formação – séries saberes pedagógicos).

RODRIGUES, Alberto Tosi. [O que você precisa saber sobre...] sociologia da educação. Editora DP&A. R.J. 2000.

TEDESCO, Juan Carlos. O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna. Editora Ática. 2001.

Disciplina: Monografia I / Créditos: 2.2.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DCIES

Código: **Pré-requisito:** Métodos e técnicas e Pesquisa Social

Ementa: **Revisão bibliográfica** da literatura especializada no tema e objeto de estudo investigado mediante as indicações e supervisões do(a) professor(a) orientador(a), visando o refinamento e aprofundamento da fundamentação teórica e metodológica do texto advindo do projeto de pesquisa. **Efetivação da pesquisa de campo e processamento das informações coletadas** sob orientação e acompanhamento do(a) referido(a) orientador(a).

Bibliografia Básica:

ABNT- Associação Brasileira de Normas e Técnicas (atualizada)

GONÇALVES, Hortência de Abreu. *Manual de Monografia, Dissertação e Tese*. São Paulo: Avercamp, 2004.

JUNIOR, Martins Joaquim. *Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos*. 9ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Bibliografia Complementar:

COUTINHO, M.T.C; CUNHA, S. E. *O caminho da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

RAMPAZO, Lino. *Metodologia Científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação*. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

REIS, Linda G. *Produção de Monografia: da teoria à prática: o método educar pela pesquisa (MEP)*. 4ª edição, Brasília: SENAC-DF, 2012.

RODRIGUES. Auro de Jesus. *Metodologia Científica: completo e essencial para a vida universitária*. São Paulo: Avercamp, 2006.

SILVA, José Maria da Silva; SILVEIRA, Emerson Sena da; *Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas*. 8ª edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Obs. Além dessa bibliografia de ordem mais técnica, devem constar na lista dessa disciplina as referências teóricas e metodológicas condizentes com o tema em estudo.

Disciplina: Sociologia da Educação / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DCIES

Código: **Pré-requisito:** Iniciação a Sociologia

Ementa: Educação e Sociedade. Educação como processo social. Bases sociológicas da educação no pensamento clássico e contemporâneo. Análise sociológica da escola.

Bibliografia Básica:

BOURDIEU, P. & PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

Bibliografia Complementar:

APPLE, M. W.; BALL, S. J; GANDIN, L. A. (orgs). *Sociologia da educação: análise internacional*. Porto Alegre: Penso, 2013.

GOMES, Candido. *A educação em perspectiva sociológica*. São Paulo: EPU, 1989.

HANDFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz F. *A sociologia vai à escola: história, ensino e docência*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2009.

MORAIS, Regis de; NORONHA, Olinda Maria; GROppo, Luis A.(orgs). *Sociedade e educação: estudos sociológicos e interdisciplinares*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *O que produz e o que reproduz em educação: ensaios de sociologia da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

VII PERÍODO

Disciplina: Estágio Supervisionado II / Créditos: 0.0.9 / Carga Horária: 135h

Departamento: DMTE

Código: **Pré-requisito:** Estágio Supervisionado I

Ementa: Projeto de estágio; estágio observacional escolar e não escolar; laboratório de aulas de Sociologia no Ensino Médio.

Bibliografia Básica:

BARREIRO, Iraíde Marques de F; GEBRAN, Raimunda Abou. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Sociologia: ensino médio**. Secretaria de Educação Básica, 2010, 304p. (Coleção Explorando o Ensino v.15)

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo**. 18.ed. atualizada e ampliada. – Petrópolis, Rj: Vozes, 2011.

Bibliografia Complementar:

CANDAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova didática** (org.). 14. Ed. Petropolis: Vozes, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do Ensino Superior**. São Paulo: Atlas, 2005.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. **Caderno de metodologia de ensino e de pesquisa**. – Londrina: UEL; SET-PR, 2009. 453p.

PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e docência**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção docência em formação – séries saberes pedagógicos).

Disciplina: Monografia II / Créditos: 2.4.0 / Carga Horária: 90h

Departamento: DCIES

Código:

Pré-requisito: Monografia I

Ementa: **Sistematização, interpretação e produção de dados** das informações coletadas em campo fazendo a interconexão entre dados empíricos e teoria, considerando as instruções e supervisões do(a) professor(a) orientador(a); **Efetivação da redação final do texto monográfico e depósito para defesa pública com banca constituída** de comum acordo entre o(a) estudante e o(a) orientador(a).

Bibliografia Básica:

ABNT- Associação Brasileira de Normas e Técnicas (atualizada)

GONÇALVES, Hortência de Abreu. *Manual de Monografia, Dissertação e Tese*. São Paulo: Avercamp, 2004.

JUNIOR, Martins Joaquim. *Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos*. 9ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Bibliografia Complementar:

RAMPAZO, Lino. *Metodologia Científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação*. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

REIS, Linda G. *Produção de Monografia: da teoria à prática: o método educar pela pesquisa (MEP)*. 4ª edição, Brasília: SENAC-DF, 2012.

RODRIGUES. Auro de Jesus. *Metodologia Científica: completo e essencial para a vida universitária*. São Paulo: Avercamp, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941. *Metodologia do trabalho científico*. – 23.ed.rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007

SILVA, José Maria da Silva; SILVEIRA, Emerson Sena da; *Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas*. 8ª edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Obs. Além dessa bibliografia de ordem mais técnica, devem constar na lista dessa disciplina as referências teóricas e metodológicas condizentes com o tema em estudo.

Disciplina: Ética e Relações Profissionais / Créditos: 3.0.0 / Carga Horária: 45h

Departamento: DCIES

Código:

Pré-requisito: Sem pré-requisito

Ementa: Fundamentos filosóficos da ética e da moral; corrupção; cidadania; ética e cidadania no mundo do trabalho. Ética e profissão. O trabalho, o trabalhador e as organizações no mundo contemporâneo. Ética no trabalho. Modernidade e consumo. Direito e justiça; transparência.

Bibliografia Básica:

AVRITZER, Leonardo. Et. Al. *Corrupção*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *A ética é possível num mundo de consumidores?* São Paulo: Zahar, 2011.

BOFF, Leonardo. *Ética e Moral - A Busca dos Fundamentos*. Petrópolis: vozes, 2001.

Bibliografia Complementar:

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CAMARGO, Marculino. *Fundamentos de Ética Geral e Profissional*. Petrópolis: Vozes, 2011.

DURKHIEM, Émile. *Ética e sociologia da moral*. São Paulo: Martin Claret, 2016.

KÜNG, Hans. *Projeto para uma ética mundial*. Tradução. Portugal: Instituto Piaget, 1990.

PEGORARO, Olinto Antonio. *Ética e Justiça*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VIII PERÍODO

Disciplina: Libras / Créditos: 2.2.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: Letras Libras

Código: **Pré-requisito:** Sem pré-requisito

Ementa: Conceituação da Língua de Sinais. História da educação dos surdos. Aspectos da organização educacional e cultural dos surdos: abordagens educacionais, identidades surdas e legislação. Aspectos gramaticais da Língua de Sinais: fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática. Atividades de base para a aprendizagem da Língua de Sinais para uso no cotidiano

Bibliografia Básica:

FELIPE, Tanya A. **Libras em Contexto:** Curso Básico: Livro do Estudante. 8ª. edição- Rio de Janeiro : WalPrint Gráfica e Editora, 2007.

GESSER, Audrei. **Libras?:** Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Párabola Editorial, 2009.

MOURA, Maria Cecília de. **O surdo:** Caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

Bibliografia Complementar:

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. L. **Novo Deit-Libras:** Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS) baseado em Linguística e Neurociências cognitivas.-vol. 1 e 2 São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Inep: CNPq: Capes, 2009.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento educacional especializado:** pessoa com surdez. Brasília: SEESP / SEED / MEC, 2007.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda:** linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.

QUADROS, Ronice Muller de.; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira:** estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SKLIAR, Carlos de (org). **A surdez:** Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010.

Disciplina: Infâncias, Juventudes e Sociedades / Créditos: 2.1.0 / Carga Horária: 45h

Departamento: DCIES

Código:

Pré-requisito: Sem pré-requisito

Ementa: Infância e a juventude como produtoras de relações e ações simbólicas na sociedade e na cultura. Percepção e a participação das crianças e dos jovens nos seus diversos contextos sociais e culturais, as categorias etárias; as transições; as culturas juvenis, processos grupais enquanto espaço de constituição identitária dos jovens e as políticas públicas de juventude, relações de trabalho, religiosidades. Tendo como referências fundamentais o estudo dos clássicos, das tendências teóricas contemporâneas e das questões metodológicas que envolvem a prática de pesquisa com crianças e jovens.

Bibliografia Básica:

ABRAMO, Helena W. Cenas juvenis; punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, 1994.

JAMES, Allison; JENKS, Chris; PROUT, Alan. O corpo e a infância. In: KOHAN, Walter Omar; KENNEDY, David. **Filosofia e Infância:** Possibilidades de um encontro. Ed. Vozes, 2a Edição, Petrópolis: 2000, p. 207-238.

NUNES, Ângela. **A sociedade das crianças A'we-Xavante.** Por uma Antropologia da criança. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. 1999.

Bibliografia Complementar:

ARIÉS, Philip. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2006.

INGOLD, T. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010.

WEISHEIMER, Nilson. Juventudes rurais: mapas de estudos recentes. Brasília: MDA / NEAD, 2005.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In. FORACHI, Maria Alice, (org). Mannheim, Grandes Cientistas Sociais Nº25. São Paulo: Ática, 1982. pp. 67-95.

Disciplina: Estágio Supervisionado III / Créditos: 0.0.9 / Carga Horária: 135h

Departamento: DMTE

Código: **Pré-requisito:** Estágio Supervisionado II

Ementa: Projeto de Estágio; Estágio de Regência no Ensino Médio.

Bibliografia Básica:

BARREIRO, Iraíde Marques de F; GEBRAN, Raimunda Abou. *Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores*. São Paulo: Avercamp, 2006.

LIBANEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

TEDESCO, Juan Carlos. *O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna*. Editora Ática. 2001.

Bibliografia Básica:

CARNEIRO, Moaci Alves. *LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo*. 18. ed. atualizada e ampliada. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PIMENTA, Selma Garrido. *Estágio e docência*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PERRENOUD, Philippe. *Dez novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

RAMOS, Marise Nogueira. *O currículo para o ensino médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas*. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 116, p. 771-788, jul.-set. 2011. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. *Caderno de metodologia de ensino e de pesquisa*. – Londrina: UEL; SET-PR, 2009. 453p.

Disciplina: Gênero, Identidades e Diversidades / Créditos: 2.1.0 / Carga Horária: 45h

Departamento: DCIES

Código:

Pré-requisito: Sem pré-requisito

Ementa: Abordagem das questões de gênero, identidades e diversidades na contemporaneidade, com foco na reflexão sobre o currículo e a prática pedagógica. Destaca o reconhecimento, o respeito e a valorização da diversidade etnicorracial, sexual e de gênero, o enfrentamento ao preconceito, à discriminação e à violência relacionada ao racismo, ao sexismo a homofobia e a desigualdade de gênero, propondo elementos que auxiliem na transformação das práticas de ensino, no que diz respeito à desconstrução da discriminação e na superação do ciclo de sua reprodução na/pela escola.

Bibliografia Básica:

AUAD, D. Educar Meninas e Meninos: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006.

LOURO, G. L. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LINS, Beatriz Accioly. Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola / Beatriz Accioly Lins, Bernardo Fonseca Machado e Michele Escoura. 1ª ed. São Paulo, editora Reviravolta, 2016.

Bibliografia Complementar:

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; DA SILVA, L. B. Juventudes e sexualidade. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

BUTLER, J. Problemas de gênero. feminismo e subversão da identidade. Civilização Brasileira, 2003.

FONSECA, Claudia. Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Editora da UFRGS: 2004.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Caminhos da identidade: Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo. Ed. UNESP: 2006.

SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio (orgs). Gênero, diversidade e desigualdade na educação: interpretações e reflexões para a formação docente. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

Disciplina: Conflitualidades e Violências / Créditos: 3.0.0 / Carga Horária: 45h

Departamento: DCIES

Código:

Pré-requisito: Sem pré-requisito

Ementa: Estudo das teorias sobre a conflitualidade e análise dos processos de conflitualidade social na sociedade contemporânea. Construção de objetos sociológicos específicos, conflitualidade, violência, criminalização, controle social, a partir da Sociologia clássica e contemporânea.

Bibliografia Básica:

ADORNO, Sergio. A criminalidade urbana violenta um recorte temático. In *BIB*. Rio de Janeiro, ANPOCS, n. 35, 1993.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. RJ, Civ. Brasileira, 1968.

ZALUAR, Alba. “Violência: questão social ou institucional?” In. OLIVEIRA, N. V. *Insegurança Pública – Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana*. São Paulo, Nova Alexandria, 2002.

Bibliografia Complementar:

BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro, Difel /Bertrand, 1989.

DURKHEIM, Emile. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e moderna teoria social. Uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber*. Lisboa. Editorial Presença. 1990.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio Guanabara Koogan, 4ª ed., 1988.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981.

7-Ementário das disciplinas optativas:

Disciplina: Estudos Urbanos e Rurais / Créditos: 3.1.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DCIES

Código: **Pré-requisito:** Sem pré-requisito

Ementa: Rural e Urbano como classificações espaciais geossimbólicas da via social, e como objeto das Ciências Sociais. Estruturas, atores e processos sociais rurais e urbanos no Brasil e no Piauí.

Bibliografia Básica:

MARTINS, José de Sousa. *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade. Na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Bibliografia Complementar:

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**, Campinas-SP, v. 2, n. 1, março de 2008.

FAVARETO, Arilson da Silva. A longa evolução da relação rural–urbano para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. *RURIS*, vol. 1, n. 1, Março de 2007.

MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel (Org). *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*. Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21)

SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. *A cidade como objeto de estudo: diferentes olhares sobre o urbano*, 2002. Disponível em: <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/cidades/cid24.htm>

Disciplina: Os partidos políticos: teoria e história / créditos: 4.0.0 Carga horário:60h

Departamento: Ciência Política

Código: **Pré-requisito:** Sem pré-requisito

Ementa: Abordagens teóricas sobre os partidos políticos: conceitos e tipologias. Os partidos políticos no Brasil.

Bibliografia Básica:

CERRONI, U. *Teoria do partido político*. São Paulo: LECH, 1982.

DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FERREIRA, J. e REIS, D. A. (orgs.). *As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 3v.

Bibliografia Complementar:

ELEY, G. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: FPA, 2005.

MENEGUELLO, R. “Sistema político, dinâmica partidária e lógica de coalizões”. In *Estado, instituições e democracia*. Vol. 2. Brasília: IPEA, 2010.

MICHELS, R. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UNB, 1982.

PANEBIANCO, A. *Modelos de partidos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SARTORI, G. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SOUSA, M. C. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa Omega, 1983.

Disciplina: Estado e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo/ Créditos: 4.0.0/ Carga horária: 60h

Departamento: Ciência Política

Código: **Pré-requisito:** Sem pré-requisito

Ementa: Os vínculos entre Estado e capitalismo em perspectiva histórico-estrutural. O papel do Estado no contexto das transformações da economia mundial contemporânea. As *autonomias relativas* do Estado frente aos processos de acumulação de capital e de hegemonia política. Teorias do desenvolvimento capitalista.

Bibliografia Básica:

AZNAR, Guy. *Trabalhar menos para trabalharem todos*. São Paulo: Scritta, 1993.

HABERMAS, J. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2002.

POULANTZAS, N. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1978.

Bibliografia Complementar:

FAUSTO, R. Sobre o Estado. In: *Marx: lógica e política*. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1987.

POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. 2ª. edição, São Paulo: Martins Fontes, 1986.

SAES, D. “A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas”. In *Crítica marxista*, n. 7, 1998.

LOJKINE, J.; *O Estado capitalista e a questão urbana*. 2ª. edição, São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SWEEZY, P. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. São Paulo: Abril cultural, 1983.

Disciplina: Sociologia do Trabalho / Créditos: 4.0.0 / Carga horária: 60h

Departamento: Ciências Sociais

Código: **Pré-requisito:** Sem pré-requisito

Ementa: Estudos sobre o mundo do trabalho na modernidade. O papel do trabalho na constituição de formas de sociabilidade na sociedade capitalista e suas transformações atuais. Crises e mudanças nos modelos produtivos e seus rebatimentos na configuração laboral e no mercado de trabalho contemporâneos. A desestruturação dos mercados de trabalho, sobretudo o deslocamento da dinâmica das ocupações para os serviços e o comércio, acompanhados de informalidade e precarização. As transformações no mundo do trabalho no Brasil. Dilemas centrais do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999.

ASSIS, J. Carlos de. *Trabalho como direito*: fundamentos para uma política de promoção ao pleno emprego no Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

BARBOSA, Alexandre de F. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*: da escravidão ao assalariamento. Campinas: Unicamp, 2003. Tese (Doutorado em Economia), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão*: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*: A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial*: formas de vida e produção da subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

OFFE, C. *O capitalismo desorganizado*: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Disciplina: Antropologia Brasileira / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DCIES.

Código: **Pré-requisito:** Sem pré-requisito

Ementa: A constituição do campo da Antropologia no Brasil; a identidade nacional como problema central para a antropologia brasileira. Principais orientações teóricas e temas tratados na pesquisa antropológica brasileira; Processo de institucionalização e o desenvolvimento da antropologia no Brasil. A prática da pesquisa antropológica no e do Brasil contemporâneo, suas principais tendências, contribuições e desafios.

Bibliografia Básica:

CORRÊA, Mariza. *Antropólogas e antropologia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Jose Olímpio; 1961.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1979.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Sobre o pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro, Tempo Universitário, 2003.

Bibliografia Complementar:

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, João Pacheco. 1998. "Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais" In: *Mana*, Vol. 4, No. 1, R.Janeiro.

PEIRANO, Mariza. A Antropologia como Ciência Social no Brasil. 219. *Etnográfica*, Vol. IV (2).

BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil*. 2a. ed. São Paulo: Pioneira; 1971

SKIDMORE, Thomas. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; 1994.

DISCIPLINA: Estados, Partidos Políticos e Classes Sociais no Brasil / Créditos: 2.2.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: Ciência Política

Código: **Pré-requisito:** Teoria Política II

EMENTA: Estado e sistema político. O Estado imperial. A queda do regime liberal. O Estado republicano e o sistema político oligárquico. A crise oligárquica: a revolução de 30. Estado Novo e regime varguista. Populismo e o regime democrático 1945-1964. Regime autoritário-burocrático e sistema político no Brasil.

Bibliografia Básica:

BOITO Jr., A. O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CANO, W. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil. Campinas: IE-Unicamp, 1998.

DINIZ, E. “O Estado Novo: Estrutura de poder, relações de classe”. In: Fausto, B. (org.). História Geral de Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1981;

Bibliografia Complementar:

DRAIBE, S. Rumos e metamorfoses. Estado e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1995;

FONSECA, P. C. D. Vargas: o capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1989;

LEOPOLDI, M. A. Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SAES, D. Classe média e sistema político no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

SKIDMORE, T. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

.

DISCIPLINA: Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil / Créditos: 2.2.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: Ciência Política

Código: **Pré-requisito:** Teoria Política II

EMENTA: Análise das condições do surgimento, evolução e dinâmica dos movimentos sociais urbanos no período republicano, e de sua articulação com o sistema político nacional. Sindicalismo e modo de produção capitalista. Sindicalismo e classes sociais. Ideologias sindicais. Sindicalismo, reforma e revolução.

Bibliografia Básica:

AMMAN, S.B. Movimento Popular de Bairro. São Paulo: Cortez, 1991;
GOHN, M.G. Movimentos Sociais e Luta pela Moradia. São Paulo: Loyola, 1991;
HISRT, P. A Democracia Representativa e seus Limites. Rio de Janeiro: Zahar, 1992;

Bibliografia Complementar:

PATMAN, C. Participação e Teoria Democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992;
AROUCA, J. C. O Sindicato em um Mundo Globalizado. São Paulo: LTR, 2003;
AZIS, S. O Sindicato e o Estado. São Paulo: Ática, 1981;
MARTINS, H. H. T. S. O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil. São Paulo: Hucitec;
VIANNA, L. W. Liberalismo e Sindicato no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

DISCIPLINA: Políticas Públicas e Sociais no Brasil / Créditos: 2.2.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: Ciência Política

Código: **Pré-requisito:** Teoria Política II

EMENTA: Relação Estado-Sociedade. Conceituação e evolução histórica da política social. Análise de políticas sociais. Desenvolvimento do Estado brasileiro e suas intervenções na questão social. Apresentar conceitos e métodos de estudo e avaliação de políticas públicas. Estudo do processo de formulação e decisão através de diferentes ilustrações em política econômica e social. Instituições públicas e a implementação de políticas públicas. Avaliação de impactos das políticas públicas na economia, na política e na sociedade.

Bibliografia Básica:

ARRETCHE, M. Estado Federativo e Políticas Sociais. São Paulo / Rio de Janeiro: Fapesp / Revan, 2000;

CARVALHO, J.M. Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001;

ESPING-ANDERSEN, G. As Três Economias-Políticas do Welfare State. In: Lua Nova, 24, 1991, pp.97-111;

Bibliografia Complementar

AVELAR, L. & CINTRA, A.O. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro / São Paulo: Fund. Konrad Adenauer-Stiftung / Unesp, 2004;

COELHO, V.S.P. "Interesses e Instituições na Política de Saúde". In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 13, 37, 1998, pp.115-128;

PRZEWORSKI, A. Capitalismo e Social-Democracia no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1989;

SOARES, L.T.R. Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2001;

WERNECK-VIANNA, M.L. Da Ditadura Estado-novista ao Autoritarismo Militar. In: A Americanização (Perversa) da Seguridade Social no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

DISCIPLINA: Direitos humanos, política e direito / Créditos: 2.2.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: Ciência Política

Código: **Pré-requisito:** Teoria Política II

EMENTA: Debate teórico internacional relativo aos direitos humanos. Mudanças a partir do início dos anos noventa, nos instrumentos jurídicos internacionais de direitos humanos e nas instituições multilaterais dedicadas à sua proteção e promoção. Debates de teoria política, relações internacionais e estudos culturais concernentes à natureza e a efetividade dos direitos humanos face à soberania estatal na ordem internacional. Temas da universalidade e relatividade dos direitos humanos e suas relações com as normatividades sociais. Políticas de implementação dos direitos humanos, promovidas por instituições multilaterais, estatais ou por organizações da sociedade civil

Bibliografia Básica:

ALVES, J. A. L. Relações Internacionais e Temas Sociais – A Década das Conferências.

ALVES, José Augusto Lindgren. A arquitetura internacional dos direitos humanos. São Paulo: FTD, 1997.

KOERNER, A. Os Direitos Humanos na Política Democrática. Revista Brasileira de Ciências Sociais, no. 54, 2003.

Bibliografia Complementar:

ARNAUD, A-J. O Direito entre Modernidade e Globalização, Lições de Filosofia do Direito e do Estado. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

_____. Sujeito de Direito e Ordem Política no Debate sobre Direitos Humanos nos Anos Noventa, Lua Nova, no. 57, 2002.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. Direitos humanos, globalização econômica e integração regional: desafios do direito constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad, 2002.

Disciplina: Relações Internacionais e Política Social / Créditos: 2.2.0 / Carga horária:60h

Departamento: Ciência Política

Código: **Pré-requisito:** Teoria Política II

Ementa: Política internacional: definição, conteúdo e objetivo. Os atores da política internacional. Política internacional e política externa. Fundamentos teóricos de políticas públicas e sociais. Consolidação e mudanças atuais das políticas sociais. Demandas e incorporação de políticas sociais na agenda internacional. Papel dos atores internacionais na formulação de políticas sociais. A questão social em um contexto de globalização

Bibliografia Básica:

ALBUQUERQUE, J.A.G. (org.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. São Paulo: Cultura, 1996;

ALVES, J.A.L. *Relações Internacionais e Temas Sociais: a década das conferências*. Brasília: IBRI, 2001;

ARON, R. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: EdUnB/IBRI, 2002;

Bibliografia Complementar:

CARR, E.H. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*. Brasília: EdUnB/IBRI, 2001;

DUROSELLE, J.-B. *Todo Império Perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília: EdUnB, 2000;

KENNEDY. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1989;

SARAIVA, J.F.S. (org.). *Relações Internacionais*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1982.

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA RURAL / Créditos: 4.0.0 / Carga horária: 60h

Departamento: DCIES

Código:

Pré-requisito: Iniciação a Sociologia

EMENTA: Teorias interpretativas do rural, da relação campo-cidade e de povos rurais nas Ciências Sociais e afins. Trajetória da reflexão brasileira sobre rural. Questão agrária, conflitos e movimentos sociais. Ideologia do agronegócio e trabalho assalariado. Questão agrária e assentamentos rurais. Desenvolvimento territorial e políticas públicas. Povos, culturas e sociabilidades: atores sociais em inserções de classe, étnicas, geracionais e de gênero. Ruralidades contemporâneas: processos e atores sociais. Estudos rurais no Piauí.

Bibliografia Básica:

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. *Um saber necessário. Os estudos rurais no Brasil*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade. Na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MOTTA, Marcia; ZEART, Paulo. (org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: EdUnesp/Brasília:NEAD, 2009.

Bibliografia Complementar:

FERNANDES, Bernardo Mançano *et all* (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FUKUI, Lia. Estudos clássicos de sociologia agrária: comunidades, estruturas agrárias, caracterização da camada camponesa. *Ciência e Cultura*, v. 27, n. 6, 1975.

GARCIA JR., Afrânio. A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.19, out. 2002.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio(Orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Azevedo (Orgs.). *Diversidades de campesinatos: expressões e categorias. Vol II. Estratégias de reprodução social*. São Paulo: EdUnesp/Brasília: NEAD, 2009.

DISCIPLINA: Imagens e Narrativas do Sertão / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DCIES

Código: **Pré-requisito:** Sem pré-requisito

EMENTA: Sertão no imaginário da construção da nacionalidade brasileira (oposição sertão/litoral). Categoria utilizada pelo colonizador, absorvida e ressignificada pelo colonizado, transformando-se, a partir do século XIX, no Brasil, num termo polissêmico, profundamente ligado ao entendimento da nação. Sertões do Brasil. Sertão Nordeste. Sertão em múltiplas linguagens: ciência, literatura, cinema, teledramaturgia, música, artes plásticas; etnosertania e olhares forasteiro. Sertão e contemporaneidade.

Bibliografia Básica:

CAPISTRANO DE ABREU, J. O sertão. *Capítulos de História Colonial (1500-1800) & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

RIBEIRO, D. Brasil sertanejo. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA, C. V. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: UFG, 1997.

Bibliografia Complementar:

CUNHA, E. R. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo, 1968,

GUIMARÃES ROSA, J. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

GODOI, E. P. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: UNICAMP, 1999.

NEVES, M. S. O sertão (en)cantado: cores e sonoridades. In: CAVALCANTE, B. et al. *Decantando a república*. Inventário histórico político da canção popular moderna brasileira. A cidade não mora mais em mim. Vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

OLIVEIRA, R. *A invenção da brasilidade sertaneja*. In: www.ifcs.ufrj.br/~humanas/, outubro de 1998.

DISCIPLINA: Antropologia da Religião / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DCIES

Código: **Pré-requisito:** Teoria Antropológica I

EMENTA: Compreender o fenômeno religioso a partir da abordagem Antropológica; analisar os conceitos e categorias pertinentes ao fenômeno religioso e à Antropologia; análises e reflexão das principais linhas teóricas que orientaram e orientam os estudos antropológicos do religioso; análise das formas contemporâneas da religiosidade brasileira - religiões de matriz africanas, neo-pentecostalismo; catolicismo popular e outros movimentos religiosos que se constroem no território brasileiro

Bibliografia Básica:

DURKHEIM, E. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

EVANS-PRITCHARD, E. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DOUGLAS, M. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

Bibliografia Complementar:

MONTERO, Paula. "Max Weber e os dilemas da secularização". *Novos Estudos do Cebrap*. n. 65, 2003.

MARIZ, Cecília Loreto. "A sociologia da religião de Max Weber". In Faustino Teixeira (org.) *Sociologia da religião*. Ed. Vozes, 2003

MALINOWSKI, B. *Magia, ciência e religião*. Barcelona: Ariel, 1974.

SEGATO Rita Laura. *Santos e Daimones*. UNB 1995.

VELHO, Otávio. *Besta-Fera: recriação do mundo*. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1995

DISCIPLINA: Teoria Sociológica Brasileira / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DCIES

Código: Pré-requisito: Iniciação a Sociologia

EMENTA: Influência das tradições weberiana e marxista na sociologia brasileira. Sociologia da sociedade brasileira. Cultura e nação no pensamento social brasileiro. A escola paulista de sociologia. Raça e etnia. O desenvolvimento capitalista e suas especificidades no Brasil. Dependência e desenvolvimento. Mudanças sociais no Brasil contemporâneo. Profissionalização e instituições de ensino e pesquisa.

Bibliografia Básica:

BASTOS, Elide Rugai. Et al. *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2006.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª. Ed. São Paulo: Globo, 2005.

VITA, A. *A Sociologia da Sociedade Brasileira*. São Paulo: Ática, 1997.

Bibliografia Básica:

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FERNANDES, F. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Guanabara- Koogan, 1981.

_____. *A integração do negro na sociedade de classe*. Vols. I e II. São Paulo: Globo livros, 2013.

DOMINGUES, J. M. *Sociologia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

OCTÁVIO, Ianni. *A ideia de Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1996.

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DO CORPO / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DCIES

Código:

Pré-requisito: Iniciação a Sociologia

EMENTA: Lógicas sociais e culturais do corpo. Representações Sociais do corpo. A condição corporal. Corpo e sexualidade. Culto ao corpo: mídia, estilos de vida, consumo, mercado. Corpo no espaço cibernético. Corpo e saúde. Corpo, juventude e envelhecimento na sociedade atual.

Bibliografia Básica:

CORBIN, Alain et al. *História do corpo – as mutações do olhar. O século XX.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LE BRETON, David. *Antropologia dos sentidos.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia.* São Paulo: UBU, 2017.

Bibliografia Complementar:

ADAD, Shara Jane Holanda Costa. *Corpos de Rua: cartografias dos saberes juvenis e o sociopoetizar dos desejos dos educadores.* Fortaleza: ed. UFC, 2011.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos – seguidos de envelhecer e morrer.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GOFFMAN, Erving. *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.* Rio de Janeiro: LCT, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. *Corpo, gênero e sexualidade.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MCLAREN, Margaret A. *Foucault, feminismos e subjetividade.* São Paulo: Intermeios, 2016.

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DO ENVELHECIMENTO / Créditos:4.0.0 / Carga Horária:60h

Departamento: DCIES

Código:

Pré-requisito: Iniciação a Sociologia

EMENTA: A construção social da velhice. Práticas discursivas sobre o envelhecimento; Produções de sentido sobre o envelhecer. Subjetividades na velhice. Corpo envelhecido. Velhice e o processo saúde-doença. Representações sociais na velhice. Imagens da velhice. Políticas do envelhecimento. Memória e envelhecimento. Longevidade populacional.

Bibliografia Básica:

BARROS, Myriam Moraes Lins de, (org.) *Velhice ou terceira idade*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Fapespi, 2012.

BEAUVOIR, Simone. *A velhice: realidade incômoda*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, Cecília Maria Rezende Gonçalves de & ARAÚJO, (orgs.) *Envelhecimento e práticas gerontológicas*. Curitiba, PR; Teresina, PI:CRV / EDUFPI, 2017.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos – seguidos de envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, et al. *Comportamento suicida de idosos*. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

NERI, Anita Liberalesso. (org.) *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. São Paulo: Edições SESC, 2007.

KACHAR, Vitória. (org.) *Longevidade: um novo desafio para a educação*. São Paulo:Cortez, 2001.

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DA SAÚDE / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60H

Departamento: DCIES

Código:

Pré-requisito: Iniciação a Sociologia

Ementa. A doença como construção social. A história das doenças. Práticas discursivas e produção de sentidos no processo saúde-doença. As representações sociais de saúde-doença. Políticas Sociais de Saúde. Sociologia do Corpo. Movimentos Sociais e Saúde. Mercantilização da saúde. A humanização no campo da saúde. Temas do cotidiano (morte, velhice, violência, drogas, religião) e as relações com a experiência da saúde-doença-morte.

Bibliografia Básica:

CORBIN, Alain (org.). *História do corpo*. Vols.1,2,3. Petrópolis. RJ: Vozes, 2008.

FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de. (org.). *Ensinando a cuidar em saúde pública*. São Paulo: Yendis Editora, 2005.

SONTAG, Susan. *A doença como metáfora*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

Bibliografia Complementar

ARIÈS, Philippe. *História da morte no ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro. 2003.

BOTEGA, Neury José. *Crise suicida: avaliação e manejo*. Porto Alegre:Artemed, 2015.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 2004.

GIDDENS, Anthony. *Conceitos essenciais de sociologia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2016.

GUALDA, Dulce Maria Rosa & BERGAMASCO, Roselana B. *Enfermagem, cultura e processo saúde-doença*. São Paulo: Ícone, 2004.

DISCIPLINA: Identidades coletivas e processo de territorialização / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Departamento:

Código: **Pré-requisito:** Iniciação a Antropologia

EMENTA: Identidade e diferença. Cultura e Identidade. Mobilizações identitárias. Território e processos de territorialização. Territorialidades específicas. Estado e políticas territoriais (indígenas, quilombolas e trabalhadores rurais).

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Alfredo W. B. Os quilombos e as novas etnias. Revista Palmares 5. Brasília: FCP, Ministério da Cultura, 2000.

BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

MARCUS, George. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. Revista de Antropologia, v. 34, 1991.

Bibliografia Complementar:

AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. Mana, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 7-33, outubro 2001.

ARRUTI, José Maurício. A emergência dos “remanescentes”: Notas para o diálogo entre indígenas quilombolas. Mana 3(2): 7-38, 1997.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Mana 4(1): 47-78, 1998.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da Territorialidade. Série Antropologia. Universidade de Brasília, nº 322, 2002.

WEBER, Max. Economia e sociedade. Brasília: Ed. UNB, 1991 [1922].

DISCIPLINA: Relações Étnico Raciais / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DCIES

Código: **Pré-requisito:** Sem pré-requisito

EMENTA: Conceitos de raça e etnia. Identidade e Etnicidade. Relações Interétnicas. Os estudos de relações raciais. Os estudos de desigualdades raciais. Política racial no Brasil.

Bibliografia Básica:

BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In P. Poutignat e Jocelyne Streiffe-Fenart. Teorias da Etnicidade. São Paulo: UNESP, 1998.

COSTA, Sérgio. A agonia do Brasil mestiço. In: Dois Atlânticos: teoria social, antiracismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. “Raça e os estudos de relações raciais no Brasil”. Novos Estudos Cebrap.n. 54, 1999.

Bibliografia Complementar:

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.

ERIKSEN, Thomas Hylland. The cultural contexts of ethnic differences. Man: Journal of the Royal Anthropological Institute. Vol 26, No 1, 1991.

PINHO, Osmundo. Raça: novas perspectivas antropológicas. Salvador: EDUFBA, 2008.

SCHWARCZ, Lilia. Questão racial e etnicidade. In: MICELI, Sergio (Org.). O que ler nas Ciências Sociais brasileira. São Paulo: Ed. Sumaré, ANPOCS; Brasília: CAPES, 1999.

SEGATO, Rita Laura. Raça é signo. In: AMARAL JR. Aécio e BURITI, Joanildo (Org.). Inclusão social, identidades e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social. São Paulo: Annablume, 2006.

DISCIPLINA: Organização Social e Parentesco / Créditos: 4.0.0 / Carga horária: 60h

Departamento: DCIES

Código: **Pré-requisito:** Teoria Antropológica I

EMENTA: A constituição do campo: fundamentos teóricos e conceituais. Sistemas terminológicos. Teoria Britânica da descendência e teoria da aliança lévi-straussiana. Residência e modelos híbridos. Herança e onomástica. Crítica ao parentesco. Debates contemporâneos e novas linguagens analíticas (corporalidade, substância, *relatedness*, casa, etc), que se desenvolvem no marco de novos contextos etnográficos. Novas tecnologias reprodutivas, aparição de novas formas de família e parentalidade.

Bibliografia Básica:

DUMONT, L. 1975 [1971]. *Introducción a dos teorías de antropología social*. Barcelona: Ed. Anagrama.

LEACH, Edmund R. 1974. *Repensando a Antropologia*. São Paulo: Editora Perspectiva.

LÉVI-STRAUSS, C. 1976 [1967]. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/EDUSP.

Bibliografia Complementar:

AUGÉ, Marc. 1978. *Os Domínios do Parentesco (filiação, aliança matrimonial, residência)*. Lisboa: Edições 70.

CARSTEN, J. *After Kinship*. 2003. London: Cambridge University Press.

MORGAN, L.H., 1976 (1877). *A Sociedade Primitiva*, Lisboa, Ed. Presença.

STRATHERN, Marilyn. 2015. *Parentesco, direito e o inesperado: Parentes são sempre uma surpresa*. São Paulo: Editora Unesp.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. (Org.). 1995. *Antropologia do Parentesco: Estudos Ameríndios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ

DISCIPLINA: Etnologia Indígena / Créditos: 4.0.0 Carga Horária: 60h

Departamento: DCIES

Código: **Pré-requisito:** Teoria Antropológica I

EMENTA: Estudo dos povos ameríndios com destaque para os temas considerados clássicos, como parentesco, organização social, política, guerra, mito, ritual, xamanismo, natureza e cultura. Investigações acerca de aspectos históricos, intercâmbios econômicos, relações interétnicas e transformações indígenas.

Bibliografia Básica:

ALBERT, Bruce e RAMOS, Alcida Rita (orgs). 2000. *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Unesp/Imprensa Oficial do Estado; Paris: IRD.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. [1964] 1996. *O índio e o mundo dos brancos*. Campinas: Editora da Unicamp.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac e Naify.

Bibliografia Complementar:

CARNEIRO da CUNHA, Manuela (org.). 1992. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, FAPESP/SMC.

FRANCHETTO, Bruna & HECKENBERGER, Michael. [Orgs.]. 2001. *Os Povos do Alto Xingu: História e Cultura*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (org). 2004. *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contracapa.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo & CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. [Orgs.]. 1993. *Amazônia. Etnologia e História Indígena*. NHII-USP & FAPESP, São Paulo.

WRIGHT, Robin M. (org.). 1999, 2004. *Transformando os Deuses: os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil*. Vols. I e II. Campinas: Editora da UNICAMP.

Disciplina: Rituais e Simbolismos / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DCIES

Código: **Pré-requisito:** Teoria Antropológica I

EMENTA: Definições e redefinições de ritual. Diversos processos rituais (religiosos, festivos, políticos, históricos, estéticos, teatrais ...) e suas simbologias na etnografia clássica e contemporânea. Teorias do ritual. A eficácia simbólica. Mito e rito. Ritual e sociedade na contemporaneidade. Dramas sociais, performances e ritos de interação.

Bibliografia Básica:

DAMATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis. Rio de Janeiro: Zahar, 1980

GEERTZ, Clifford. Negara. O estado teatro no século XIX. Lisboa: DIFEL, 1991.

TURNER, Victor. O Processo Ritual. Petrópolis: Vozes, 1974.

Bibliografia Complementar:

TURNER, Victor. Floresta de símbolos. Niterói: Eduff, 2005.

LEACH, Edmund. Cultura e comunicação: a lógica pelo qual os símbolos estão ligados. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PEIRANO, Mariza. Rituais: Ontem e Hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SEGALEN, M. Ritos e Rituais Contemporâneos. Rio de Janeiro: EdFGV, 2002

VAN GENNEP, A. Os Ritos de Passagem. Petrópolis: Vozes, 1977

TAUSSIG, Michael. Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Disciplina: Antropologia do Corpo / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DCIES

Código: **Pré-requisito:** Teoria Antropológica I

Ementa: Dimensões socioculturais do corpo. Corpo e a construção da pessoa. Corpo, subjetividade e cultura. Corpo, fenomenologia e ação prática: *habitus*, *embodiment*. Interseções entre corpo, gênero e sexualidade. Diálogos entre corpo, saúde e processos de cura. As transformações corporais: marcas, misturas, corpo ciborgue.

Bibliografia Básica:

HERTZ, R. A preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. **Religião e Sociedade** 6(2): 99-128, 1980.

LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

Bibliografia Complementar:

BOURDIEU, P. **O Senso Prático**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

CSORDAS, Thomas. A corporeidade como um paradigma para a antropologia. In: **Corpo, significado, cura**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A História da sexualidade I**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção do “eu”. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. 1987. A fabricação do corpo na sociedade xinguana. In: J. P. Oliveira Filho (org.), **Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero.

Disciplina: Antropologia da Saúde e Doença / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DCIES

Código: **Pré-requisito:** Teoria Antropológica I

EMENTA: Panorama do campo da Antropologia da Saúde, destacando as suas diversas atividades e pesquisas sobre a relação entre saúde, sociedade e cultura de uma perspectiva antropológica. Interfaces entre política, ciências e corpo: saber médico, biopoder, bioidentidades e biossocialidades. Relação entre sistemas religiosos, cosmológicos e a saúde. Modelos terapêuticos, itinerários terapêuticos, práticas de cura. Saúde e deficiência. Sexualidade e saúde reprodutiva. Representações e narrativas da dor e do sofrimento.

Bibliografia Básica:

ALVES, Paulo Cesar e Miriam Cristina Rabelo (orgs). **Antropologia da Saúde: Traçando Identidade e Explorando Fronteiras**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

DUARTE, Luiz Fernando Dias e Ondina Fachel Leal (orgs). **Doença, Sofrimento, Perturbação: perspectivas etnográficas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1988.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A eficácia simbólica. In: **Antropologia Estrutural I**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Paulo Cesar; MINAYO, Maria Cecília de Souza (orgs). **Saúde e Doença: Um Olhar Antropológico**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

ROHDEN, Fabíola. Ginecologia, gênero e sexualidade na ciência do século XIX. **Horizontes Antropológicos**, 17, 2002, pp. 101-126.

ROSE, Nikolas. **A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no Século XXI**. São Paulo: Paulus, 2013.

TURNER, Victor. Um curandeiro Ndembu e sua prática. In: **Floresta de Símbolos: aspectos do ritual Ndembu**. Niterói: EdUff. 2005.

Disciplina: Fronteiras, Interculturalidade e Mobilidades / Créditos: 4.0.0 / Carga horária: 60h

Departamento: DCIES

Código: **Pré-requisito:** Iniciação a Antropologia

Ementa: Fronteiras, interculturalidade e mobilidade, análise, limites e definições. Fronteira geográfica, definição de gênero e de grupo étnico. Considerações sobre transposições e processos de redefinições ou deslocamentos. Articulações entre global e o local, a identidade e a diferença, etnicidade, raça e cultura; fronteiras de espaços territoriais, fronteiras entre grupos sociais (ou que definem grupos sociais); mobilidades transacionais, mobilidade urbanas.

Bibliografia Básica:

APPADURAI, Arjun. 2004. Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias. Lisboa: editorial Teorema.

AUGÉ, Marc. 2010. Por uma antropologia da mobilidade. Tradução de Bruno César Cavalcanti e Rachel Rocha de A. Barros. Maceió: EDUFAL; São Paulo: UNESP. 109 p

BARTH, Fredrik. 2000. Grupos étnicos e suas fronteiras. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

Bibliografia Complementar:

CARMO, Renato Miguel; SIMÕES, José Alberto (orgs.), A Produção das Mobilidades: Redes, Espacialidades e Trajectos. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

FAULHABER, Priscila. A Fronteira na Antropologia Social: As diferentes faces de um problema. São Paulo: BIB.

GILROY, Paul. 2007. Entre Campos: Nações, Culturas e Fascínio da Raça. São Paulo: Annablume.

HANNERZ, Ulf. 1997. "Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional". Mana, 3(1),7-39.

SAHLINS, Marshall. 1997. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I e II). Mana, 3(1), 41- 73 e 3(2), 103- 150.

Disciplina: Antropologia das Emoções / Créditos: 4.0.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DCIES

Código: **Pré-requisito:** Teoria Antropológica I

Ementa: Emoções como objeto e categoria de análise das ciências sociais, com o reconhecimento da contribuição dos autores clássicos aos contemporâneos, ressaltando a diversidade temática do campo da antropologia das emoções. Relação indivíduo-sociedade e emoção. A dimensão micropolítica das emoções. Emoção como linguagem e como discurso. Contextos socioculturais e as expressões/experiências psicossociais de medo, sofrimento, angústia, dor, amor, ou seja, o lugar e papel das emoções nas várias dimensões que contemplam a vida dos indivíduos e grupos na sociedade contemporânea.

Bibliografia Básica:

LE BRETON, David. **As paixões ordinárias**. Petrópolis: Vozes, 2009.

REZENDE, C. B. et al. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2010.

MAUSS, Marcel. A Expressão Obrigatória dos Sentimentos. In: **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

Bibliografia Complementares:

ABU-LUGHOD, Lila e LUTZ, Catherine. Introduction: emotion, discourse, and the politics of everyday life. In LUTZ, Catherine & ABU-LUGHOD, Lila (ed.) **Language and the politics of emotion**. New York: Cambridge University Press, 1990.

BENZAQUEN DE ARAÚJO, Ricardo; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Romeu e Julieta e a origem do Estado. In: VELHO, G. (org.) **Arte e Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. **Mana**, 2005, vol.11, n.2.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Vol.2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994 [Parte II – Sugestões para uma teoria de processos civilizadores – pp. 193-274]

LE BRETON, David. **Antropologia dos sentidos**. Petrópolis, RJ: 2016.

Disciplina: Antropologia Urbana / Créditos: 3.1.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DCIES

Código: **Pré-requisito:** Teoria Antropológica I

Ementa: Escola de Chicago. Escola de Manchester. A cidade como objeto de investigação da Antropologia. Sentidos, usos e formas de apropriação dos espaços urbanos. Conceitos, categorias e configurações socioespaciais. Espaço, território e conflito. Pobreza, desigualdade, violência e segregação urbanas na perspectiva antropológica. Práticas culturais em contextos urbanos. Antropologia na Cidade e Antropologia da Cidade. Etnografia urbana: debates teórico-metodológicos.

Bibliografia Básica:

FRUGOLI JR., Heitor. “O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia”. *Revista de Antropologia*, vol.48, n. 1, pp.133-165, 2005.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.17, n. 49, pp.11-29, 2002.

VELHO, Otávio (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1979.

Bibliografia Complementar:

AGIER, Michel. *Antropologia da Cidade: Lugares, Situações, Movimentos*. Tradução de Graça Índias Cordeiro. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

ELIAS, N. & SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

HANNERZ, Ulf. *Explorando a cidade: em busca de uma Antropologia Urbana*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2015.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

Disciplina: Antropologia Contemporânea / Créditos: 3.1.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DCIES

Código: **Pré-requisito:** Teoria Antropológica II

Ementa: Desdobramentos da Antropologia interpretativa. Críticas cultural e pós-moderna. Pós-colonialismo. Diálogos entre Antropologia e História. Críticas e debates em torno de paradigmas clássicos da Antropologia: etnografia e os conceitos de indivíduo, pessoa, grupo social, cultura e sociedade. Tendências e questões teórico-metodológicas contemporâneas.

Bibliografia Básica:

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2008 [1988].

STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo, Cosac Naify, 2014.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010 [1975].

Bibliografia Complementar:

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2015 [2011].

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo, Editora 34, 1994.

ORTNER, Sherry B. “Teoria na Antropologia desde os anos 60”. In: *Mana* 17 (2): pp. 419-466, 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios em antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, 2002.

WAGNER, Roy. “Existem grupos sociais nas Terras Altas da Nova Guiné?”. *Cadernos de Campo*, 2010 (pp. 237-257).

Disciplina: Antropologia Política / Créditos: 3.1.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DCIES

Código: **Pré-requisito:** Teoria Antropológica I

EMENTA: Formas de organização política em sociedades sem estado e com estado. Estruturas e modalidades de poder, autoridade e diferenciação social. As interrelações entre o político e outros domínios da vida social. Simbolismo, ritualização e poder. Continuidade e mudança social. Coesão, ordem e conflitos sociais. Antropologia da Política: ênfase etnográfica e múltiplas concepções de política e poder. Etnografias de processos políticos contemporâneos.

Bibliografia Básica:

FORTES, M. e EVANS-PRITCHARD, E.E. *Sistemas políticos africanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010 [1940].

LEACH, Edmund R. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

MARQUES, A. C. (Org.). *Conflito, política e relações pessoais*. Campinas: Pontes Editores, 2007.

Bibliografia Complementar:

BALANDIER, G. *Antropologia Política*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro/Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

PALMEIRA, M.; BARREIRA, C. (org.) *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

Disciplina: Antropologia Rural / Créditos: 3.1.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DCIES

Código: **Pré-requisito:** Teoria Antropológica I

EMENTA: Contextos e populações rurais como objeto de estudo da Antropologia. Modos de vida, relações sociais e simbólicas das populações do campo. Família, parentela, compadrio, vicinalidade, trocas e outras formas de sociabilidade no universo rural. Terra, território, territorialidade e conflitos. Dicotomia rural-urbano. Mobilidades e processos de circulação em coletividades e contextos rurais. Recomposições do rural: questões de etnicidade, meio ambiente e gênero.

Bibliografia Básica:

ANDRIOLLI, C.; COMERFORD, J. (org.) “Dossiê: Movimentos e práticas de circulação em coletividades rurais”. *Revista Ruris* (Campinas-SP), v. 9, n. 1, março de 2015.

PIETRAFESA DE GODOI, Emilia et al. (Org.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. Vol. 1 e 2. São Paulo/Brasília: Editora UNESP/NEAD, 2009.

WELCH, C. (Org.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. Vol. 1. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

Bibliografia Complementar:

CANDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

COMERFORD, John. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

PIETRAFESA DE GODOI, Emília. *Trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1999.

WOORTMANN, Ellen. F. *Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sítiantes do Nordeste*. Brasília: Editora UnB/Hucitec, 1995.

WOORTMANN, Klaas. “Com Parente Não se Negueia”. *Série Antropológica n° 69*. Departamento de Antropologia/ICH/UnB, 1988

Disciplina: Antropologia e Psicanálise / Créditos: 3.1.0 / Carga Horária: 60h

Departamento: DCIES

Código: **Pré-requisito:** Teoria Antropológica I

EMENTA: Pensar a cultura a partir dos paradigmas teóricos da psicanálise. Refletir sobre a psicanálise a partir das referências da cultura. Discutir os conceitos fundamentais da psicanálise: A transferência e a Pulsão; O inconsciente e a Repetição. Argumentar sobre os Rituais de tratamentos e cura entre os povos tradicionais. Comentar sobre os métodos etnográficos e psicanalíticos. Acompanhar as referências clássicas e contemporâneas produzidas sobre o tema.

Bibliografia Básica:

Goldman, Márcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. <http://www.scielo.br/pdf/ra/v46n2/a12v46n2.pdf>

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1981. (Capítulo X: As ciências Humanas)

LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente. Em Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

Bibliografia Complementar:

FREUD, Sigmund. A Interpretação dos sonhos, 1900. (primeira parte). Em Obras completas de Sigmund Freud, edição standard Brasileira, Vol IV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GLOWCZEWSKI, Bárbara. Devires Totêmicos: cosmopolítica do sonho. São Paulo: n.1 Edições, 2015.

LACAN, Jacques. Seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

Lévi-Strauss, Claude. A eficácia simbólica. In: Antropologia Estrutural: Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico. São Paulo: UBU, 2014.

8- INFRAESTRURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS.

7.1 Instalações, equipamentos

No que diz respeito as instalações, equipamentos disponíveis e necessários à operacionalização do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, destacamos que para atender nosso curso possuímos uma infraestrutura minimamente adequada ao desenvolvimento das atividades. Estamos instalados em uma sala ampla, onde funciona o Departamento. A sala está dividida em três espaços: sendo um gabinete de trabalho da chefia do departamento, um gabinete de trabalho da Coordenação do curso, além de uma ampla secretaria. Ainda junta a esta sala, há o Laboratório de Investigação Social – LIS, com alguns computadores e material bibliográfico para a pesquisa, este é um espaço intensamente utilizado pelos alunos do curso.

Ainda em termos de estrutura física, informamos que todos os professores do departamento possuem gabinetes de trabalho, ainda que compartilhado. No entanto, alguns professores que atuam na pós-graduação possuem gabinetes individuais no prédio da pós-graduação. No que diz respeito a sala de professores e laboratórios didáticos especializados o curso de Licenciatura em Ciências Sociais, não dispõe desses espaços. Os laboratórios de informática utilizado por nossos alunos, são aqueles de uso compartilhado por todos os cursos e que fazem parte da estrutura do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL.

No que diz respeito aos equipamentos o departamento possui aqueles que são necessários ao seu funcionamento. Tais como, computadores e impressora na secretária, dois Datashow para utilização dos professores em sala de aula e se utiliza, da infraestrutura do Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, tais como: salas de aula, bibliotecas setoriais, auditórios, salas de vídeo, sala de vídeo conferência, Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE) e setor administrativo.

7.2 Biblioteca

O acervo bibliográfico utilizado pelos alunos do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, é aquele utilizado por todos os alunos da UFPI, a saber, as Bibliotecas central e setorial. Além dessas duas bibliotecas os alunos podem contar ainda com as bibliotecas particular de alguns professores. No que diz respeito a atualização do acervo

bibliográfico, seguimos a política adotada por toda a UFPI. Ao detectarmos a necessidade de alguma obra, é solicitada da administração superior, que é responsável pela aquisição.

A Biblioteca Central da UFPI, foi instalada em janeiro de 1973, resultado da fusão dos acervos existentes nas Bibliotecas das Escolas Isoladas de Medicina, Odontologia, Filosofia, Direito e Administração, quando da implantação da Fundação Universidade Federal do Piauí, instituída nos termos da Lei nº. 5.528, de 12/11/1968. Em agosto de 1995 foi inaugurada a Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCB), órgão subordinado a Reitoria e que atualmente coordena 09 (nove) Bibliotecas Setoriais do Sistema de Bibliotecas da UFPI - SIBi/UFPI, instituído pela Resolução do Conselho Universitário nº. 26/93.

A Biblioteca Central da UFPI tem como função “Atuar na promoção do acesso à informação e dar suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Universidade, contribuindo para o desenvolvimento cultural, econômico e social do Estado do Piauí”.

Além de oferecer os serviços de empréstimos de livros, a Biblioteca Central ainda conta com os seguintes serviços:

CINEBIB – Cinema na biblioteca, ação que promove a exibição de filmes com livre acesso a toda a comunidade;

COMUT – Comutação Bibliografia, serviço visa obter cópias de artigos de periódicos, teses, dissertações, monografias, anais/proceedings/conferencias, relatórios, publicações oficiais e capítulos de livros, existentes em outras bibliotecas, não localizados nas bibliotecas da UFPI e no portal de Periódicos da Capes;

EMPRESTIMO DOMICILIAR: A Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco está equipada com o sistema de empréstimo de auto-atendimento, ou seja, o próprio usuário pode fazer a consulta, empréstimo e renovação da publicação desejada através dos terminais de auto-atendimento localizados em pontos estratégicos na Biblioteca;

INTERNET - Oferecemos conexão sem fio (*Wireless*) e o “Espaço Digital Santander Universidades” equipado com 16 computadores com telas de LCD ultra slim, proporcionando aos nossos usuários mais conforto e agilidade na pesquisa acadêmica;

LABORATÓRIO PARA DEFICIENTES VISUAIS: Facilita a integração dos usuários de necessidades especiais com novas tecnologias. Equipado com máquinas de braille, computadores com *software* leitor de tela e impressora que imprime em braille.

Acervo bibliográfico do Sistema de Bibliotecas é distribuído conforme tabela abaixo:

Unidade	Livros		Multimeios	Periódicos	
	Títulos	Exemplares		Títulos	Fascículos
BCCB	43.209	126.592	355	1.573	50.882
CCS	2.053	5.806	159	168	8.382
CCN	3.550	9.326	107	56	553
CCA	5.369	11.654	277	260	7.778
CCE	4.785	10.761	236	--	--
CCHL	2.167	3.279	03	--	--
PARNAÍBA	5.740	27.028	522	850	3.289
PICOS	6.968	25.431	723	41	411
FLORIANO	5.825	18.490	129	12	95
BOM JESUS	3.202	11.569	--	150	1.068
TOTAL	82.868	249.936	2.511	3.110	72.458

9 - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

9.1 Equivalência entre projetos pedagógicos – Transição

Atualmente o curso de Licenciatura em Ciências Sociais possui dois currículos ativos, sendo um de 2010, com 19 alunos matriculados; e outro de 2017 com um total de 85 alunos. O currículo novo depois de aprovado em todas as instâncias competentes entrará em vigor no segundo semestre do 2019, ou seja, no semestre letivo, 2019.2.

A transição do currículo atual para o currículo novo dar-se-á da seguinte maneira: os alunos do currículo atual, poderão se matricular nas disciplinas equivalentes do novo currículo e passar automaticamente para o novo currículo. Quando não houver equivalência, o Departamento e a Coordenação do curso podem se encarregar de ofertar as disciplinas por um período máximo de três anos, durante

esse período qualquer aluno matriculado em Ciências Sociais no currículo atual deverá estar se formando ou, se for o caso, sendo jubilado por abandono de curso. Em alguns casos (como na falta de número suficiente de alunos para abertura de turma), disciplinas do currículo atual, durante o período de quatro anos de vigência do currículo novo, poderão ser solicitadas em caráter especial, inclusive para alunos não formandos.

Todo aluno matriculado no curso que não tiver cursado até 60% da carga horária total do currículo antigo deverá obrigatoriamente passar para o currículo novo, seguindo as regras de transição e de equivalência. Aquele que tiver cursado mais de 60% da carga horária do currículo atual, poderá continuar seguindo as disciplinas do currículo antigo, de acordo com as equivalências e a oferta de disciplinas especialmente para ele.

A equivalência curricular das disciplinas específicas da área da educação não sofre modificações e serão regulamentadas pelos Departamentos encarregados de sua oferta no Centro de Ciências da Educação.

Alunos que estiverem cursando Ciências Sociais no momento da implementação do currículo novo e que já tiverem cursado até 60% das disciplinas do currículo atual poderão se servir da tabela abaixo para se adaptar ao currículo novo:

QUANDO DE EQUIVALÊNCIAS⁷

Matrizes curriculares vigentes		Matriz curricular proposta		Mudança
Código	Disciplina /créditos	Código	Disciplina /créditos	
Primeiro Período				
DCS 0122	Seminário de Introdução ao curso/ créditos 1.0.0	DCS0122	Seminário de Introdução ao curso/ créditos: 1.0.0	Atualização das referências
DCS 0125	Iniciação à Antropologia/ créditos 4.0.0	DCS 0125	Iniciação à Antropologia / créditos 4.0.0	Atualização da ementa e referências bibliográficas.
CCP 044	Iniciação à Política / créditos: 4.0.0	CCP 044	Iniciação a Política / créditos: 4.0.0	Atualização da ementa e referências bibliográficas.
DCS 0124	Iniciação à Sociologia	DCS 0124	Iniciação à Sociologia /créditos 4.0.0	Atualização da ementa e

⁷ Todas as equivalências são recíprocas e não haverá equivalência global.

				referências bibliográficas
DFI 0445	Metodologia científica /créditos: 2.0.0		Iniciação à metodologia Científica / créditos: 2.2.0	Atualização da ementa e referências bibliográficas Aumento da carga Horária.
CLV	Leitura, interpretação e produção de textos/ créditos: 2.0.0		Leitura e produção de textos para fins acadêmicos /Créditos: 2.2.0	Atualização da ementa e referências bibliográficas e aumento da carga horária.
DGH	Formação Histórica do Mundo contemporâneo/ créditos:4.0.0		Sem equivalência	Foi excluída do currículo.
Segundo Período				
DCS 0128	Teoria antropológica I/ créditos: 4.0.0	DCS 0128	Teoria antropológica I/ créditos: 4.0.0	Atualização da ementa e referências bibliográficas
CCP 047	Teoria política I/ créditos: 4.0.0	CCP 047	Teoria política I/ créditos: 4.0.0	Atualização da ementa e referências bibliográficas
DCS 0127	Teoria sociológica I/ Créditos: 4.0.0	DCS 0127	Teoria sociológica I/ Créditos: 4.0.0	Atualização da ementa e referências bibliográficas
DAA	Economia Política/ Créditos:4.0.0	DAA	Economia Política/ Créditos:4.0.0	Não houve mudanças
DGH 0116	Formação Histórica do Brasil / Créditos: 4.0.0		História Social e política do Brasil/ créditos: 4.0.0	Inclusão de disciplina.
			Geografia Humana e ambiental/ créditos: 4.0.0	Deslocado do 3º período para o segundo período.
Terceiro Período				
DCS 0131	Teoria Antropológica II/ Créditos: 4.0.0	DCS 0131	Teoria Antropológica II/ Créditos: 4.0.0	Atualização da ementa e referências bibliográficas
CCP 049	Teoria Política II/ Créditos:4.0.0	CCP 049	Teoria Política II/ Créditos:4.0.0	Atualização da ementa e referências bibliográficas
DCS 0130	Teoria Sociológica II / Créditos: 4.0.0	DCS 0130	Teoria Sociológica II / Créditos: 4.0.0	Atualização da ementa e

				referências bibliográficas
DFE 0091	História da educação/ créditos: 4.0.0		Sem equivalência	Excluída do currículo
CCG 0117	Geografia Humana e Econômica/Créditos:4.0.0		Geografia Humana e ambiental/ créditos: 4.0.0	Deslocada para o segundo período
DFE 0092	Psicologia da Educação /Créditos:4.0.0	DFE 0092	Psicologia da Educação	Deslocamento da disciplina do 6º para o 3º período
DFE 0082	Legislação e organização da Educação básica/Créditos: 4.0.0	DFE 0082	Legislação e organização da Educação básica/Créditos: 4.0.0	Deslocamento da disciplina do 7º para o 3º período
			Inclusão de disciplina: Pensamento social Brasileiro/ Créditos: 4.0.0	Inclusão de disciplina.
Quarto Período				
DCS 0135	Teoria Antropológica III / créditos: 4.0.0		Sem equivalência	Excluída do Currículo
CCP 050	Teoria Política III/ créditos: 4.0.0		Sem equivalência	Excluída do Currículo
DCS 0134	Teoria Sociológica III/ créditos: 4.0.0		Sem equivalência	Excluída do Currículo
CCP 053	Seminário de Ciência Política/ créditos: 1.0.0		Sem equivalência	Excluída do Currículo
CGB 0013	Estatística aplicada as Ciências Sociais		Sem equivalência	Excluída do currículo
DMT 0201	Didática Geral/ créditos: 2.2.0	DMT 0201	Didática Geral/ créditos: 2.2.0	Atualização das referências bibliográficas.
			Inclusão de disciplina: Antropologia e educação/ Créditos: 3.1.0	Inclusão de disciplina
			Inclusão de disciplina: Estudos Latinos Americanos/ Créditos: 2.0.0	Inclusão de disciplina
			Inclusão de disciplina:	Inclusão de disciplina

			Epistemologia das Ciências Sociais/ créditos: 4.0.0	
DFE 222	Filosofia da Educação	DFE 222	Filosofia da Educação	Deslocamento da disciplina do 7º para o 4º período.
			Disciplina optativa	Inclusão de disciplina
Quinto Período				
DCS 0139	Tópico de Antropologia /créditos:4.0.0		Sem equivalência	Excluída do Currículo
CCP 052	Tópico de Política/ créditos:4.0.0		Sem equivalência	Excluída do Currículo
DCS 0138	Tópico de Sociologia/ créditos:4.0.0		Sem equivalência	Excluída do Currículo
DCS 0136	Seminário de Sociologia/ créditos:1.0.0		Sem equivalência	Excluída do Currículo
DCS 0140	Métodos e técnicas de pesquisa social/ créditos: 2.2.0	DCS 0140	Métodos e técnicas de pesquisa social/ créditos: 2.2.0	Atualização da ementa e referências bibliográficas.
DCS 0142	Planejamento e Assessoria		Sem equivalência	Excluída do Currículo
			Inclusão de disciplina: Planejamento e políticas para educação/ créditos: 3.1.0	Inclusão de disciplina
			Inclusão de disciplina: História Social do Piauí/ créditos: 4.0.0	Inclusão de disciplina
			Inclusão de disciplina: Teoria de Currículo e Sociedade/ créditos: 2.2.0	Inclusão de disciplina
DMT 0204	Avaliação de aprendizagem/ créditos: 2.2.0	DMT 0204	Avaliação de aprendizagem/ créditos: 2.2.0	Deslocamento da disciplina do 6º para o 5º período.
DMT 0206	Metodologia do ensino de sociologia/ créditos: 2.2.0	DMT 0206	Metodologia do ensino de sociologia/ créditos: 2.2.0	Deslocamento da disciplina do 7º para o 5º período

DMT 0202	Estagio supervisionado I – Ciências Sociais/ créditos: 0.5.0			Deslocamento do 5º para o 6º período
Sexto Período				
DCS 0143	Seminário de Antropologia/ créditos:1.0.0		Sem equivalência	Excluído do currículo.
DEF 0082	Legislação e organização da Educação básica/Créditos: 4.0.0		Sem equivalência	Deslocada para o 3º período.
DEF 0093	Sociologia da Educação/ créditos: 4.0.0		Sociologia da Educação/ créditos: 4.0.0	Saída do DEF, para DCS, e Atualização da ementa e referências bibliográficas.
DEF 0092	Psicologia da educação/ créditos: 4.0.0			Deslocada para o 3º período.
DMT 0203	Estagio supervisionado II – Ciências Sociais/ créditos: 0.6.0		Estagio supervisionado I – Ciências Sociais/ créditos: 0.0.9	Aumento da carga horaria e descolamento do 5º para o 6º período.
DMT 0204	Avaliação de aprendizagem/ créditos: 2.2.0			Deslocado para o 5º período.
DFE 0092	Psicologia da Educação /Créditos:4.0.0			Deslocado para o 3º Período.
			Inclusão de disciplina: Monografia I/ créditos: 2.2.0	Inclusão de disciplina
			Inclusão de disciplina: Optativa/ créditos: 4.0.0	Inclusão de disciplina.
Sétimo período				
DFE 222	Filosofia da Educação			Deslocado do 7º para o 4º período
DMT 0205	Estagio supervisionado III– Ciências Sociais/ créditos: 0.8.0		Estagio supervisionado II– Ciências Sociais/ créditos: 0.0.9	Aumento de carga horaria: deslocamento do 6º para o 7º período
DMT 0206	Metodologia do ensino de sociologia/ créditos: 2.2.0			Deslocamento do 7º para o 5º período.

			Inclusão de Disciplina: Monografia II / créditos: 2.4.0	Inclusão de disciplina
			Inclusão de Disciplina: ética e relações profissionais/ créditos: 3.0.0	Inclusão de Disciplina
			Inclusão de Disciplina: optativa/ créditos: 4.0.0	Inclusão de disciplinas
Oitavo período				
DCS 0152	Projeto de pesquisa e monografia/ créditos: 0.12.0		Sem equivalência	Transformado em monografia II, deslocado para o 7º período e redistribuído os créditos.
DMT 0207	Estagio supervisionado IV– Ciências Sociais/ créditos: 0.8.0		Estágio supervisionado III– Ciências Sociais/ créditos: 0.0.9	Aumento de carga horaria: deslocamento do 7º para o 8º período
LIBRAS 010	Libras- Língua brasileira de sinais / créditos: 2.2.0	LIBRAS 010	Libras- Língua brasileira de sinais / créditos: 2.2.0	Sem alteração.
			Inclusão de Disciplina: Infâncias, juventudes e sociedades/ Créditos: 2.1.0	Inclusão de Disciplina
			Inclusão de Disciplina: Gênero, identidades e diversidades/ créditos: 2.1.0	Inclusão de Disciplina
			Inclusão de Disciplina: conflitualidades e violência/créditos: 3.0.0	Inclusão de Disciplina
			Inclusão de Disciplina: optativa/créditos: 4.0.0	Inclusão de Disciplina

9.2 Cláusula de vigência:

Este currículo após aprovado em todas as instâncias competentes, entrará em vigor no segundo semestre de 2019, ou seja, no semestre de 2019.2.

A transição do currículo atual para o currículo novo se dará da seguinte maneira: os alunos matriculados no currículo atual que quiserem permanecer no mesmo, devem ter concluído até 60% do curso. Alunos com menos de 60% do curso, serão automaticamente matriculados no novo currículo. Considerando que temos atualmente dois currículos: o currículo 01 de 2010, com 19 (dezenove) alunos matriculados, e o currículo 04 de 2017, com 79 (setenta e nove) alunos matriculados. O atual currículo continuará sendo ofertado por um **período de 3 (três) anos**, quando todos os alunos que permaneceram no currículo atual já tenham concluído.

Atualmente, o Departamento de Ciências Sociais conta com 22 professores do quadro permanente trabalhando regularmente (10 professores da área de Antropologia, 11 da área de Sociologia, 1 da área de Ciência Política), 1 professores do quadro permanente afastado para desenvolver atividades públicas e 01 professora afastada para Pós-doutorado (área de Sociologia) O número reduzido de professores tem como consequência inúmeras dificuldades no momento da preparação das ofertas de disciplinas, principalmente devido ao fato de o Departamento de Ciências Sociais distribuir disciplinas para muitos cursos da UFPI.

Com o novo currículo, o número de disciplinas a serem ofertadas para o próprio curso aumenta sensivelmente, em razão, sobretudo, da manutenção de 03 (três) currículos para a licenciatura, e ainda o currículo do Bacharelado. Ainda que uma boa parcela das disciplinas seja comum às duas modalidades e que, num primeiro momento, alunos de Bacharelado e Licenciatura venham necessariamente a compartilhar a mesma sala de aula (ainda que a disciplina tenha códigos diferentes para cada curso), acreditamos que com o atual número de docentes do departamento, teremos algumas dificuldade para a implementação do mesmo, no entanto, acreditamos que a administração superior, nos ajudará a encontrar formas de contornar tais dificuldades..

Além do mais, do quadro permanente que estão regularmente trabalhando, 20 professores desempenham atividades de docência e orientação em programas de pós-graduação já existentes – em particular, na Antropologia, Sociologia, Políticas Públicas em Desenvolvimento e Meio-Ambiente –, além de participarem, juntamente com

outros professores do Departamento, de atividades de pesquisa cadastradas nos mais diversos núcleos e grupos da UFPI, o que vem a limitar suas participações em atividades de docência na graduação, conforme normas regimentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CONSULTADAS

BRASIL. Presidência da República. Resolução CNE/CP N° 02/2015, 01 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 jul. 2015.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Instrumento de Avaliação Institucional Externa: Subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação da organização acadêmica (presencial), Brasília, 2015.

_____. Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024) instituído pela Lei N° 13.005, de 25 de junho 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

_____. Decreto n° 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo N° 80 da Lei 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005.

_____. Resolução CNE n° 02/02, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, formação plena, para Formação de Professores da Educação Básica em nível superior. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 mar. 2002a.

_____. Resolução CNE/CES N° 492 de 03 de abril de 2001. Institui Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Ciências Sociais Geografia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2001.

_____. Resolução CNE n° 01/02, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2001.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96 de 20 de dez. 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 2783327841, 21 dez. 1996. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CUNHA, Maria Isabel da. A formação de professores como problema: natureza, temporalidade e cultura. Cadernos de educação, Pelotas, FaE/UFPEL, n. 27, p. 55-71, jul/dez. 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – presencial e a distância. Brasília, 2015. Disponível em <www.portal.inep.gov.br/instrumentos>. Acesso em: 20 set. 2017.

NÓVOA, Antônio. (Coord.). Os professores e sua formação. 3. ed. Portugal: Dom Quixote, 1997.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

UFPI. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. Resolução N° 220/2016, de 28 de setembro de 2016. Define as diretrizes curriculares para formação em nível superior de profissionais do magistério para a educação básica na UFPI. Teresina: UFPI, 2016.

_____. Resolução N° 76/15, de 09 de junho de 2015. Regulamenta o programa de monitoria da UFPI, 2015. Teresina: UFPI, 2015.

_____. PDI 2015/2019. Teresina: UFPI, 2015.

_____. Resolução N° 177/2012, de 05 de novembro de 2012. Dispõe sobre o Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2012.

_____. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais - UFPI.
Teresina, 2008.

Atividades curriculares de extensão	340h	-
Atividades complementares	200h	-
TOTAL:	3.300	184

LEIS FEDERAIS

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BRASIL, Estatuto do idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

DECRETOS

Decreto nº 3276, de 06 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica e dá outras providências.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Decreto nº 6.872, de 04 de junho de 2009. Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento.

Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos.

PORTARIAS E RESOLUÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Portaria Normativa MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Regulamenta a introdução, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semi-presencial.

Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.

Portaria Normativa MEC nº 23, de 01 de dezembro de 2010. Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, Banco de Avaliadores (BASIS) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

Portaria Normativa MEC nº 147, de 02 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a complementação da instrução dos pedidos de autorização de cursos de graduação em direito e medicina, para os fins do disposto no art. 31, § 1º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Portaria Normativa MEC nº 1.383, de 31 de outubro de 2017. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes.

Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

PARECERES E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Parecer CNE/CP nº 08, de 06 de março de 2012. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Parecer CNE/CP nº 14, de 06 de junho de 2012. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Parecer CNE/CP nº 02, de 09 de junho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica;

Resolução CNE/CP nº 02, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

REGRAMENTO ESPECÍFICO PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007. Altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Parecer CNE/CES nº 197, de 13 de setembro de 2007. Instrumentos de avaliação para credenciamento de Instituições de Educação Superior para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância, nos termos do art. 6º, inciso V, do Decreto no 5.773/2006.

Parecer CNE/CES nº 564, de 10 de dezembro de 2015. Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de 2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

RESOLUÇÕES DA UFPI

Resolução CEPEX nº 177/12, de 5 de novembro de 2012 - NORMAS DE FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Resolução CEPEX nº 054/17 – Dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes com necessidades educacionais especiais na UFPI.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Instrumentos de Avaliação e Reconhecimento de Cursos de Graduação e Bacharelado, utilizados pelo Ministério da Educação – MEC / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Acesso no Portal MEC:

<http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>